



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 109

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 10 de maio de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Lubélio Mendonça e Marco Costa*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

A manhã de trabalhos esteve reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos** com a apresentação de diversos votos e uma comunicação do Governo Regional.

O primeiro voto, [Voto de Congratulação pelo 100.º Aniversário da Administração Pecuária dos Açores](#), coube ao Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente à Senhora Deputada Salomé Matos, tendo, após a sua leitura, usado da palavra os Senhores Deputados João Vasco Costa (*PS*) e Nuno Barata (*IL*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Seguiu-se o [Voto de Congratulação aos jovens ginastas Rui Cansado, Leonor Januário e Tiago Pinheiro](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual foi aprovado por unanimidade, após a sua leitura, feita pelo Senhor Deputado Vílson Gomes (*PS*).

Posteriormente, foi apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP um [Voto de Congratulação Aldeia da Cuada recebe galardão internacional](#).

A leitura do voto coube ao Senhor Deputado José Eduardo (*PS*), usando de seguida da palavra os Senhores Deputados Gustavo Alves (*PPM*) e Ricardo Vieira (*PSD*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Sobre o [Voto de Congratulação pelos 100 anos da Banda Recreio Espirituense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra as Senhoras Deputadas Joana Pombo Tavares (*PS*), a quem a apresentação do mesmo, Elisa Sousa e o Senhor Deputado José Pacheco (*CH*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

Também por unanimidade foi aprovado o [Voto de Congratulação Pelas medalhas atribuídas aos queijos “Ilha Azul”, “Moledo” e “Capelinhos” da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial no 13.º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do mesmo pelo Senhor Deputado Tiago Branco (*PS*), usaram da palavra a Senhora Deputada Salomé Matos (*PSD*) e o Senhor Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

Seguiu-se o [Voto de Congratulação pelo Dia Internacional do Bombeiro](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Senhor Deputado José Ávila (*PS*), usando de seguida da palavra o Senhor Deputado Luís Soares (*PSD*).

De seguida, usou da palavra para fazer a apresentação do [Voto de Congratulação ao Rancho Folclórico de Santa Cecília da Fajã de Cima – Pela comemoração dos seus 50 anos](#) a Senhora Deputada Sandra Dias Faria (*PS*), tendo mesmo merecido a aprovação, por unanimidade, por parte da câmara, aquando da sua votação.

Seguiu-se o [Voto de Saudação à Associação Cultural Teatro de Giz pelo seu 25º aniversário](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A apresentação do voto coube ao Senhor Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), usando de seguida da palavra a Senhora Deputada Salomé Matos (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Novamente por unanimidade, foi aprovado o [Voto de Congratulação pelo 25º aniversário do Teatro de Giz](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mais precisamente pela Senhora Deputada Ana Luís (*PS*).

Pelo Senhor Deputado Joaquim Machado, do Grupo Parlamentar PSD, foi apresentado um [Voto de Saudação pelo 1.º de Maio](#), o qual foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a leitura do [Voto de Saudação Pelo Dia Internacional do Trabalhador](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

A leitura do mesmo coube ao Senhor Deputado António Lima (*BE*), usando de seguida da palavra os Senhores Deputados Francisco Coelho (*PS*) e Paulo Estevão (*PPM*).

Para um protesto usou da palavra o Senhor Deputado Francisco Coelho (*PS*) e para um contraprotesto o Senhor Deputado Paulo Estevão (*PPM*).

Ainda para defesa da honra usou da palavra o Senhor Deputado Francisco Coelho (*PS*), após a qual seguiu-se para a votação que registou a aprovação por unanimidade da câmara.

Posteriormente, passou-se a leitura do [Voto de Saudação - Saudar sempre o 25 de Abril](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Senhores Deputados Francisco Coelho (*PS*), para fazer a sua leitura, e João Bruto da Costa (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se mais um [Voto de Saudação pelo 49º aniversário da Revolução de 25 de Abril](#), apresentado pelo Grupo Parlamentado do BE.

A leitura do voto coube à Senhora Deputada Vera Pires (*BE*), usando de seguida da palavra os Senhores Deputados Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Novamente por unanimidade, o voto foi aprovado, aquando da sua submissão à votação da câmara

Por fim, foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e aprovado por unanimidade, por parte da câmara, o [Voto de Saudação pela Celebração do Dia da Europa](#), tendo feito a sua leitura o Senhor Deputado Vasco Cordeiro (*PS*).

Antes dos trabalhos terminarem para hora de almoço, foi feita uma [Comunicação do Governo Regional](#).

A respetiva comunicação foi feita por parte do Senhor Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*), tendo participado no debate os Senhores Deputados José Pacheco (*CH*), a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Senhores Deputados António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*), João Bruto da Costa (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*).

Entrando na **Agenda da Reunião**, iniciou-se o debate e votação, na especialidade, da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII – “Aprova o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Assim, usaram da palavra os Senhores Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Rodolfo Franca (*PS*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Proferiam intervenções de voto os Senhores Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*), Rodolfo Franco (*PS*), António Lima (*BE*) e a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Seguiu-se o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII – “Organização do trabalho suplementar nos serviços de urgência, unidades básicas de urgência, serviços de atendimento permanente e serviços de atendimento urgente, unidades de cuidados intensivos e unidades de cuidados intermédios e coronários do Serviço Regional de Saúde”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Após a apresentação da iniciativa pela Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*), usaram da palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*), a Senhora Deputada Salomé Matos (*PSD*), os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Indep.*), António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Senhores Deputado Tiago Lopes (*PS*), a Senhora Deputada Salomé Matos (*PSD*), os Senhores Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e António Lima (*BE*).

Posteriormente foi debatida e submetida à votação a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII – “Define as regras de contagem do tempo de serviço dos trabalhadores das carreiras de enfermagem, para efeitos de progressão na respetiva carreira e de transição para a categoria de enfermeiro especialista”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Usou novamente da palavra a Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*), para apresentação da iniciativa, participando no debate as Senhoras Deputadas Vera Pires (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Senhores Deputados Tiago Lopes (*PS*) e a Senhora Deputada Ana Qental (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 46 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Senhor Secretário. Faz favor.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.
Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira
Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho
Mário José Dinis Tomé
Marta Ávila Matos
Patrícia Maria Melo Miranda
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca
Rui Filipe Vieira Anjos
Sandra Micaela Costa Dias Faria
Tiago Alexandre dos Santos Lopes
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco
Vasco Alves Cordeiro
Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte
Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental
António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Carlos Eduardo da Cunha Freitas
Délia Maria Melo
Elisa Lima Sousa
Flávio da Silva Soares
João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
José Joaquim Ferreira Machado
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Carlos Cota Soares
Marco José Freitas da Costa
Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva
Maria Salomé Dias de Matos
Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio
Paulo Alberto Bettencourt da Silveira
Paulo Duarte Gomes
Ricardo Beato Gomes Vieira
Sabrina Marília Coutinho Furtado
Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto
Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima
Alexandra Patrícia Soares Manes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves
Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 56 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro a sessão. Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, a nossa manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos com votos, uma comunicação do Governo Regional e Declarações Políticas.

Vamos dar início à apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro Voto de Congratulação é pelo “100.º Aniversário da Administração Portuária nos Açores”.

É um Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Senhora Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação 100 Anos de Administração Portuária nos Açores

Foi há cerca de um século, mais precisamente a 11 de outubro de 1921, que foi publicada a lei que instituiu a então denominada Junta Autónoma do Porto Artificial de Ponta Delgada, seguindo-se, 2 anos mais tarde, em 1923 a criação da primeira Comissão Executiva.

À então Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada foi atribuída a competência de promover o desenvolvimento do tráfego marítimo e comercial do mesmo porto, sendo-lhe entregue todas as instalações, materiais, máquinas, ferramentas e utensílios referentes às obras do mesmo porto ou que a elas se destinavam.

Foi posteriormente criada a Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo em 1928 e a Junta Autónoma do Porto da Horta em 1977.

A empresa hoje intitulada como Portos dos Açores, S.A resulta da fusão de três administrações portuárias: Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A., ocorrida em agosto de 2011.

No dia 21 de outubro de 2019, a Portos dos Açores, S.A. alterou, em Assembleia-Geral da empresa, os seus estatutos. Atualmente, a empresa Portos dos Açores gere um total de 23 infraestruturas portuárias entre eles 14 portos, mas também sete marinas ou núcleos de recreio náutico e dois terminais de passageiros e cruzeiros por todas as ilhas da Região, tendo infraestruturas em 14 dos 19 concelhos açorianos com um total de 277 trabalhadores.

A administração portuária açoriana tem, em concreto, sob a sua responsabilidade, a gestão dos portos de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, da Praia da Vitória e das Pipas (Angra do Heroísmo), na ilha Terceira, da Praia, na ilha Graciosa, de Velas e da Calheta, na ilha de São Jorge, de São Roque, da Madalena e das Lajes, na ilha do Pico, da Horta, na ilha do Faial, das Lajes e de Santa Cruz, na ilha das Flores, e da 'Casa', na ilha do Corvo, prosseguindo a sua exploração, conservação e desenvolvimento e agregando, ao mesmo tempo, o exercício das competências e prerrogativas de "autoridade portuária".

Com o objetivo de comemorar o primeiro Centenário da Administração Portuária nos Açores foi organizado um conjunto de iniciativas e eventos que se prolongaram entre outubro de 2021 e outubro de 2022, e onde estarão também incluídas ações, ainda a decorrer, em todas as nove ilhas e em todos os portos sob sua jurisdição.

Ocorreu no mês de fevereiro de 2023 o reconhecimento aos antigos trabalhadores, já aposentados, da ex-Junta Autónoma do Porto da Horta, da ex-Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental (APTO), S.A. e da própria Portos dos Açores, com a entrega de certificados pelo serviço prestado no sector portuário e ainda, de uma moeda/medalha simbólica deste centenário, à semelhança do que já havia ocorrido em outubro de 2022, em Ponta Delgada.

Ao longo do ano de 2023, serão promovidos reconhecimentos semelhantes aos realizados em São Miguel e no Faial em cada um dos 14 portos da Região sob jurisdição da Portos dos Açores, S.A., e será descerrada uma placa a assinalar os '100 Anos de Administração Portuária nos Açores' em cada um destes locais.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, e fazendo votos de sucessos na prossecução da sua missão, visão e valores, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 1º Centenário da Administração Portuária nos Açores do qual deve ser dado conhecimento formal ao

Conselho de Administração da Portos dos Açores S.A. e à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Horta, 18 de abril de 2023

Os deputados regionais,

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições? Senhor Deputado João Vasco Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto por ser de elementar justiça, uma vez que, vivendo nós em ilhas, como vivemos, rodeadas por mar, onde as ligações e os transportes de mercadorias, o abastecimento das nossas gentes, se faz maioritariamente por mar, a comemoração de 100 anos de existência da Portos dos Açores, recheada de funcionários, todos eles com uma competência exemplar, tem permitido que todos os açorianos tenham ao seu dispor os bens que necessitam.

Portanto, nunca será demais parabenizar e reconhecer o trabalho de tanta gente que, ao longo dos anos, primeiro, com condições mais exíguas mas, a partir de determinada altura, com um investimento maior no aumento da qualidade da prestação do serviço desses funcionários, o serviço que prestam seja de maior qualidade, e isso é efetivamente reconhecido, seja nas mercadorias, seja também, mais recentemente, com as atividades marítimas ligadas às atividades desportivas e lúdicas, como as marinas.

Falando especificamente de Santa Maria, é indubitável a qualidade da Marina de Vila do Porto e a forma como a Portos dos Açores gere aquele espaço em concreto, e tenho a certeza que em todas as ilhas se repete, sem qualquer exceção.

Tudo isso é razão suficiente para que o Partido Socialista se associe a este voto, desejando à Portos dos Açores as maiores felicidades e que perdue por muito mais tempo a sua boa atividade em prol dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Na verdade, estes 100 anos da Autoridade Portuária nos Açores tem uma origem ligeiramente mais remota, tem uma origem há cerca de 162 anos, precisamente, quando, num ato heroico e tenaz do povo micaelense, se deu início à obra de construção do então porto artificial de Ponta Delgada.

As palavras, os adjetivos tenaz e heroico não são meus, são da historiadora Fátima Sequeira Dias, que se dedicou nos 150 anos daquela obra, a obra que, arrisco dizer, foi talvez a maior obra de construção civil alguma vez feita nos Açores, talvez ultrapassada pelas SCUTs, se quisermos falar de coisas mais recentes, mas obviamente com meios e com tecnologia completamente diferentes, dizia eu, aquela obra que teve início em setembro de 1861 e que foi autorizada pelo reino em 1860, é, de facto, uma obra que foi estrutural e estruturante para toda a economia açoriana, como ainda ontem aqui neste debate assistimos.

É por isso um momento de regozijo para a Iniciativa Liberal, a passagem desses 100 anos sobre a autoridade portuária.

A autoridade portuária aparece precisamente pela necessidade de regular o tráfego marítimo dos portos açorianos.

Aparece precisamente 50 anos depois da construção do Porto de Ponta Delgada, aparece quando outros portos dos Açores já estavam a relevar-se relevantes para o comércio internacional, sem esquecer que antes do Porto de Ponta Delgada já havia baías onde o comércio internacional era importante nos Açores.

Mas para nos situarmos na autoridade portuária que temos hoje, que muitas vezes os açorianos ouvem falar da Portos dos Açores, dos portos, das marinas, pela Portos geridas, por toda a sua área dominial e negócios emergentes, mas esquecem-se que a Portos dos Açores tem essa função, além de gestão das unidades portuárias, tem a função de ser autoridade portuária.

Nesse sentido é sempre importante realçar esta efeméride e por isso, nos associamos ao voto que o Partido Social Democrata aqui nos traz, sem, no entanto, não deixar de dizer que, lamentavelmente, nos últimos meses as notícias não têm sido boas para a autoridade portuária.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aos jovens ginastas Rui Cansado, Leonor Januário e Tiago Pinheiro.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vílson Ponte Gomes para a sua apresentação.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação aos jovens ginastas Rui cansado, Leonor Januário e Tiago Pinheiro pelas medalhas alcançadas e posições de destaque na “Suzuki word cup fig” de ginástica aeróbica

Realizou-se nos passados dias 22 e 23 de abril, em Tóquio, a “SUZUKI WORLD CUP FIG” de Ginástica Aeróbica, com a presença de 18 Países.

A competição contou com a participação de 3 (três) ginastas açorianos do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.

O ginasta micaelense Rui Cansado, alcançou o honroso quarto lugar em individual masculino na Taça do Mundo.

Com efeito o atleta açoriano passou a estar no top-3 do ranking mundial da Federação Internacional de Ginástica, ocupando o terceiro lugar na modalidade de ginástica aeróbica, sendo que a classificação é ordenada após a soma dos pontos conquistados nas Taças do Mundo.

O atleta é o primeiro ginasta português sénior a alcançar uma posição de destaque entre os três primeiros do ranking mundial no escalão sénior.

Entretanto, no Open Internacional, no escalão Júnior, Leonor Januário dominou a competição feminina, classificando-se em 1º lugar nas qualificativas e nas finais.

No mesmo Open, Tiago Pinheiro, alcançou a medalha de prata na categoria de individual masculino.

Ambos os destacados atletas, conquistaram a medalha de ouro no escalão júnior em Pares Mistos, inédito nas representações portuguesas, juntando a estes aos já muitos troféus conquistados pelo Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada ao longo dos anos.

Os resultados obtidos e as medalhas agora arrecadados são o culminar do excelente trabalho que os atletas e o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada têm desenvolvido ao longo dos anos, em concreto no treino e preparação dos seus atletas para a competição de alto nível,

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, aprova o presente voto de congratulação pelos excelentes resultados obtidos pelos jovens ginastas Rui Cansado, Leonor Januário e Tiago Pinheiro designadamente pelas posições de destaque e medalhas alcançadas na “SUZUKI WORLD CUP FIG” de ginástica aeróbica.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos jovens ginastas e respetiva família, à Direção do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Direção Regional do Desporto e à Federação Nacional de Ginástica.

Horta, Sala de Sessões, 10 de maio de 2023.

Os Deputados,

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelos Senhores Deputados eleitos pela Ilha da Flores e é sobre a “Aldeia da Coada recebe galardão internacional”.

Para a sua apresentação tem a palavra o Senhor Deputado José Gabriel Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de congratulação Aldeia da Cuada recebe galardão internacional

As casas do lugar da Cuada, aldeia situada no litoral oeste das Flores, entre as povoações da Fajã Grande e da Fajãzinha, conheceram o abandono e a decadência originados pela emigração nos anos 60 do século passado, essencialmente com destino ao continente americano, deixando esta aldeia praticamente despovoada, o casario rodeado de silvas e com a garantia de um destino incerto.

Mas vinte anos depois, na última década do século, as casas foram recuperadas e reconstruídas por Teotónia e Carlos Silva que abraçaram o projeto Aldeia da Cuada – Turismo Rural e sabiamente estabeleceram a ligação entre o passado e o presente, recuperando com determinação as casas de pedra mantendo a traça rústica e ao mesmo tempo adaptando-as às exigências necessárias para umas férias de sonho.

Inicialmente, para o casal, a ideia não era mais do que recuperar uma casa para servir de residência de férias o que, uns anos depois, embalados pelo sossego do lugar e pela atmosfera singular da aldeia, fez com que tivessem adquirido cerca de uma dezena de casas, a maioria em declarada ruína, começando a tomar forma a ideia de um investimento no turismo de aldeia.

Atualmente gerido pela filha Carlota e pelo genro Sílvio, o empreendimento Aldeia da Cuada tem vindo a arrecadar inúmeros prémios e certificações ambientais, sendo inclusivamente, protegido e classificado pelo Governo Regional dos Açores como património cultural com interesse histórico, arquitetónico e paisagístico.

A mais recente distinção foi a atribuição do Troféu da publicação LTG Luxury Travel Guide, com mais de trezentas mil visualizações diárias a nível

mundial, que distinguiu a Aldeia da Cuada, na ilha das Flores, como Melhor Espaço de Retiro Rural 22/23.

Os prémios Luxury Travel Guide Europe identificam os melhores destinos de férias, hotéis, spas, clubes de golfe, agências de viagens, empresas de estilo de vida e muito mais em todo o continente europeu focados na inovação, design, quartos e instalações, conquistas gastronómicas, excelência em serviços, uso de tecnologia, desenvolvimento sustentável, marketing & branding, satisfação dos funcionários e localização.

O Júri, elegeu a Aldeia da Cuada, em comparação com dezenas de unidades concorrendo na mesma categoria, como melhor Espaço para retiro Rural no continente europeu, sendo esta uma das mais altas distinções atribuídas a unidades turísticas que premeia a excelência do serviço prestado com elevados níveis de exigência de acordo com cada uma das categorias.

Os Luxury Travel Awards reconhecem e celebram a excelência em todos os sectores da indústria de viagens e turismo.

A equipa de especialistas responsáveis pelo prémio percorreu o mundo e viajou extensivamente para identificar tudo, desde os melhores hotéis, companhias aéreas e operadoras de turismo até destacar as empresas de serviços de transferência mais respeitáveis, indo encontrar na ilha das Flores aquele que considerou como o Melhor Espaço de Retiro Rural 22/23.

Assim, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, os deputados subscritores propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um voto de congratulação ao empreendimento Aldeia da Cuada – Turismo Rural pela atribuição do prémio de Melhor Espaço de Retiro Rural 22/23.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento aos proprietários e à gerência da Aldeia da Cuada – Turismo Rural, bem como às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e das Lajes das Flores, ao Conselho de Ilha das Flores e à Direção da Casas Açorianas – Associação de Turismo em Espaço Rural.

Horta, sala das sessões, 10 de maio de 2023.

Os Deputados

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado, pergunto se há inscrições?

Senhor Deputado Gustavo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM associa-se a este voto conjunto, apresentado agora pelo Senhor Deputado José Gabriel Eduardo, e também assinado pelo Senhor Deputado Ricardo Vieira, relacionado com este prémio recebido pela Aldeia da Cuada, de turismo rural, que é um local com várias casas rústicas

de pedra sobre pedra, com a paz característica da ilha das Flores, na zona da Fajã Grande, entre o mar e as cascatas, que recebeu mais um prémio Internacional, não sendo este um prémio isolado. Desta vez, o prémio como melhor espaço de retiro rural 2022/2023 do continente europeu pela Luxury Travel Awards.

Estão de parabéns os proprietários Carlos Silva e a Senhora Teotónio Silva, os gerentes Sílvio Gonçalves e Carlota Silva, todos os funcionários e colaboradores que tornam tudo isso possível e, por último, a fantástica ilha das Flores que recebe também este prémio.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Vieira.

(*) **Deputado Ricardo Vieira (PSD):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e restantes Membros do Governo:

Relembrar também que tudo o que já foi dito pelo Senhor Deputado José Gabriel Eduardo, pelo Senhor Deputado Gustavo Alves, este empreendimento turístico na ilha Das Flores, foi um empreendimento, na altura pioneiro na ilha, numa altura em que o turismo ainda dava os primeiros passos na ilha das Flores.

E preciso relevar também o espírito empreendedor dos seus fundadores, numa altura em que os apoios ao investimento eram poucos ou talvez mesmo inexistentes.

Relevar também a já segunda geração que continua na senda de um trabalho profícuo na promoção turística da nossa ilha das Flores.

Concluindo, faz todo o sentido que o Partido Social Democrata se associe a este voto e, passe a redundância, faz votos que a equipa de gestão da Cuada continue o excelente trabalho que tem vindo a prestigiar o turismo, quer nas Flores, quer nos Açores.

Obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelos “100 anos da banda Recreio Espirituense”.

Tem a palavra a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares para a sua apresentação.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Secretários:

Voto de Congratulação pelos 100 anos da Banda Recreio Espírituense

A Banda Recreio Espírituense, com sede na freguesia de Santo Espírito, Concelho de Vila do Porto foi fundada em 1923 pelo Padre Joaquim de Chaves, é atualmente a única Banda Filarmónica na ilha de Santa Maria. Esta filarmónica possui uma função primordial e fundamental na área cultural da comunidade mariense e açoriana, mas acima de tudo, desempenha um importante papel na área da educação musical, à semelhança de outras filarmónicas em outras ilhas dos Açores.

No seu início de atividade, a filarmónica foi designada de Sociedade Musical Espírituense, tornando-se, em 1993, uma associação sem fins lucrativos e com estatutos próprios. Em 1998, a Banda Recreio Espírituense obteve o Estatuto de Utilidade Pública.

Através da sua Escola de Música é garantido a formação dos elementos da filarmónica, assim como a sua continuidade. Atualmente a Escola de Música possui 20 alunos inscritos, com crianças e jovens, entre os 7 e 18 anos de idade.

À data, a Escola de Música é assegurada pelo elemento da Banda Recreio Espírituense, Sandra Chaves, e pelo maestro Sr. Aldeberto Chaves, que com todo o seu empenho e dedicação mantém viva não só a escola, mas também a Banda Recreio Espírituense.

Para além da importância da essência da Escola de Música, alia-se a importância da sua localização na freguesia da sede da Banda Recreio Espírituense, deslocando para a freguesia não só os elementos da filarmónica para os regulares ensaios, assim como os alunos da Escola de Música, contribuindo para o dinamismo cultural da freguesia de Santo Espírito.

A Banda Recreio Espírituense efetuou diversas deslocações para outras ilhas dos Açores para atuações, nomeadamente:

- Em 1996 e 1999 concelho da Povoação na ilha de São Miguel;
- Em 2003 na freguesia do Topo na ilha de São Jorge e Festas da Praia da Vitória na ilha Terceira
- Em 2004 na freguesia da Fajã de Cima, na ilha de São Miguel;
- Em 2005 na freguesia dos Ginetes, na ilha de São Miguel;
- Em 2006 na freguesia de São Mateus, na ilha do Pico;
- Em 2010 na freguesia da Ribeirinha, na ilha Terceira;
- Em 2011 na freguesia do Faial da Terra, na ilha de São Miguel.

A filarmónica participou ainda no Festival de Música Filarmónica do Concelho da Ponta do Sol, em 2015, na ilha da Madeira, e em 1997 e 2001 deslocam-se aos Estados Unidos da América e Canadá, para participação em

festividades do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora de Fátima, em Hudson, Providence, Fall River e Cambridge.

No ano 2011, a Banda Recreio Espírituense lançou o seu primeiro trabalho discográfico intitulado “*Nascentes de Sons*”.

À data, a Banda Recreio Espírituense é uma filarmónica jovem composta por 40 elementos e 4 porta bandeiras, sendo a maioria dos seus executantes com menos de 25 anos, estando os seus elementos na faixa entre os 10 e os 67 anos.

A Banda Recreio Espírituense é uma joia cultural da ilha de Santa Maria, base da educação musical para muitos marienses, presente no desenvolvimento cultural da comunidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de maio, a aprovação do Voto de Congratulação pelos 100 anos da Banda Recreio Espírituense.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento, à Banda Recreio Espírituense, à Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, à Assembleia Municipal de Vila do Porto, à Câmara Municipal de Vila do Porto e à Junta de Freguesia de Santo Espírito.

Horta, Sala das Sessões, 10 de maio de 2022.

Os Deputados

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto. Tem a palavra a Senhora Deputada Elisa Sousa.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O PSD associa-se, naturalmente, com muito gosto, ao voto de congratulação pelos 100 anos da Banda de Recreio Espírituense, que, tal como foi referido, é atualmente e, desde há muitos anos, a única banda filarmónica da ilha de Santa Maria.

São, efetivamente, 100 anos de história, 100 anos de música, 100 anos a formar jovens músicos, contribuindo desta forma para o desenvolvimento cultural dos marienses.

Claro que não poderíamos deixar de congratular também o mestre Aldeberto Chaves que, desde 1968, faz parte desta Banda Filarmónica, nos primeiros anos como músico e, há cerca de 30 anos, como regente da banda de Recreio Espírituense.

Portanto, são muitos anos dedicados a uma causa nobre e que muito engrandece a cultura mariense.

Muito obrigado a todos os membros que, ao longo de todos estes anos, contribuíram para a continuidade desta Filarmónica e para a manutenção das nossas tradições e dos nossos costumes.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Senhor Deputado José Pacheco faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Se bem reparam, é mais um centenário de uma filarmónica e cada vez elas são menos. É sinal de que durante 100 anos sobreviveu cultura, daquilo que é da filarmonia.

Infelizmente, vamos vendo algumas a desaparecer.

Eu queria estender também, da parte do Chega, à ilha vizinha, àquela que eu vejo quase todos os dias da janela da minha casa, que é a ilha de Santa Maria, e deixar sempre este alerta, que se cuide da nossa cultura, que se cuide das nossas filarmónicas, para que não haja o dia que tenhamos que dizer “era tão bom quando as tínhamos”.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelas medalhas atribuídas aos Queijos Ilha Azul, Modelo e Capelinhos, da CALF.

Para a sua apresentação tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelas medalhas atribuídas aos queijos “Ilha Azul”, “Moledo” e “Capelinhos” da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial no 13.º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada

Realizou-se no passado dia 1 de março de 2023, no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, a 13.ª edição do Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada.

Organizado pelo Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, SA. e pela Associação Qualifica/oriGIn Portugal, o certame visa a promoção dos queijos tradicionais portugueses de cura prolongada, procurando traduzir-se numa oportunidade para a sua valorização, projeção e comercialização.

Nesse quadro, destaca-se a participação dos queijos produzidos pela Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial (CALF), tendo o Queijo Ilha Azul, pelo segundo ano consecutivo, obtido a medalha de ouro, e os queijos, Moledo e Capelinhos, distinguidos com a medalha de prata.

Estas distinções, que têm vindo a acontecer em diversos momentos, como é exemplo o Concurso Queijos de Portugal, promovido pela Associação Nacional de Industriais de Lacticínios, comprovam, uma vez mais, a qualidade dos produtos açorianos, no caso, dos produtos da CALF, mas também enaltecem o esforço, dedicação e persistência dos produtores de leite do Faial, trabalhadores e dirigentes ao longo dos quase 80 anos de existência da cooperativa.

Desde a sua fundação, a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, instalada na freguesia dos Cedros, tem assumido um papel preponderante no desenvolvimento socioeconómico não apenas daquela freguesia, mas de toda a ilha do Faial. Com cerca de 70 colaboradores, comporta uma história de muitas concretizações, mas também de muitos desafios, como as necessárias adaptações tecnológicas aos novos tempos e às imposições de um mercado cada vez mais exigente onde a qualidade do produto é critério central para a afirmação dos produtos no mercado global. Desafios esses que foram sendo superados sempre com a resiliência e o trabalho de todos os agentes do setor leite da ilha do Faial e com o apoio das entidades públicas locais e regionais.

Hoje, com a crise do aumento do custo de vida e dos fatores de produção, trabalhadores e produtores vêm-se confrontados com novos e acrescidos desafios que atravessam todo o setor do leite da Região Autónoma dos Açores.

Mas a persistência dos produtores de leite, trabalhadores e dirigentes da CALF hoje é também a mesma que os permitiu, desde sempre, superar cada obstáculo e cada dificuldade colocada.

Saibamos todos convergir com eles para o encontro de soluções que projetem, valorizem e assumam a produção de leite na ilha do Faial como fator de projeção social e económica da ilha e da Região consubstanciado pela qualidade dos seus produtos, reconhecida em todos os planos, nomeadamente no nacional, como é exemplo aquela que aconteceu neste concurso.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 10 de maio de 2023, a aprovação de um voto de congratulação à Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial pelas medalhas de ouro e de prata atribuídas aos queijos Ilha Azul, Moledo e Capelinhos no 13.º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, à Associação de Agricultores e

de Jovens Agricultores da ilha do Faial, à Federação Agrícola dos Açores, à Lactaçoeres e ao Conselho de Ilha do Faial.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2023.

Os Deputados Regionais:

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Tem a palavra a Senhora Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação do Grupo Parlamentar do PS, aqui trazido pelo Senhor Deputado Tiago Branco, e informa que apresentará um voto de igual teor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação, uma vez que este tipo de medalhas, este tipo de prémios, que são conquistados, no fundo, são a concretização e a materialização daquilo que há muito sabemos e dizemos que temos produtos de valor acrescentado, produtos de excelente qualidade e isto é, efetivamente, essa concretização e essa distinção por outras entidades que, no fundo, acabam por balizar também o que de melhor se faz no setor.

E, por isso, obviamente, associamo-nos a este voto de congratulação, mas sem antes lançar um apelo para que a cooperativa, a sua direção e os cooperantes vejam nisto também uma forma de terem certezas sobre aquilo que produzem, a qualidade do que produzem e que isso também os faça procurar posicionar-se em mercados de maior valor acrescentado, porque só assim também haverá sustentabilidade da própria indústria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter em como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo Dia Internacional do Bombeiro.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Ávila para a sua apresentação.

Deputado José Ávila (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelo Dia Internacional do Bombeiro

No dia 4 de maio passado foi assinalado o Dia Internacional do Bombeiro, o dia de São Floriano, o Santo Padroeiro dos Bombeiros.

Esta data é celebrada neste dia desde 1999, em homenagem aos cinco Bombeiros Australianos, que perderam a vida no combate a incêndios naquele país, sendo, assim, uma data simbólica, que homenageia todas as mulheres e todos os homens, soldados da paz, que deram – e dão – as suas vidas para salvar a vida dos outros.

Todos nós, nesta casa, já pudemos ao longo das nossas vidas, com toda a certeza, conhecer verdadeiros atos heroicos por parte de Bombeiros, fosse por ouvir contar, fosse – mesmo – por testemunhar as tantas vezes em que as corporações de Bombeiros dos Açores foram imprescindíveis para socorrer as nossas populações, espalhadas pelas nossas nove ilhas.

Os Bombeiros têm como missão servir e dar a vida no resgate dos que mais precisam, missão que envolve muitos riscos e que é assumida de forma altruísta.

O sismo de 1980, que afetou o grupo central dos Açores, e levou a grande destruição das ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa, trouxe uma nova consciência sobre a função, e a importância dos Bombeiros, começando nessa altura a haver – cada vez mais – uma noção de que eventos destes podiam acontecer em qualquer altura e em qualquer ilha do nosso arquipélago.

Nessa altura, e decorrendo também das primeiras conquistas da Autonomia dos Açores foram estabelecidos critérios, com as necessárias adaptações, pela Administração Regional, que apontavam para a constituição de uma corporação de Bombeiros por ilha e a instalação de um corpo de Bombeiros por cada 20.000 habitantes ou raio de atuação de 15 km.

Preconizou-se que a atuação de cada corpo de Bombeiros não aconteceria, apenas, como uma unidade isolada, mas funcionaria como força mais avançada, de uma outra força mais abrangente, caso o momento o justificasse, constituída pelas outras corporações que, todas juntas formariam, o Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores, preparado para atuar em qualquer situação, privilegiando sempre, e acima de tudo, a segurança de todos os Açorianos, e até de quem nos visita!

Os Bombeiros são, assim, peças fundamentais no nosso sistema de Proteção Civil, estando presentes sempre que a população precisa deles!

Todos sabemos que eles próprios recusam o título de heróis, mas a verdade é que se voluntariam para defender a vida e os bens de todas as populações, sem receios, e de forma corajosa e valente!

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 10 de maio de 2023, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao assinalar o Dia Internacional do Bombeiro, vem reconhecer o papel fundamental que os Bombeiros desempenham na proteção de todos os Açorianos, seja na prevenção de riscos, seja no acompanhamento e salvamento das nossas populações, seja – igualmente – na manutenção da segurança de todos.”

Obrigado!

Que deste voto seja dado conhecimento à Federação de Bombeiros dos Açores, à Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, ao Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais, às Associações Humanitárias de Bombeiros dos Açores e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 10 de maio de 2023.

Os Deputados,

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

Senhor Deputado Luís Soares, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, que se associa a este voto pelo Dia Internacional do Bombeiro, reconhecendo a importância que tem os bombeiros para o bem-estar e para o conforto das nossas comunidades.

Se os bombeiros fazem sentido em qualquer parte do mundo, nos Açores, por razões que escusado será dizer, pela nossa condição arquipelágica, pela nossa sujeição a fenómenos, fazem ainda mais sentido.

Diria mesmo que ser bombeiro é com certeza a mais nobre função do exercício da condição humana.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos então colocar à votação este voto de congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também apresentado pelo Partido Socialista, ao Rancho Folclórico de Santa Cecília, da Fajã de Cima.

Tem a palavra a Senhora Deputada Sandra Dias Faria para a sua apresentação.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação ao Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima – pela Comemoração dos seus 50 anos

O Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima foi fundado em 1973, e teve como fundador João Vieira Jerónimo, conhecido pelo seu grande dinamismo na defesa e divulgação dos valores culturais do povo micalense. Em 1987 o Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima constituiu-se como Associação Cultural sem fins lucrativos, com sede na Freguesia da Fajã de Cima, concelho de Ponta Delgada.

Ao longo da sua existência foram Presidentes da Assembleia Geral: Aginaldo Rego Pontes (1987 a 1993); João Miranda (1993 a 1994); Maria da Graça Cardoso (1994 a 2005); Marco Paulo Oliveira (2005 a 2016); Aida Maria Medeiros (2016 até ao presente).

O Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima, teve, ainda, como Presidentes da Direção: António Ferreira Pragana (1987 a 2005); Maria Luísa Bairos (2007 a 2016); Pedro Goulart Almeida (2016 até ao presente). E, como Presidentes do Conselho Fiscal: Aires Ferreira (1987 a 1989); José Martins Cabral (1987 a 2003); Marco Paulo Ferreira (2003 a 2016); Bárbara Rocha Almeida (2016 até ao presente).

Maria Luísa Bairos assume, desde 1987, a responsabilidade de Diretora Artística do Rancho e, como Diretores do Património, Aginaldo Pontes (1987 a 1990) e, desde então, Maria do Carmo Paquete.

Os 50 anos agora celebrados pelo Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima escreveu-se pelas mãos de todos eles, em conjunto com as dezenas de elementos que por este Rancho passaram ao longo de meio século. Dignificaram o nome da freguesia da Fajã de Cima e o concelho de Ponta Delgada, mas, igualmente, elevaram a cultura açoriana.

Esta Associação tem procurado ao longo da sua existência preservar e divulgar o folclore da ilha de São Miguel, através das músicas, canções, danças, trajes, usos e costumes.

No que se refere a participações em festivais de folclore, o Rancho já participou em quase todos os certames da ilha de São Miguel, bem como em festivais nas ilhas de Santa Maria e Terceira.

Ao longo da sua missão na promoção da Etnografia e Folclore, realizou centenas de ensaios e centenas de atuações, bem como variadíssimos eventos de âmbito cultural e pedagógico.

Com inúmeras atuações nos Açores e em Portugal Continental, o Rancho também marcou presença em certames em países como: Estados Unidos da América, Canadá, Espanha, Grécia, França e Bélgica.

São alguns dos destaques das muitas atuações realizadas em festas públicas e privadas, arraiais, Impérios do Espírito Santo, restaurantes e hotéis para turistas nacionais e estrangeiros, congressos de diferentes temáticas, bem como outro tipo de eventos.

O Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima, organiza diversos eventos culturais, com particular destaque para o Festival das Azáleas que se realiza todos os anos no Pinhal da Paz. Tratando-se de um “Festival de Cultura Popular”, que alia a Natureza e o Folclore.

É importante, ainda, aludir ao papel desta Associação na formação, com a realização de “workshops” de carácter lúdico e pedagógico; mas também destacar a colaboração em iniciativas de carácter cívico e de fins humanitários; a colaboração com escolas e associações diversas através de ações de animação cultural ou na cedência de material etnográfico e bibliográfico e, também, na divulgação cultural através da participação em programas de rádio e de televisão, tanto nos Açores, como fora da Região.

Em 1997 registou em estúdio um CD com doze temas do folclore de São Miguel “as danças e os cantares de S. Miguel”, que foi lançado ao público em 1998, ano da comemoração dos 25 anos “bodas de prata” desta Associação.

No passado, entre 1982 e 1988, o Rancho organizou o “Festival de São Miguel” no dia 8 de maio, “Dia de São Miguel”, no centro histórico da nossa cidade. Também como “Feiras de Artesanato”, na freguesia da Fajã de Cima.

O Rancho realiza desde 2016 o “Açores – partilhar tradições”, um projeto de dinamização cultural que dá primazia à Região, na promoção e divulgação da freguesia da Fajã de Cima, e do concelho de Ponta Delgada. Partindo de São Miguel, o projeto viaja para todas as ilhas na partilha dos conhecimentos da Etnografia e do Folclore e na troca de experiências com outras entidades. Dar a conhecer as ilhas, fazer turismo e dinamizar a economia local de cada uma das nossas ilhas, é parte integrante da iniciativa.

Ao longo dos anos, largas dezenas de associados contribuíram para o sucesso do Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima, através do seu trabalho de gestão associativa e do seu trabalho artístico, com muito empenho e entrega na defesa do Património Cultural.

Atualmente, a Associação que está a celebrar 50 anos de atividade, é composta por cerca de trinta e cinco elementos que mantêm a Associação em permanente atividade, regendo-se por Estatutos próprios e sendo uma Entidade de Utilidade Pública.

Por tudo isto, e pela reconhecida importância do serviço cultural e social prestado pelo Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de maio de 2023, a aprovação de Voto de Congratulação ao Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima, pela comemoração dos seus 50 anos.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Rancho Folclórico Santa Cecília da Fajã de Cima, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Fajã de Cima; à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 10 de maio de 2023

Os Deputados,

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto, é um Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, à Associação Cultural Teatro de Giz, pelo seu 25.º aniversário.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins para a sua apresentação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Voto de Saudação à Associação Cultural Teatro de Giz pelo seu 25º aniversário

O Teatro de Giz formou-se na ilha do Faial em 1998. Nesse ano, um grupo de espíritos inquietos e irrequietos juntou-se para levar à cena a peça “Era uma vez um dragão”.

É, efetivamente, desde essa data que o grupo existe, pese embora a Associação apenas se tenha constituído formalmente a 22 de março de 2002.

Desde aí, captando sempre mais e novos entusiastas das artes cénicas, não mais pararam de produzir... desde encenações, oficinas de escrita criativa, oficinas de trabalho de ator, eventos culturais, mês do teatro, peças radiofónicas, e tantas outras atividades e produções, que mantêm o Teatro de Giz vivo e pulsante até hoje.

É uma conquista notável para uma companhia de teatro alcançar 25 anos de atividade constante e é um testemunho do talento, dedicação e paixão de todos os envolvidos no grupo. Durante estes 25 anos, o Teatro de Giz proporcionou momentos de arte, entretenimento e reflexão a diversos públicos, no Faial, no Arquipélago e no continente português.

Enriqueceram a nossa comunidade com trabalho, criação, adaptação, provocação, mas acima de tudo, qualidade no trabalho desenvolvido que procurou criar públicos, não se acomodando, sempre de espírito inquieto.

Fizeram um trabalho direcionado, conforme as próprias palavras do grupo, que citamos: “*para as pessoas e para a comunidade, um quarto-de-século de*

mais de 40 produções próprias e co-produções de espectáculos de teatro e artes performativas, em palcos tradicionais e em palcos incríveis; mais de uma dezena de itinerâncias, noutras ilhas e fora dos Açores; mais de 30 acções de formação nas diversas áreas do teatro, além de debates, palestras e tertúlias; seis mãos cheias de encenadores do nosso país, que nos permitiram conhecer e viajar por textos e dramaturgias do mundo inteiro.”

Entre tantas e meritórias iniciativas levadas a cabo pela companhia, evidencia-se uma produção específica feita no âmbito das comemorações dos 50 anos da erupção do Vulcão dos Capelinhos, bem como a produção da incrível história em documentário ficcionado “A ilha de Arlequim”, sob a direção de Zeca Medeiros, que promoveu a união do grupo faialense ao Piccolo Teatro di Milano, um dos nomes maiores da Commedia dell'Arte ao nível mundial.

Um quarto de século e tantos feitos para contar...

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação à Associação Cultural Teatro de Giz pela passagem do seu vigésimo quinto aniversário, desejando que continue a inspirar, a emocionar e a cativar o público com performances criativas e inovadoras.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Associação Cultural Teatro de Giz.

Os Deputados

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

Senhora Deputada Salomé Matos tem a palavra.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente, a este voto aqui trazido e lido pelo Senhor Deputado Rui Martins.

Efetivamente, ao longo destes 25 anos, esta associação cultural teve o mérito de se destacar, fosse através da comédia, ou da tragédia. Efetivamente, teve a coragem de sempre apontar e trazer para a reflexão do público assuntos controversos e contemporâneos.

Portanto, acompanhamos este voto de saudação e felicitamos todos aqueles que foram obreiros e que mantiveram, ao longo deste quarto de século, viva esta associação cultural, fazendo votos de sucesso para o futuro.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de Voto de Saudação, pelo 25.º Aniversário do Teatro Giz, é apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Luís para a sua apresentação.

Deputada Ana Luís (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação pelo 25.º aniversário do Teatro de Giz

O Teatro de Giz está a comemorar as suas Bodas de Prata.

A Associação Cultural O Teatro de Giz goza do estatuto de utilidade pública desde setembro 2015 e tem trabalhado, ao longo destes 25 anos, em prol da promoção do teatro e na defesa dos valores culturais.

Têm sido 25 anos de um caminho difícil, de dedicação e trabalho árduo de muitas dezenas de colaboradores, encenadores, atores e órgãos diretivos, que resultaram num percurso estável e produtivo que se traduz nas mais de 40 produções de teatro e artes performativas, workshops, ações de formação, palestras entre tantos outros.

Desafiando-se a si próprios, e ao imenso público que também os acompanhou ao longo destes 25 anos, colocando sempre a excelência nas suas produções, defendendo a importância das artes para uma sociedade livre, procurando a diversidade e a inclusão, integrando-se na sociedade como uma voz que alerta para a importância, mas também para as dificuldades, que este sector enfrenta e instando as entidades públicas e privadas – e aqui secundamos esta reivindicação - a continuarem a apoiar os seus projetos.

De entre as várias produções do Teatro de Giz permitam-me que destaque “A ilha de Arlequim” de março de 2007. De uma infeliz ocorrência, o naufrágio CP Valour junto à praia da Fajã, da freguesia da Praia do Norte, se deu uma feliz coincidência, no sentido que este navio porta-contentores transportava diverso material, desde adereços cénicos, máscaras, fatos – de entre eles um fato de Arlequim - da afamada companhia italiana Piccolo Teatro di Milano. Este telefilme, uma coprodução da RTP Açores e o Teatro de Giz, baseia-se nestes acontecimentos tendo estreado no Teatro Faialense, mais tarde no Teatro D. Maria II, e estreitou os laços entre estas duas companhias de teatro, que o destino uniu de forma tão inesperada.

E se dúvidas existissem sobre este percurso de 25 anos, o nome atribuído ao programa evocativo deste aniversário diz tudo - 25 anos de Inquietação!

Que esta inquietação, vontade de inovar e de contribuir para o enriquecimento cultural do Faial e dos Açores sejam o mote para muitos mais

anos de sucessos do Teatro de Giz. É o que desejamos a esta associação cultural felicitando os seus corpos sociais, os atuais e os que lhe antecederam, todos os que ao longo destes 25 anos colaboraram com o Teatro de Giz e ao seu público, no fundo a razão da sua existência.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Saudação pelo 25.º Aniversário do Teatro de Giz e que deste Voto seja dado conhecimento à Associação Cultural O Teatro de Giz, ao Governo Regional, à Assembleia Municipal da Horta e ao Conselho de Ilha do Faial.

Sala de Sessões, 10 de maio de 2023

Os Deputados

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições sobre este voto?

Senhora Deputada Ana Luís, faça favor, tem a palavra.

Deputada Ana Luís (PS): É para uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente: Faz favor.

(* **Deputada Ana Luís (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Só para dar nota à Mesa e à Câmara de que o voto tem um erro que eu já não referi na leitura do voto, referindo-se à peça “a Ilha de Arlequim”, quando próprio voto refere que “o telefilme”. Por isso gostaria que a câmara tivesse isso em consideração na votação, para que também depois em sede de redação final do voto possa ser corrigido este lapso.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Então vamos passar à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Próximo Voto de Saudação, pelo 1.º de Maio, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado para a sua apresentação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Voto de Saudação pelo 1º de Maio

A celebração do Dia do Trabalhador em Portugal remonta a 1890, ano que foi também o primeiro da sua realização internacional.

Do caráter festivo dos seus primórdios, a data passou a momento de reivindicação, depois de instituída a República, destacando-se os ganhos

dessas lutas com a consagração na lei da jornada de oito horas para os trabalhadores do comércio e da indústria, em 1919.

A ditadura e o Estado Novo remeteram para a clandestinidade o movimento sindicalista reivindicativo, mas isso não demoveu os trabalhadores de lutarem por direitos laborais, segurança no trabalho e liberdade de organização e não impediu manifestações simbólicas, acompanhadas por greves, como aconteceu em 1962.

Foi, no entanto, a Revolução de Abril que abriu as portas ao verdadeiro sindicalismo livre e democrático, à consagração de direitos laborais, entre os quais avulta o direito à segurança no trabalho e um salário mínimo, este instituído nos primeiros dias da Liberdade, precisamente a 27 de maio de 1974, por decisão do I Governo Provisório, liderado por Adelino da Palma Carlos.

Mas esse não foi o ponto de chegada, antes o começo de muitas lutas, prosseguidas e mantidas com determinação ao longo de quase meio século. E que hoje continuam necessárias, e em muitos casos se fazem sentir de modo intenso – é o caso da luta dos professores e profissionais de saúde, mas também de muitos outros setores de atividade onde falta dignidade no emprego e a justa remuneração.

O 1º de Maio de 2023 celebra-se nos Açores quando registamos o maior número de sempre de açorianos empregados e o valor mínimo da taxa de desemprego nos últimos catorze anos, bem assim quando a concertação social é mais valorizada do que sempre e na Administração Pública Regional se procedeu à regularização de contratos precários e revisão de diversas carreiras, com especial incidência na área da saúde e da educação, neste caso reduzindo significativamente o recurso à contratação sucessiva de professores.

Estas circunstâncias, sendo motivo de satisfação, não podem dispensar energias ou sequer desmobilizar a vontade de proporcionar mais e melhor emprego, com dignidade, nas nossas ilhas. Porque há ainda trabalho precário, emprego a tempo parcial, dificuldades na celebração de contratos coletivos, transgressão de direitos, cerceamento da atividade sindical e uma deficiente redistribuição da riqueza pela força do trabalho.

Tudo isto também impele e convoca a força de trabalho para a defesa dos seus direitos, em conjugação com as organizações sindicais e comissões de trabalhadores, em concertação e na observância dos normativos legais pelas entidades responsáveis.

Celebrar o 1º de Maio significa, pois, lembrar a história da defesa do trabalho e dos direitos que lhe estão associados, alertar para as desigualdades que persistem, sobretudo a discriminação salarial das mulheres, e lutar pela dignificação do emprego. Invocar o 1º de Maio é cumprir Abril.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pelo 1º de Maio – Dia do

Trabalhador, através dele saudando todos os trabalhadores açorianos e as suas comissões e organizações sindicais.

Os Deputados:

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos então colocar à votação este voto de Saudação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Próximo Voto de Saudação, também pelo Dia Internacional do Trabalho, é apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima, para a sua apresentação.

Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação pelo Dia Internacional do Trabalhador

O Dia Internacional do Trabalhador, que se comemora no dia 1 de Maio, celebra as importantes conquistas já alcançadas ao longo de décadas de luta por melhores condições de trabalho, mas é também uma oportunidade lembrar o caminho que ainda está por percorrer para combater as injustiças e as desigualdades que continuam a afetar muitos dos que vivem do seu trabalho.

Esta longa caminhada começou no dia 1 de maio de 1886 quando milhares de operários, em Chicago, saíram à rua para defender a redução da jornada de trabalho para 8 horas. Mesmo enfrentando uma repressão policial violenta, que custou muitas vidas, estes homens e mulheres não desistiram e acabaram por conquistar, anos mais tarde, direitos e liberdade, passando a ser um exemplo e uma inspiração para todos os que lutam, ainda hoje, por melhores condições de trabalho e por melhores salários.

Em Portugal, foi a explosão da democracia, a partir de 25 de abril de 1974, que marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, de um salário mínimo nacional.

Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano.

Importa, por isso, saudar todas as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração, e a coragem de todos e todas que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade,

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação pelo 1.º de Maio.

Horta, 10 de maio de 2023

Os Deputados:

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

Senhor Deputado Francisco Coelho, faça favor. Tem a palavra

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se naturalmente, atento ao seu conteúdo, ao Voto de Saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda, ao elenco que faz e que é sempre oportuno lembrar acerca das conquistas que também Abril nos trouxe em termos de 1.º de Maio.

E se cabe, neste contexto e nesta circunstância, apresentar um voto, é bom também lembrar, sobretudo, aproveitando aqui a presença, naturalmente, do Governo e do Senhor Presidente do Governo, que, para além de votos, sobretudo nalgumas matérias, e para além da homenagem histórica que se deve fazer, é preciso ação, são precisas medidas e é preciso coerência.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Coerência?

O Orador: É preciso coerência quando se fala em combater a precariedade no setor privado e no setor público, porque a precariedade no setor público combate-se com medidas que ultimamente não têm sido tomadas por este Parlamento.

E é com essas medidas que nós temos coerência, e o discurso e o voto não são apenas um voto pio, é, sim, uma convicção profunda que faz sentido.

Associamo-nos, naturalmente, ao voto do Bloco de Esquerda ao 1.º de Maio e ao 25 de Abril que ele possibilitou.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

O PPM associa-se, naturalmente, a este Voto de Saudação, mas não posso deixar de referenciar de forma muito negativa a forma como o mesmo foi instrumentalizado para a guerrilha partidária por parte da bancada do Partido Socialista.

Deputado Francisco Coelho (PS): Um protesto!

O Orador: Esta é uma causa de todos, é uma causa importante que não deve ser instrumentalizada em nenhum momento para a guerrilha partidária e não era esse, com certeza, o propósito do voto.

Por isso, da nossa parte, esta associação a este voto é algo que nós fazemos desde sempre.

Valorizamos. É muito importante que se faça na defesa dos trabalhadores, mas nunca na defesa de qualquer estrutura partidária e de interesses que são exclusivamente partidários, instrumentalizando este voto para a guerrilha partidária. Eu considero que se trata de uma prática absolutamente condenável e lamentável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, um protesto!

Presidente: Tem a palavra para um protesto do Senhor Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** É óbvio que não é preciso justificar o protesto, porque nós estamos aqui a discutir e a votar um voto e as nossas intervenções devem ser para falar sobre esse voto.

O Senhor Deputado Paulo Estêvão, conforme é habitual, porque trata o Regimento com os pés, sempre que lhe apetece,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas isto é linguagem?

O Orador: ... e tem algum prazer nisso, resolveu pedir a palavra para criticar a minha intervenção e não para falar do voto.

Eu falei no voto do Bloco de Esquerda e, a respeito do voto do Bloco de Esquerda, fiz uma referência ao Governo que, pelos vistos, não ficou incomodado e acho que não devia ficar...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que vergonha! O Governo não pode falar! Que vergonha!

O Orador: ... com a minha referência, à cerca daquilo que é preciso fazer, porque continua a ser preciso fazer, como é dito neste voto, a respeito dos trabalhadores.

Portanto, foi isso que eu fiz.

A intervenção do Senhor Deputado Paulo Estêvão, nessa medida – eu sei que ele tem uma competição em ser o líder parlamentar da coligação –, é de todo em todo, infeliz, e é mais um abuso, que costuma passar impune, do Senhor Deputado Paulo Estêvão neste Parlamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, querendo, tem direito a um contraprotesto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

A descortesia, como “tratar com os pés o Regimento”...

Deputado Francisco Coelho (PS): Vai fazer greve de fome ou não?

O Orador: ... e outras frases que o Senhor Deputado Francisco Coelho pronunciou, mostram bem o nível a que colocou a sua intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu quero dizer que, obviamente, o Senhor Deputado não se cingiu, na sua análise, a falar do voto e dos trabalhadores.

Utilizou o mesmo como instrumento de guerrilha, atacando o Governo, quando o Governo, como se sabe, neste Voto de Saudação, nem sequer pode fazer qualquer tipo de intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, nem sequer pode exercer o contraditório.

Isso, só por si, mostra uma forma de atuação absolutamente errada e que o PPM não faz, não subscreve e considera até que é uma forma, digamos assim, eu vou dizer a expressão... é

Há sempre uma determinada cobardia,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Por parte sua!

O Orador: ... atacar alguém que não se pode defender no âmbito deste tipo de votos. E por isso o que eu quero dizer é que da parte do PPM nós cumprimos escrupulosamente o Regimento.

Não aproveitamos é para fazer guerrilha partidária e atacar o Governo num momento Regimento em que o Governo não o pode fazer.

O contraditório é essencial em democracia...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem o viu e quem o vê!

O Orador: ... e aqui o Senhor Deputado sabia que não tinha contraditório e é por isso que fez as afirmações que fez.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, defenda da honra!

Presidente: Faz favor.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Se eu não posso defender a honra quando me chamam de cobarde, imaginem a cobardia de quem fala!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu queria dizer de uma forma muito simples que não vi da parte do Governo que tenha ficado ofendido, ou molestado, pela minha intervenção, no sentido de ser feita uma atuação, conforme a defesa dos trabalhadores.

Senhor Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é que é uma interpelação?

O Orador: Não, não. Isto é a defesa da honra, porque o senhor chamou-me de cobarde.

Eu quero dizer-lhe que o senhor está habituado a fazer aqui, mais ou menos, tudo o que quer, e gosta de fazer números circenses, mas eu não lhe admito que me chame de cobarde

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não lhe chamei de cobarde!

O Orador: Chamou-me cobarde em geral. Não me chamou cobarde, em termos políticos.

Eu quero dizer-lhe que não lhe admito, não aceito, e que isto significa a forma como o Senhor Deputado Paulo Estêvão faz política.

Não era preciso e diz muito de si, do pertence partido que criou nos Açores e, sobretudo, também diz (tenho que dizer isto) de quem aceita estar consigo.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para prestar explicações, tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Reitero!

Atacar, aproveitar este voto de saudação, para atacar o Governo, num momento em que o Governo não podia apresentar o seu contraditório, é um ato de cobardia política.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não tem outro nome, Senhor Deputado.

Volta a afirmá-lo: cobardia política!

Naturalmente, não faço nenhuma referência à sua pessoa e àquele que é o seu comportamento em geral, mas é uma cobardia política! É isso que lhe quero dizer.

E em relação ao pertence partido, o que eu lhe quero dizer, é devolver:

Pertence partido é o seu, Senhor Deputado! Pertence partido é o seu!

Nós estamos cá desde 1974. Respeitamos os outros partidos.

Não me vê utilizar esse tipo de comentário sobre o seu partido. Apenas o faço quando lhe tenho de responder.

Pertence partido é o seu.

Posso lhe dizer que nós não tivemos, ao longo da nossa história, nenhum Secretário-Geral ou Presidente do nosso partido na prisão.

Isso é o que eu quero dizer.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos passar à votação do Voto de Saudação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação, “Saudar sempre o 25 de Abril”, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho para a sua apresentação.

Deputado Francisco Coelho (PS): Senhor Presidente, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação – saudar sempre o 25 de Abril

Acabámos de comemorar 49 anos da Revolução dos Cravos.

É oportuno, justo, necessário e mesmo urgente saudar a efeméride e revivificá-la – não como desobriga institucional, mas como imperiosa necessidade democrática.

Se é certo que aquela madrugada inteira e limpa, no inapagável verso de Sophia, não deve ter proprietários a não ser o Povo Português, a verdade é que teve vários e variados protagonistas, que é elementar dever homenagear: lembrar a generosidade e o risco daqueles que, por diversas formas, resistiram à opressão, à tirania, à hipocrisia institucionalizada, à perda de emprego, à prisão, à tortura e ao exílio; também à desigualdade, à ignorância imposta, à discriminação de género, aos banimentos em nome da hipócrita moral oficial.

Por isso, se aqui chegámos, é porque houve sempre alguém que resistiu, que teve o impulso moral de se incomodar, em nome da dignidade própria e alheia.

Porque é hoje e sempre imperativo e dever nosso honrar a memória e exemplo dos resistentes, de muitas e diversas formas. E proclamar, como fez Ulysses Guimarães, Presidente da última Constituinte Brasileira, “ódio à Ditadura. Ódio e nojo”.

Hoje consabidamente beneficiamos de conquistas, que cremos e queremos que sejam civilizacionais e perenes, que concretizam várias gerações de direitos, liberdades e garantias, não apenas defensivos, mas também programáticos: a escola pública universal, os sistemas de saúde públicos, os direitos ao trabalho, à Habitação, à Cultura, ao Ambiente e a uma Vida Digna. A verdadeira conquista e plena generalização desses direitos não é fácil e revela na prática obstáculos de monta, mas deve ser um programa, uma meta, uma bandeira a prosseguir e ampliar incansavelmente.

Porém, vivemos hoje tempos desafiantes. A guerra voltou à Europa, lembrando amargamente que se enganaram os esperançosos nas meras vantagens das trocas comerciais como garante da ordem internacional. Nunca foi tão fácil propagar a mentira de forma instantânea, e tão difícil destrinçar entre factos e preconceitos e desprezar a memória. Alguns lembram-nos, da pior maneira, que não há, afinal, adquiridos, e que as conquistas de uma sociedade decente e livre são um legado a honrar, atualizar e defender todos os dias, com o espírito de amor à liberdade, há igualdade de direitos e ao desenvolvimento.

É cada vez mais preciso impedir, com firmeza, que os novos ditadores levem para casa, como coisa sua, as joias da República! E para isso é necessário, fiéis ao espírito de abril, que as Mulheres e Homens Livres, incansavelmente, estejam firmemente dispostos a defender os valores, as liberdades e os ganhos efetivos que Abril nos trouxe, e que reclamam a sua defesa diária e intransigente, com persistência democrática, sem transigências e sem medo.

Viva o 25 de abril, razão primeira por estarmos aqui!

Viva os Açores!

Viva Portugal!

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 10 de maio de 2023, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assinala o 25 de abril, dia que nos libertou da ditadura e reconhecidamente e merecidamente trouxe a Liberdade ao Povo Português e Açoriano”

Que deste voto seja dado conhecimento à Assembleia da República.

Horta, Sala das Sessões, 10 de maio de 2023

Os Deputados:

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Peço a palavra para, naturalmente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, associar-me aos votos, a este e ao próximo do Bloco de Esquerda, que visam saudar a revolução de Abril, visam saudar a liberdade. Mas nesta curta intervenção, em que naturalmente me associo e associo o Grupo Parlamentar do PSD a este voto, não quero deixar de alertar que a liberdade é uma conquista de todos os dias e de todas as horas. É uma luta constante das democracias.

Hoje, nós, no Parlamento dos Açores, temos uma demonstração de como deve funcionar uma democracia parlamentar neste quadro minoritário de diálogo e de compromisso.

Esse é um exemplo daquelas que são as verdadeiras conquistas que o 25 de Abril trouxe, em termos de liberdade.

Mas o alerta deve ficar permanente: não pode existir neste país processos políticos, a decorrer em comissões de inquérito, que tenham intervenções de polícias secretas, ou de serviços secretos.

Está em risco a liberdade, está em risco a democracia quando permitimos que numa comissão de inquérito seja permitida a intervenção da polícia, dos serviços secretos do Estado Português.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: É preciso que esses alertas sejam feitos para que a democracia nunca se esqueça das razões que levaram ao 25 de Abril.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação do Voto de Saudação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação, é apresentado pelo Bloco de Esquerda, pelo “49.º Aniversário da Revolução do 25.º Abril”.

Tem a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para a sua apresentação.

Deputada Vera Pires (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Voto de Saudação pelo 49º Aniversário da Revolução de 25 de Abril

Comemoramos o quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O 25 de Abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário.

Conquistou-se a autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que nos permite estar hoje nesta casa a saudar Abril e a democracia e acima de tudo a decidir o caminho que queremos para os Açores.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de Abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de Abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como “outro”, debilitando a democracia.

A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pelo 49.º aniversário da Revolução de Abril, bem como pelas comemorações do 50.º aniversário que decorrerão entre 2022 e 2025, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se

empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado Social.

Horta, 10 de maio de 2023

Os Deputados:

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Senhor Deputado Francisco Coelho, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Naturalmente para declarar que o Partido Socialista associa-se ao teor do voto do Bloco de Esquerda e vai votar favoravelmente.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

É para informar esta câmara e o Bloco de Esquerda que o PPM vai votar favoravelmente este voto de saudação.

O PPM foi fundado em 1974, após a Revolução de Abril.

Os nossos responsáveis integraram os primeiros governos provisórios e fizemos também esta caminhada e esta construção do Portugal democrático, de um velho partido que nos orgulhamos da nossa história e da nossa luta sempre em todo este percurso, a nossa luta pela liberdade e pela democracia.

Em Portugal, no conjunto do país, mas também nas regiões autónomas e na Região Autónoma dos Açores, lutámos sempre com afino, pela liberdade, pela democracia.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos passar à votação deste voto de saudação.

Desculpa! Senhor Deputado Joaquim Machado tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Conforme já tinha sido dito, naturalmente, a bancada do Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto, como, aliás, o fez em relação ao anterior, votando favoravelmente.

Portanto, esta é a forma de expressarmos a nossa concordância com aquilo que é aprovado.

Mas este voto de saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda faz uma referência, com a qual nós também concordamos, às dificuldades que ainda hoje existem ao nível do emprego e das garantias e das liberdades, também no domínio laboral.

E eu penso que este é o momento certo também para referir uma coisa, que são as conquistas que neste domínio nós temos feito nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E ainda há instantes o Instituto Nacional de Estatística publicou os dados do desemprego do primeiro trimestre e os Açores são, nestes primeiros três meses do ano, a segunda região do país com a taxa mais baixa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ficando a um ponto percentual da média nacional – 7.2 no país, 6.2 nos Açores. Isso também diz muito do que estamos a fazer aqui.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Vera Pires (BE): Se isto não é instrumentalização de um voto, então eu não sei o que é!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então votar este voto de saudação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação – “celebração do Dia da Europa”, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, para a sua apresentação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação pela celebração do Dia da Europa

No dia 9 de maio celebrou-se, mais uma vez, o Dia da Europa.

Considerada como uma experiência única, a nível mundial, de cooperação, de concertação, incluindo de cedência voluntária de elementos de soberania por parte dos estados-membro que dela fazem parte, a agora União Europeia tem, neste ano 2023, um passado rico de realizações e fértil de ensinamentos. Mas tem, sobretudo, um futuro aliciante, desafiante e profundamente motivador para a realização dos ideais que nortearam a declaração seminal de Robert Schumann, em maio de 1950, e todos os atos fundadores dos diversos estádios que desembocaram naquilo que a União Europeia é hoje.

A criação de um espaço geopolítico diverso, unido à volta de um conjunto de princípios e de valores como a Paz, a Democracia, a Liberdade, o Respeito pela Dignidade Humana e o Estado de Direito, a Prosperidade e o Progresso, para apenas citar alguns, constituem ainda hoje objetivos que interessa realçar

e enaltecer, mesmo quando, ou, melhor dito, sobretudo quando, os ventos da história parecem, por vezes, ameaçar dispersá-los.

Na perenidade desses valores, desses princípios e desses objetivos, em que alguns, sempre lestos e interesseiros no medrar do pessimismo, se apressam a ver o fracasso ou a fragilização dessa extraordinária realização política, a transitoriedade, a evolução, e, - porque não reconhecê-lo? -, às vezes o retrocesso das condições objetivas que os envolvem, constituem, esses sim, os fatores principais da sua permanente revitalização e da ambição de um mundo melhor.

Hoje, a União Europeia enfrenta desafios intrinsecamente ligados aos princípios e aos valores que a enformam e norteiam.

A Paz, seja ela no espaço político interno, como é o caso das permanentes e persistentes periódicas tensões nos Balcãs, seja no espaço geográfico europeu e antecâmara do espaço político, como é o caso da Ucrânia e, aí, com especial urgência;

A Democracia, face ao ressurgimento de fenómenos extremistas, de radicalismos e outros “ismos” que, muitas vezes, “com pézinhos de lã” se instalam e, desde logo, minam uma cidadania informada e esclarecida, mas, também, face a fenómenos de distanciamento das instituições políticas face aos cidadãos e pouca atenção das mesmas à imprescindível legitimação democrática dos poderes e das decisões;

A Liberdade, o Respeito pela Dignidade Humana e o Estado de Direito, a Prosperidade e o Progresso.

Mas, parafraseando um político de outras paragens, “Não há nada de errado com a Europa que não possa ser resolvido com aquilo que está certo na Europa”.

E é essa confiança e essa convicção nas virtudes e nos méritos dessa extraordinária obra política que é bem diferente da adesão cega a uma suposta perfeição que, deve continuar a nortear a nossa ação e a nossa relação com essa Europa que nós, Açorianos, também somos: com ambição, com determinação, e com exigência.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Saudação no âmbito do Dia da Europa 2023.

Horta, 10 de maio de 2023

O Deputado

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Vamos então votar este voto de saudação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos assim os votos que deram entrada na Mesa.

Vamos fazer um intervalo. São 11H50. Regressamos às 12h10.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 15 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Encerrámos a apresentação dos votos e vamos iniciar as declarações.

A primeira é uma Comunicação do Governo Regional, produzida pelo Senhor Presidente do Governo Regional, que tem prioridade sobre as declarações políticas.

Dou a palavra ao Senhor Presidente do Governo Regional para efetuar a sua comunicação. Faça favor, Senhor Presidente.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelência, Excelentíssimo e Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimas e Excelentíssimos Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

O Mundo, a Europa e o nosso País, vivem, e nós também com eles, grandes e atuais incertezas, sejam de ordem global ou local, quanto às interdependências de carácter financeiro, económico ou social.

As crises têm-se sucedido em curtíssimo tempo e acumulam-se, alargando o espectro das suas nefastas consequências para o equilíbrio socioeconómico, para a previsibilidade financeira, para o progresso e desenvolvimento dos territórios e povos.

Não temos qualquer dúvida de que contrariar essa tendência é imperativo estratégico para vencer o desafio do futuro.

Contra a instabilidade de valores e de objetivos estratégicos, somos pela sua consistência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A consistência estratégica de um paradigma novo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Um novo paradigma de desenvolvimento económico e social para os Açores, que promova elevadores sociais, pela valorização do capital social e humano e pela criação de riqueza, solidária, mas dinâmica e compatível com a capacidade de gerar valor acrescentado no nosso capital natural e geração de

bens e serviços transacionáveis de excelência e compreensíveis da competitividade global.

Somos convictos da razão de Henri Bergson, segundo o qual não conquistaremos o tempo indo mais rápido e ziguezagueando. O que queremos é mostrar que o valor do tempo é aquilo que ele dura.

Pois, na verdade, o que tem valor é a consistência, que dá garantia ao que é estratégico e estrutural.

Nos Açores, apesar dos efeitos globais das recentes e atuais crises acumuladas e do histórico penoso de anteriores governações, vive-se hoje tranquilidade social e boa expectativa económica.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Desde logo, essa tranquilidade é fruto dos esforços de diálogo e concertação com o Parlamento, respeitando a pluralidade e a geometria variável dos consensos com os partidos políticos, e na economia e na sociedade com os parceiros sociais.

O que nos tem guiado é o cumprimento do Programa do Governo, ele por si gerador deste novo paradigma.

Tal como em anteriores momentos de comunicação política por parte do Governo a este Parlamento, também hoje apresentamos aqui alguns resultados setoriais das nossas políticas públicas, assumindo que, na sequência desta e com regularidade, outras faremos na apresentação de mais resultados das diferentes áreas da governação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

O mandato político dos Açores 2020/2024 interpretou a vontade democrática de uma mudança de paradigma, com duração Bergsoniana, porque, como soi dizer-se, “Roma e Pavia não se fizeram num só dia”.

O tempo, e sua duração, é, pois, essencial para a consistência estratégica geradora de bons resultados.

O nosso entendimento é, tem sido, o de que o orçamento público não deve ser usurpador da riqueza das pessoas e das empresas, que reinvestindo elas geram e multiplicam atividade económica, emprego e rendimentos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Por isso, diminuámos o máximo que nos é permitido os impostos, sobre os consumidores, os trabalhadores e as empresas.

Baixámos até aos 30% o diferencial para as taxas nacionais do IVA, do IRS e do IRC.

A nossa estimativa é de que, com esta medida e até ao final do corrente ano, ficarão na economia mais de 140 milhões de euros, isto é, que não foram, portanto, usurpados pelo orçamento público.

Os contribuintes açorianos gostam de políticas que cobram menos impostos. Nós também.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Pela mobilidade nos Açores e criação de uma região económica, de modo a revalorizar o mercado interno, criámos a “Tarifa Açores”.

Já mais de 445 mil passageiros viajaram ao abrigo da “Tarifa Açores”, a 60 euros preço máximo de ida e volta, com poupança familiar e de empresas superior a 50% face aos antigos preços.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Os Açorianos gostaram e gostam da “Tarifa Açores”.

A economia revitaliza-se com a confiança dos investidores no mercado e nas políticas públicas consistentes e estratégicas.

E os resultados estão aí, com mais açorianos no mercado de trabalho.

Atingimos o máximo registado desde 2009, com mais de 123.700 ativos, chegando ao valor histórico de 116.600 Açorianos empregados no final de 2022, e hoje já mais com os dados revelados sobre o primeiro trimestre deste ano.

Em qualificação profissional temos 800 formandos nas Escolas Profissionais da Região. E a verdade, é que há falta de mão de obra, mas isso é revelador de investimento e de aquecimento na nossa economia.

A economia do primeiro setor, do agroalimentar e do marítimo alimentar está a recuperar progressivamente de baixos rendimentos históricos, riscos de falência.

As atividades do negócio associado ao turismo, em 2022, atingem números recorde em dormidas, em passageiros e em receitas. Máximo em proveitos de mais de 126 milhões de euros.

Registámos um novo máximo 1.842.600 passageiros desembarcados, isto é, +8,1% do que em 2019, anterior ano recorde.

A criação de riqueza na economia gera melhores rendimentos e mais autonomia nas pessoas, fruto de menos dependência de subvenções públicas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas uma estratégia de diminuição de custos de contexto social às famílias, a par da diminuição dos impostos, gera mais liquidez no rendimento disponível das pessoas e das famílias.

A consistência estratégica das políticas inclusivas que assumimos tem já resultados positivos.

No âmbito das medidas de apoio à infância, implementámos a gratuitidade das creches públicas, a cerca de 2.900 crianças. Estimamos que as famílias nos Açores tenham uma poupança a rondar os 3,5 milhões de euros neste ano de 2023.

Com o Programa “Novos Idosos”, asseguramos um apoio mensal até 948 euros, por beneficiário.

Estimamos abranger cerca de 250 idosos, até 2025, correspondendo a um investimento de 10 milhões de euros, dirigido às famílias Açorianas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda no apoio direto aos idosos, através do pagamento de medicamentos, reformámos o programa “Compamid”, no sentido mais justo e favorável ao acesso direto ao apoio financeiro para aquisição dos medicamentos preceituados. A sua facilidade fez aumentar o apoio de 1,2 ME para 6 ME.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

No Programa de apoio direto à natalidade - “Nascer Mais” -, estão apoiados 350 bebés.

O complemento dirigido aos reformados e pensionistas, sob a designação popular de “cheque pequenino”, é agora no valor de 97 euros, quase duplicou face ao seu valor anterior, de 54 euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas também estamos a fazer uma forte aposta no elevador social nos Açores. O investimento na Educação é a primeira das nossas prioridades. Estamos apostados em ter uma Região com sucesso educativo generalizado, contrariando a história que ainda persiste negativamente.

Reforçámos os quadros do setor público da Educação da Região em mais de mil trabalhadores, num claro esforço de proporcionar maior estabilidade no vínculo laboral, tão submetido que estava aos sucessivos contratos de termo certo, geradores de instabilidade em tantos docentes e em todas as suas famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Era esta a luta sindical até então com a entrada deste Governo e a mudança de paradigma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Promovemos a gratuidade dos manuais escolares.

Reforçámos o apoio social escolar em mais 22% do seu anterior valor. Sim, estamos a desonerar as famílias dos custos de contexto da sua sobrevivência e, desde logo, assegurando um aumento de liquidez do seu rendimento disponível.

A Saúde está sempre nas primeiras preocupações dos açorianos. Estamos a melhorar a capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde (SRS).

Foram já contratados mais de 200 profissionais para o SRS, 73 dos quais médicos, 108 enfermeiros e 23 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Diminuímos o número de açorianos em lista de espera: são agora menos 2.410.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Também reduzimos (e isto é importante)...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Presidente.

O Orador: ... o tempo médio de espera em 153 dias e aumentámos o número de consultas de especialidade nas ilhas sem Hospital.

Senhor Presidente, termino já.

Estas são algumas das políticas em execução e com resultados, que hoje esta comunicação política do Governo destaca, mas outras comunicações no futuro próximo abordarão progressivamente outros setores. Fá-lo-emos com método.

Mas nestas, como em todas as outras medidas políticas, e em todos os outros setores da governação, o que temos é consistência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, a governação torna-se uma força positiva.

Por outro lado, o essencial da causa do progresso tem sempre a sua principal alavanca nas famílias e nas empresas, na economia e na sociedade democrática e participativa.

E, a final, a consistência deste rumo estratégico, com mudança de paradigma, só se confirmará sem regressos ao passado,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... pois correr-se-ia o risco de este ser desfeito, por aqueles que no passado o recusaram.

(Aplausos de pé dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Estamos convencidos da assertividade deste rumo, nos seus benefícios e na confiança do nosso Povo nele.”

Disse. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Presidente do Governo Regional.

Está feita a comunicação. Estão abertas as inscrições.

Tenho uma inscrição. Senhor Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Segundo ouvi, tenho 15 minutos para falar, o que é ótimo.

Senhor Presidente, em primeiro lugar, é sempre importante o Presidente do Governo vir a esta casa dar conta do seu trabalho. Isto é fundamental.

É importante que os açorianos também percebam o que é que se está a fazer e o que é que se pretende fazer.

Também lhe dizer, Senhor Presidente, que, qualquer açoriano, aliás, qualquer ser vivo humano, quer pagar menos impostos e ter viagens mais baratas. Isso é uma evidência. Esta conquista, já se fez, com alguma colaboração aqui do Chega também, e não só. Isto já aconteceu.

Agora o que os açorianos não gostam e lutam ainda, e ainda ontem falávamos nisso, ou pelo menos o Chega falava nisto, é a dificuldade no acesso à habitação.

É também a injustiça social entre aqueles que trabalham. Ainda hoje falávamos do Dia do Trabalhador, e fico a pensar daqui a dias, o dia do não trabalhador.

Mas aqueles que trabalham e tentam a todo o custo, e honestamente, fazer o seu caminho, como assim educados, durante séculos ou milénios, nesta nação portuguesa, também sentem uma injustiça muito grande quando continuam a ver que ainda há uma série de apoios sociais que vão para as pessoas que não deviam ir.

E isto também é consequência de alguma falta de mão de obra. E tolo seria aquele que trabalhando ganhasse o mesmo, ou menos do que tendo o dinheiro de graça.

É assim que todos os dias ouvimos.

É verdade que tem diminuído.

É verdade que tem que acabar.

É verdade que temos que dar um passo em frente. Temos que dar um passo em frente naquilo que é dignificação humana, naquilo que é até o assegurar das regalias sociais que as pessoas devem ter. Ou seja, os açorianos que foram para programas ou que recebem apenas apoios sociais, depois, na

altura da reforma, simplesmente têm uma reforma extremamente baixa, porque os descontos não foram os necessários.

Curiosamente, há açorianos que não sabem disto.

Curiosamente, há açorianos que andaram 15 anos em programas ocupacionais.

O defeito é deles?

Não!

Como diz o bom povo e com alguma razão: “tolos a dar e discretos a aceitar”.

E assim foi durante alguns anos.

Nós não podemos aceitar isto.

Temos que combater isto. Nós temos que criar prosperidade.

O senhor disse e disse muito bem: quando nós estamos a baixar os impostos, estamos a deixar nas mãos, ou nas algibeiras dos açorianos, mais algum rendimento que será depositado na economia, que será depositado na educação dos filhos.

O Chega não defende creche gratuitas, e já aqui o dissemos.

Nós defendemos que todos devem pagar. A diferença está numa coisa: o quando se deve pagar, seja creche, seja o que for. É o quanto! O quanto é que faz toda a diferença. Porque, quando tudo é oferecido, nada tem valor.

Quando as pessoas pagam pouco, ou muito, deve ser pago, com certeza, à medida da algibeira e da capacidade financeira e do ordenado de cada família.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Termina já, Senhor Presidente.

Não esquecer também que se nós queremos ter turismo, Senhor Presidente, não podemos descuidar de um dos melhores bens que nós temos, que é a nossa cultura, seja ela, religiosa, seja ela popular, seja o que for.

Não podemos descuidar (e termino já, Senhor Presidente) de um flagelo (e ontem falamos bastante nisso), que são as novas dependências, as dependências sintéticas. Nós temos que atacar este problema pela prevenção imediatamente.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo:

Começar por dizer que, efetivamente, o Grupo Parlamentar do CDS reconhece como bastante positiva esta comunicação do Governo, estes momentos em que o Senhor Presidente do Governo vem apresentar resultados daquilo que é a governação deste Governo Regional, a esta Assembleia.

Acho que isso também é reconhecedor daquilo que é o entendimento deste Governo, deste órgão, que é a Assembleia Legislativa Regional e a apresentação desses resultados daquilo que é a governação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Aquilo que menciona da consistência.

Efetivamente a consistência está sempre, sem dúvida, aliada também ao tempo, ao tempo para se poder implementar as políticas, de implementar os caminhos que se devem percorrer, porque a verdade é que muitas das políticas de governação não se fazem de um dia para o outro, os resultados não surgem de um dia para o outro. Sem dúvida que, aliada à consistência, está também o tempo.

Foram enumeradas diversas medidas que nos parece que têm sido muito positivas no apoio às famílias, no apoio às instituições, desde a redução de impostos, desde a tarifa Açores, tudo o que são medidas para que alivie as famílias que muitas vezes, eu acredito, que parece que querem fazer parecer, ou esquecer, o impacto que essas medidas têm naquilo que é o rendimento das famílias,...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... das empresas.

Por isso eu acho que é sempre bom lembrar as políticas que se têm tomado, muitas delas num esforço orçamental por parte do Governo Regional, priorizando aquilo que considera como prioritário. Parece-nos que tem sido esse o caminho a percorrer.

A questão da habitação também foi levantada aqui pelo Senhor Deputado Pacheco.

Sem dúvida que esse é um grande desafio, a questão da habitação, mas também queria dizer-lhe que a habitação, e o problema que decorre do âmbito da falta de habitação, infelizmente, não se resolve de um dia para o outro, mas a verdade é que este Governo tem aplicado e implementado uma grande política na área da habitação para aumentar as condições habitacionais na Região Autónoma dos Açores, também com a criação de nova disponibilidade no parque habitacional, permitindo a opção de compra de forma mais facilitada, exatamente para apoiar a classe média.

Falo do lançamento a concurso público quer às habitações da freguesia de São Brás, na Praia da Vitória, quer em Ponta Delgada, nos Ginetes, o loteamento de Santa Clara, no Concelho da Povoação.

Também na reabilitação de imóveis na Região tem sido implementada uma política muito forte naquilo que é a habitação, por forma a resolver de forma mais rápida possível esta que, sem dúvida, é uma dificuldade e tem sido esse o empenho deste Governo Regional.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Também tem sido empenho deste Governo Regional naquilo que é o apoio às famílias, desde as creches gratuitas, o projeto Novos Idosos, aquilo que têm sido as políticas na área de emprego e de apoio às empresas.

Muitas vezes falamos aqui das empresas, e certos partidos da oposição, tendem a falar das empresas como de algo depreciativa, relativamente aos apoios que se dão às mesmas, mas é preciso sempre lembrar que todos os apoios que são dados às empresas são apoios, que depois também vão chegar às famílias daqueles que trabalham nas empresas.

Portanto, é sem dúvida importante termos empresas que estejam saudáveis, que estejam empenhadas em renovar, em inovar, em dar resposta aos novos desafios que todos os dias se apresentam. Sem dúvida que o nosso tecido empresarial é fundamental para o desenvolvimento da nossa Região.

naquilo que são as políticas de apoio a estas empresas, mas também naquilo que é o apoio às famílias por via da valorização, e isso é preciso dizê-lo (e a Agenda deste plenário é exemplo disso), das diversas carreiras profissionais da nossa Região, desde os enfermeiros, aos médicos, aos professores, tem existido, sem dúvida, esse esforço por parte deste Governo Regional, por parte também dos contributos que são dados desta Assembleia, muitas delas reivindicações de há largos anos e que agora, sim, estes profissionais conseguem vê-las implementadas e isso também graças a esta pluralidade que hoje se vive nesta Assembleia...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque muitas vezes essas reivindicações que foram apresentadas por partidos da oposição na anterior legislatura por forma a resolver essas questões, a verdade é que elas não foram possíveis...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Bem lembrado!

A Oradora: ... porque existia uma maioria neste Parlamento e é esta pluralidade que hoje existe que também permite esses avanços que se têm dado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... no que concerne também à valorização das carreiras.

Para finalizar, queria realçar estes bons resultados que foram aqui apresentados, que foram aqui trazidos por parte do Senhor Presidente do Governo, o caminho que se tem percorrido num Governo de apenas dois anos e meio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: É preciso sempre lembrar, porque muitas vezes parece que este Governo já tem muitos anos e não tem implementado até aquilo que está no Programa do Governo, mas é preciso lembrar que é um Governo que apenas tem dois anos e meio e que, para além da situação difícil da Região, também tem enfrentado uma situação difícil no âmbito nacional, no âmbito internacional, e claro que os Açores não ficam de fora desse panorama nacional ou internacional.

O caminho faz-se caminhando e estes resultados, que são positivos para a nossa Região, que são positivos para as famílias, para as instituições, para as empresas, é que nos mantém no foco do caminho que falta percorrer, das

dificuldades que todos os dias as empresas, as famílias e as instituições se deparam.

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Deputada.

A Oradora: São estes bons resultados que também nos deve permitir esse foco no caminho que falta percorrer, nos desafios que surgem, de forma a implementar e a tentar resolver um amplo conjunto de problemas que existem, mas, como disse, Senhor Presidente, “Roma e Pavia, não se fizeram num dia”.

Estamos a falar de um Governo de dois anos e meio. Portanto, vamos todos continuar e, por parte do Grupo Parlamentar, vamos estar sempre aqui para contribuir naquilo que entendemos que é o melhor para a nossa Região e para os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, PPM e CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma comunicação do Governo e do Presidente do Governo, em particular, é sempre um momento que os açorianos e açorianas aguardam com alguma expectativa. Expectativa que é legítima, principalmente num contexto em que, apesar de alguns resultados económicos, a verdade é que a generalidade das famílias passa por momentos extremamente preocupantes e de grande, diria até, aflição.

Passam por momentos de grande aflição, porque veem o custo de vida a aumentar todos os dias, com uma inflação que Açores já está em contraciclo com aquela que existe a nível nacional e que já não é baixa e com, para quem tem crédito à habitação, aumentos de valores que quase duplicam as suas despesas com habitação no fim do mês, e com tanta gente que nem consegue, mesmo que tivesse o dinheiro que não tem, encontrar casa para arrendar.

E esperariam os açorianos e açorianas (e tenho a certeza que o Governo, e a maioria, ao recusarem, por exemplo o controlo de preços com estabelecimento de margens nos bens essenciais) que o Governo trouxesse medidas efetivas para combater este grave problema, ou medidas para atenuar os efeitos brutais do aumento do custo com habitação.

Esperava e confesso que tinha expectativa que, embora até pudesse discordar de algumas soluções, o Governo nos tivesse trazido alguma solução, mas infelizmente, o Senhor Presidente do Governo trouxe-nos um conjunto de

medidas que já estão em vigor, que todos conhecemos, que já foram anunciadas, reanunciadas,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Nunca é demais lembrar!

O Orador: ... elogiadas, criticadas neste Parlamento vezes sem conta.

Os açorianos e açorianas, neste momento, não querem ouvir, pela enésima vez, um elogio à tarifa Açores, querem saber qual é a solução que têm para conseguirem pagar a casa ao fim do mês.

É isso que Governo nos devia ter aqui trazido e, Senhor Presidente do Governo, era isso que esperávamos que tivesse trazido nesta comunicação.

Mesmo falando de alguns aspetos que o Senhor Presidente do Governo salientou, não gostaria de deixar de falar em dois ou três pontos.

Em primeiro lugar, o Governo fala-nos de um novo paradigma económico e que efetivamente nós olhámos para a política do Governo Regional a esse nível e vemos mais do mesmo e uma completa ausência sequer de estratégia.

É um setor primário ligado à máquina e uma aposta cega, sem critério, sem estratégia e sem Ordenamento do Turismo, porque isso serve às clientelas que os senhores querem apoiar, porque esse é o caminho que escolheram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: No que respeita ao emprego e ao trabalho, ainda há pouco saudávamos o 1.º de Maio, mas é este Governo e esta maioria que recusaram integrar centenas de trabalhadores do Serviço Regional de Saúde que eram precários, serviram os açorianos e açorianas durante o COVID, mas foram mandados para casa.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Isso não é verdade! É mentira!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Não é verdade!

O Orador: É este Governo que tem centenas (centenas!) de trabalhadores a recibo verde, porque a hipocrisia política existe e esse Governo é a prova disso.

Mas também Senhor Presidente do Governo...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Isso é mentira!

O Orador: ... não posso efetivamente deixar de ainda falar de outro assunto. Falou da tarifa Açores, é verdade! Mas o que não diz é a forma como o Governo está a tratar a SATA, como está a tratar esse dossier e o direito à mobilidade dos açorianos e açorianas e que tem de explicar a martelada que o Governo e a administração fizeram nas contas da SATA, e tem que explicar o que é que são esses 20 milhões de euros de impostos diferidos que a sua administração e o seu Governo aprovaram e que fizeram uma maquilhagem financeira das contas da SATA.

E tem de explicar também aos açorianos e açorianas os alertas dos auditores que dizem que provavelmente (é a nossa interpretação) serão os açorianos e açorianas a ficar aos ombros com a dívida da SATA Internacional e Sata Air Açores, e já agora que subiu 92 milhões de euros num ano.

Eu gostaria de ouvir, Senhor Presidente, uma explicação para essa martelada e para essa engenharia financeira. E já agora, do PSD, que sei que tem deputados avalizados nessa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente do Governo, gostei de ouvir as suas explicações.

Entendo que as explicações que deu são válidas, mas não posso deixar de reconhecer que há matérias onde este Governo ainda não chegou aos objetivos que todos nós queríamos e entendo que também os senhores os queriam.

E falo concretamente na concretização dos fundos do PRR. Há candidaturas que tendem a não ser aprovadas, que estão empatadas no tempo. Refiro-me concretamente às candidaturas do SOLENERGE. Ninguém percebe o atraso das candidaturas do SOLENERGE. Isso é determinante para a transição energética que bem-queremos.

Refiro-me a um outro assunto que também é muito caro às empresas açorianas, que é o atraso no pagamento, que tem sido dado nota. O Governo não consegue pagar atempadamente aos prestadores de serviços, aos fornecedores de bens do Governo. Isto é dramático, porque essas empresas têm custos operacionais têm custos com funcionários.

Algumas estarão na iminência de deixar de pagar a funcionários, porque não têm liquidez para isso. É preciso atenção, devido a essa situação.

Refiro-me também à situação da habitação, onde o PRR devia estar especialmente focado com uma robustez especialmente definida para resolver os problemas da habitação na classe média e que não me parece.

A sessão de perguntas que já foi promovida aqui há dois meses atrás, assim deu a entender, que não estava especialmente vocacionado o modelo do PRR relativamente à habitação para as famílias de classe média.

Refiro-me ainda à valorização profissional que bem sei que o seu Governo tem-se esforçado no sentido de valorizar profissionalmente, a formação profissional dos Açores.

É importante que já se tenha dado um passo, mas é importante continuarmos com o foco nessa matéria.

Refiro-me ainda ao esforço que o Governo tem feito, e também reconheço esse esforço, relativamente às obras do furacão Lorenzo e ao que tem à Tesouraria do Governo Regional dos Açores relativamente àquilo que é preciso fazer e àquilo que já está pago dessas obras, porque é um compromisso que temos com aquela ilha.

Refiro-me também ao custo de vida dos açorianos, e atendendo àquilo que lhe disse há pouco, se o Governo não pode fazer milagres, pelo menos pague atempadamente a quem deve os serviços e os bens que adquire.

Refiro-me, Senhor Presidente, e deixando para último, mas não menos importante, ao dossier SATA.

Senhor Presidente, apelo ao seu bom senso e o bom senso deste Governo no sentido de acautelar os interesses superiores da mobilidade dos açorianos. O assunto SATA é sério demais.

Eu bem entendo que é um fardo extremamente pesado para a governação, mas não é um fardo que possa ser deixado no caminho, Senhor Presidente.

O dossier SATA, salvaguardar a mobilidade dos açorianos, no modelo que nos tem trazido até agora, ou no modelo compatível ao modelo que nos tem trazido até agora, é fundamental, Senhor Presidente.

Apelo ao seu bom-senso e do seu Governo no sentido de acautelar esse superior interesse dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente do Governo, felicito, naturalmente, não só pela oportunidade da sua comunicação, mas sobretudo pelo conteúdo que significa um prestar de contas por parte do Governo Regional também a esta Assembleia e também de acordo com aquilo que é o decurso da governação de Vossa Excelência e aquilo que são os resultados da mesma.

E que diferenças?... E que diferenças, Senhor Presidente?

Duas diferenças substanciais:

A primeira, em relação ao passado: a diferença da forma como o Parlamento e o Governo se relacionam com este Parlamento,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... a forma como o Governo presta contas neste Parlamento, a forma como esta legislatura trouxe maior discussão, maior liberdade, maior oportunidade de algo e maior necessidade de compromisso para lutarmos todos pelos nossos denominadores comuns.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Essa primeira diferença relativamente àquilo que era a relação do poder com o Parlamento, trouxe-nos também outros resultados da governação.

Esta oportunidade que todos têm de contribuir para o sucesso da governação é importante também salientar, nesta altura em que Vossa Excelência, Senhor

Presidente, presta contas, porque no passado, o que nós tínhamos era a ausência total da prestação de contas, neste Parlamento.

Eram apenas monólogos de publicidade do Partido Socialista, muitas vezes até coartando a oportunidade das oposições participarem.

Hoje deixou de haver ingerência do Governo nas empresas públicas açorianas.

Hoje, a Assembleia Legislativa, tem um papel central no sistema político.

Hoje os açorianos usam o direito de petição como ninguém.

Foi nesta legislatura que passou a existir e que está aprovado o direito de iniciativa legislativa dos cidadãos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foi nesta legislatura e foi com esta composição da Assembleia que finalmente se avançou com algumas dos diplomas do processo de aprofundamento da autonomia.

Em suma, aqui nós estamos numa maioria relativa a contribuir para a consistência da governação, para a consistência da democracia e para darmos melhores resultados aos açorianos, conforme o senhor Presidente do Governo aqui demonstrou.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é outra das diferenças substanciais.

Mas há outra diferença, Senhor Presidente do Governo, que é também notória e importante de salientar.

É a diferença de como nós assumimos o nosso papel de democratas que dialogam e que contribuem para encontrar soluções para os açorianos e a diferença de como uma maioria absoluta do Partido Socialista, não só na região, mas como agora demonstra na República, não é capaz de dar consistência às políticas governativas, trazendo melhor futuro para os portugueses.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Essa é outra diferença substancial.

Porque depois, fruto desta nossa forma e da forma como Vossa Excelência assume a liderança desta governação, vieram já os resultados. O índice de atividade económica cresce há 22 meses consecutivos. Há 22 meses consecutivos a crescer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Hoje temos nos Açores a maior população ativa de sempre, a segunda menor taxa de desemprego do país, conforme foi revelado ainda hoje pelo INE.

Nos Açores os professores estão na escola, não estão na rua a barafustar por causa dos direitos que lhe são retirados pelo Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nos Açores, os médicos, os enfermeiros, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, os farmacêuticos e aqueles profissionais que viam a sua vida a andar para trás com o Partido Socialista, hoje têm o reconhecimento que é devido por este Governo, por esta maioria e por este Parlamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Senhor Presidente, outra diferença que não pode deixar de ser salientada.

Talvez por isso, Senhor Presidente, talvez por isso Senhoras e Senhoras Deputadas, sentimos um certo ciúme do Partido Socialista na República pelo sucesso desta governação.

E a pior ideia que pode ficar é aquela que tem existido nos últimos tempos de que há uma ação concertada do Governo da República para prejudicar as finanças públicas dos Açores, não fazendo aquilo que lhe compete em termos de solidariedade nacional. Isso só demonstra não só o mau estar com a democracia que algumas pessoas ainda levam no Partido Socialista, mas sobretudo que, de facto, estamos a ter sucesso, senão não se passava aquilo que se passa, por exemplo, com a transferência de verbas devidas pela República, pela solidariedade, relativa aos danos do furacão Lourenço.

Este Governo dos Açores já investiu perto de 80 milhões de euros com a reparação dos danos do furacão Lourenço. Foi-lhes prometido a transferência de 85% das despesas que fossem efetuadas.

Até ao momento, o Governo da República transferiu 29 milhões de euros, 28 dos quais ainda era, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, Presidente do Governo.

Não pode ficar a ideia de que o Ministério das Infraestruturas está a fazer um garrote financeiro à Região, não transferindo as verbas que são devidas por via da reparação do Furacão Lourenço. E isso tem que ser dito, porque não pode deixar de ser reafirmado...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... como uma falta de solidariedade.

E termino para mostrar também esta outra diferença, que é uma verdadeira preocupação e lutar democraticamente pelas conquistas que são devidas aos açorianos. E, neste momento, também o Governo da República, ao não lançar o concurso para as Obrigações de Serviço Público de Faial, Pico e Santa Maria está a negar aos açorianos aquilo que é seu por direito...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Exatamente!

O Orador: ... e a prejudicar gravemente a SATA Air Açores, que está a suportar aquilo que são as obrigações do Estado.

E essa é outra diferença de comportamento deste Governo que tem de ser salientada, porque só assim podemos efetivamente defender os interesses açorianos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, pela sua comunicação.

Muito obrigado a todos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e Membros do Governo Regional: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra para participar no debate o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ontem, por iniciativa da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, houve, nesta Casa, um debate sobre a situação económico-social, de desenvolvimento, da ilha de São Miguel, a ilha que reúne maior número da população da nossa Região.

E, ao ouvir o Senhor Presidente do Governo, na comunicação que entendeu fazer a esta Assembleia, e que eu agradeço, chego à conclusão de que não é possível estarem os dois certos.

Não é possível esta Assembleia estar certa, naquilo que ontem disse, a propósito da realidade social e económica de São Miguel. E também estar certo, hoje, a intervenção que fez o Senhor Presidente do Governo, daquela tribuna.

As coisas não batem, certo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Batem, batem!

O Orador: As coisas não batem certo!

O Senhor Presidente do Governo, entendeu trazer, a esta Câmara, uma comunicação, a qual, naturalmente, como Deputado, agradeço, que correspondeu exatamente às minhas expectativas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ainda bem!

O Orador: Ainda bem. Ou seja, uma intervenção virada para dentro e para trás.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para o futuro!

O Orador: E eu penso que, neste momento, e era algo que gostava de deixar à sua consideração, os açorianos necessitam de algo mais do que isso.

Necessitam de algo mais do que apenas uma comunicação do Governo, perante o Parlamento dos Açores, que está virada para dentro e para trás, porque, tomando como referência aquilo que ontem foi dito nesta Casa, há assuntos que afligem as famílias e as empresas açorianas e, relativamente aos quais, eu não percebi uma resposta da parte do Senhor Presidente do Governo.

Eu não percebi uma referência, da parte do Senhor Presidente do Governo.

Alguns, até, poderão considerar que o Senhor Presidente do Governo está desligado da realidade, porque, aquilo que ontem aqui foi dito, e mais, aquilo que nas ruas da nossa Região é dito, em relação à gravíssima situação financeira que vivem as famílias açorianas, aos assuntos que preocupam as famílias e as empresas dos Açores, a resposta, para estas questões, não é, por muito respeitável que seja, como opção política, a Tarifa Açores e a redução fiscal, que aconteceu já há algum tempo.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, é, é!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Senhor Deputado Vasco Cordeiro, e que se renovam todos os dias!

O Orador: Aquilo que as famílias açorianas gostariam de ver, é, para além das medidas que o Governo da República decidiu e que se aplicam na Região Autónoma dos Açores, e muito bem (e muito bem!), que medidas é que o Governo Regional tem pensadas, planeadas, que já deviam estar em execução, que vão mais além, que ajudem mais as famílias açorianas.

Por exemplo, no caso da habitação. A medida que foi criada, pelo Governo Regional, é uma medida mais restritiva do que aquela que é a medida nacional.

Os senhores exigem que uma família, um agregado familiar, em que o casal trabalhe e que ganhe, por exemplo, 1.400 euros, tenha pelo menos que gastar 700 euros com o custo do crédito à habitação, para poder ser apoiado.

Acha, Senhor Presidente, que a Tarifa Açores e a redução fiscal dão resposta a essa situação?

Eu acho que não.

As empresas dos Açores tiveram um aumento na fatura da energia elétrica na ordem dos 60%.

O Senhor Presidente do Governo já teve a oportunidade de dizer que não está pensado um apoio regional, mas que o Governo Regional está a sensibilizar as entidades nacionais para esta situação.

Eu acho que devia de ser feito mais.

Acha que a tarifa Açores e que a descida de impostos responde a essa necessidade das famílias açorianas?

Os fenómenos de indigência, de exclusão social e de pobreza agravam-se, não apenas nos indicadores do Instituto Nacional de Estatística, mas nas ruas dos principais centros urbanos da nossa região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já lá estavam!

O Orador: Acha, Senhor Presidente do Governo, que a Tarifa Açores e que a redução fiscal são a resposta para essas situações?

Deputada Andreia Cardoso e Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Eu acho que não são.

Repare: o senhor, tem toda a legitimidade de fazer o que fez daquela tribuna, de enaltecer as medidas que o seu Governo tomou.

Mas, Senhor Presidente do Governo, neste momento, os açorianos precisam de mais. E, já agora, precisam de melhor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não precisam é de voltar para trás!

O Orador: O Senhor Presidente do Governo referiu que, no caso da agricultura, nós estamos a recuperar.

Mas a recuperar o quê, Senhor Presidente?

No dia 1 deste mês, o preço do litro de leite à produção, em algumas das indústrias, baixou 5 cêntimos.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): E aumentou 21! Já há 12 anos que não aumentava!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

O Orador: Os custos de juros e de empréstimos, não só para os agricultores, mas para as famílias pré-empresárias, aumentaram.

Não acha que isso merece uma resposta?

Eu acho que merece.

E acho que essa resposta, por muito respeitável que seja, a questão da Tarifa Açores e a questão da redução fiscal, neste momento, os açorianos precisam de mais. E há indicadores, a terminar, que eu acho que deveriam merecer a sua reflexão, Senhor Presidente.

A Região corre o risco, segundo os últimos dados que nos são disponibilizados, de perder fundos comunitários no PO 2020.

Segundo os últimos dados, a execução do PO 2020,...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu gostava de terminar para dar lugar a outro.

Presidente: Faz favor, Senhor Deputado.

O Orador: Segundo os últimos dados publicados, a execução...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já devia ter terminado!

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há quase dois minutos!

O Orador: Senhoras e Senhores Deputados...

Deputado Carlos Silva (PS): O Presidente do Governo falou mais quatro minutos do que era permitido!

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, permitam que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro termine a sua intervenção.

Faz favor.

O Orador: Segundo os últimos dados publicados, a taxa de execução do PO 2020, caiu para o terceiro lugar, entre todos os programas operacionais regionais do país.

Nós corremos o risco de perder fundos comunitários. No PO 2030, desde março, que estão aprovados os regulamentos nacionais e nós cá ainda não abrimos anúncio nenhum.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Onde é que está o sistema de incentivos que possa ajudar as empresas?

Presidente: Agradeço termino.

O Orador: Senhor Presidente, o PIB, a riqueza produzida na nossa Região, recuou para níveis de 1998. De 1998!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isso não é verdade!

O Orador: Eu não contesto que o Senhor Presidente do Governo, e o Governo, e as bancadas que o suportam, salientem a importância e os méritos políticos da questão da Tarifa Açores e da redução fiscal. As contas, sobre qualquer um desses aspetos, julgo que ainda serão feitas no futuro.

O que eu contesto e o que lamento, é que daquela tribuna, o Senhor Presidente do Governo não tenha tido uma palavra, em relação àquilo que, as famílias e as empresas açorianas, sentem neste momento, como questões que as preocupam, que estão a complicar a sua vida, a dificultar a vida dos açorianos.

E é por isso que digo, daquela tribuna, em relação à sua comunicação, parece-me, salvo o devido respeito, que os açorianos necessitavam, neste momento, de mais e de melhor.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, atingimos a nossa hora regimental, mas penso que ninguém se oporá que terminemos esta comunicação.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Dizia, há pouco, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro que se está a olhar para trás, que este Governo está a olhar para trás.

Eu penso que não esteve atento à comunicação de sua Excelência, o Presidente do Governo.

Sua Excelência, o Presidente do Governo, o que fez, o que comunicou, foram os resultados que as nossas políticas estão a ter. E, de tal maneira que eu vejo que Vossa Excelência, tal como já ontem aconteceu, em que eu vi o Partido Socialista, finalmente, a aplaudir, por exemplo, a aprovação de uma proposta que foi aqui apresentada por parte do Governo, em relação ao Estatuto da Carreira Docente. Após a aprovação, toda a Câmara aplaudiu a proposta do Governo, incluindo o Partido Socialista. Penso que V. Excelências estão a ficar também convencidos daqueles que são os propósitos deste Governo e dos resultados atingidos por parte deste Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Aplaudiu ontem o Estatuto da Carreira Docente, sim!

Mas hoje também referenciou e já sabe de cor, a Tarifa Açores.

A Tarifa Açores não é uma proposta do passado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): E ilegal!

O Orador: Era uma proposta que Vossa Excelência dizia que era ilegal.

É uma proposta que Vossa Excelência quer colocar em causa.

É uma proposta que está a ser aplicada hoje, será aplicada amanhã...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não me chamo Fagundes!

O Orador: ... e será aplicada no futuro, desde que Vossa Excelência não regresse ao Governo.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Também referiu Vossa Excelência que já sabe as medidas de cor, o que é um bom indício, porque se já passa no Partido Socialista, quer dizer que já passa no conjunto da sociedade. E Vossa Excelência prestou aqui um bom serviço, repetindo as medidas apresentadas por parte do Presidente do Governo Regional.

Repetiu, Vossa Excelência, que a redução dos impostos é uma coisa do passado. Não, Senhor Deputado Vasco Cordeiro. É uma coisa do presente, porque está a ser aplicada hoje e continuará a ser aplicada amanhã, desde que

Vossa Excelência não regresse ao Governo, porque Vossa Excelência está contra.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E o que é que Vossa Excelência referencia em relação aos índices de atividade económica que crescem há 22 meses consecutivos? Porque é que estes resultados se estão a alcançar? Porque as políticas que foram implementadas estão a resultar.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é que Vossa Excelência tem em alternativa? O seu programa tem é mais impostos, mais subsídios.

Estas políticas não resultaram.

Os açorianos sabem que não resulta e é isso que Vossa Excelência tem para apresentar.

O regresso ao passado, Senhor Deputado Vasco Cordeiro é o seu, é o que Vossa Excelência pretende.

Nós estamos a olhar para o futuro em relação às medidas que estamos a aplicar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Diga-me uma coisa também:

Como é que acha que estes resultados estão a alcançar-se?

Estes resultados estão a alcançar-se, porque as medidas estão a ter sucesso e se não explique-me como é que nós temos o maior número de empregados da história dos Açores?

Como é que acha que estes resultados, em relação à criação de emprego, foram obtidos? Como é que acha? Como é que Vossa Excelência explica que, neste momento, nos Açores, tem-se alcançado o maior número de empregados de sempre.

Explique-me e porque é que nos seus governos isto não era atingido? Porque é que existia tanta gente dependente de programas ocupacionais?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque é que existia tanta gente dependente do rendimento social de inserção?

Agora o paradigma é novo. Agora as pessoas que trabalham dão um contributo à sociedade e o rendimento social de inserção e os programas ocupacionais diminuíram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É um novo paradigma e são resultados muito positivos.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, veja bem:

Vossa Excelência, que é um dirigente europeu, como é que explica que a União Europeia projete um dos maiores crescimentos da Europa, cerca de 7% para o futuro da Região Autónoma dos Açores, para a economia dos Açores?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: São 7%.

Sabe o que é que isto significa? Um crescimento extraordinário e explosivo da economia dos Açores. São resultados fabulosos.

Vossa Excelência poderia ter feito uma referência a este assunto. Conhece, com certeza, estas projeções.

E estas projeções, Senhor Deputado, porque é que são possíveis? Porque é que a União Europeia calcula que a Região Autónoma dos Açores seja das regiões da Europa que irá crescer mais?

É porque as políticas, o caminho e a estratégia são corretas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Agradeço termino, Senhor Deputado.

O Orador: Termino, Senhor Presidente, fazendo uma referência breve ao Senhor Presidente do Governo.

O Senhor Presidente apresentou aqui a estratégia, a consistência da estratégia, os resultados que não estamos a obter e estes resultados é claro que abalizam o caminho que está a ser realizado.

O pior que nos podia acontecer, a nós, em termos de responsabilidades porque apoiamos este Governo, era que os resultados não aparecessem. Os resultados estão a aparecer.

Veja bem (e termino) e até felicito Vossa Excelência por isso.

Vossa Excelência não utilizou ali a desculpa da guerra, que é o maior conflito na Europa desde a II Guerra Mundial.

Vossa Excelência não evidenciou aquelas que são as dificuldades do ponto de vista da inflação e também das perturbações da economia mundial.

Nós estamos a obter estes resultados num contexto extremamente difícil, (extremamente difícil!). Nós estamos a conseguir estes resultados.

Imaginem Vossas Excelências, se estamos a obter estes resultados com esta crise internacional, no meio do maior conflito bélico, que a Europa, já conheceu desde a II Guerra Mundial, o que é que não irá acontecer no futuro, quando a situação estabilizar, a guerra acabar e a economia mundial recuperar?

É essa a projeção da União Europeia e por isso é que vamos crescer tanto, porque as políticas são corretas e o caminho é este.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:

Estou preocupado com o Senhor Deputado Paulo Estêvão. Ele está a perder faculdades, auditivas e de atenção.

O Senhor Presidente do Governo começou precisamente por falar da guerra, das sucessivas crises,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *En passant!*

O Orador: ... uma série de espécie de desculpas que o Senhor Deputado Paulo Estêvão entende que não foram utilizadas.

Se calhar, eu não ouvi a mesma intervenção que o Senhor Deputado Paulo Estêvão ouviu, mas ouvi com muita atenção.

Ouvi com muita atenção também a intervenção das outras bancadas parlamentares que só olharam para trás e para o Governo da República. Aliás, é uma coisa que a Iniciativa Liberal não tem feito, não tem arranjado desculpas do que vem de trás, nem tem arranjado desculpas do que vem da República.

Aliás, em relação à República, a Iniciativa Liberal, provavelmente, terá sido aquilo que sempre tem, em primeiro lugar, alertado: não contem com o apoio e com a solidariedade da República, seja quem for que lá esteja. Seja quem for que lá esteja!

E quem acredita na solidariedade da República é ingénuo. É *naïf*.

E, como diz o povo e bendito, “conta com o ovo no rabo da galinha”.

Deputada Ana Quental (PSD): Não é bem assim!

O Orador: Mas vamos à declaração do Senhor Presidente do Governo.

Há uma coisa a dizer sobre esta declaração do Senhor Presidente do Governo, e é bom lembrar aos açorianos, todos os dias, até às próximas eleições regionais.

É que só é possível fazer melhor, porque esta geometria variável, para usar palavras do Senhor Presidente do Governo, foi possível em outubro de 2020.

E é bom que os açorianos percebam que, no dia em que essa maioria do Governo tiver uma maioria parlamentar, deixa de ser possível fazer mais e melhor pelos açorianos, porque mais e melhor pelos açorianos só se faz com maiorias relativas e nós não temos boas memórias das maiorias absolutas, nem na República, nem na Região Autónoma dos Açores.

E eu não vou olhar para trás, mas desafio os Senhores Deputados a irem para o almoço e pensar: duas maiorias absolutas de Cavaco Silva, o que é que

fizeram ao país? E as últimas duas maiorias absolutas do Partido Socialista, o que é que fizeram ao país?

E, se quiserem, pensem também nas duas maiorias absolutas que governaram essa região, uma durante 20 anos e a outra durante mais 20 anos.

E pensem também, já agora, naquilo que foi possível fazer de reformas nessa Região, na primeira maioria relativa entre 96 e 2000 e nesta maioria relativa que estamos agora aqui a viver. É bom que os açorianos lá em casa façam essa reflexão e que todos os deputados façam essa reflexão, porque a estabilidade dá “barriga”, dá “preguiça”.

É esta instabilidade que aqui é criada, essa geometria variável, que obriga a trabalhar melhor e que obriga a fazer melhor para os açorianos.

Mas Senhor Presidente do Governo, deixe-me que lhe diga:

Dali daquela tribuna, o senhor não respondeu.

O senhor não respondeu, por exemplo, aos fornecedores do Serviço Regional de Saúde, que estão à espera, desde 2020, para receberem as suas faturas e agonizam.

O senhor não respondeu aos moradores de algumas falésias, em algumas ilhas dos Açores, que estão há anos à espera que as suas casas sejam protegidas.

O senhor não respondeu aos pobres e famílias desestruturadas pelos problemas das variadíssimas dependências e já nem falo das drogas novas, das novas substâncias psicoativas, porque essa é uma realidade que, infelizmente, vai ser muito mais difícil de combater, mas falo daquelas dependências nas quais nós estamos mergulhados há anos e que pouco ou nada tem sido feito.

O senhor, dali, daquela tribuna, não respondeu aos agentes económicos que precisam de saber qual é a política de transportes. Não precisam de saber de estudos. Precisam de saber, de facto, o que é que vai ser feito nessa região para resolver os seus problemas.

Presidente: Agradeço que termino, Senhor Deputado.

O Orador: O senhor, ali, daquela tribuna não respondeu, principalmente o Senhor Presidente do Governo, aos jovens açorianos, que saem todos os anos para as universidades, que acabam a sua formação e que não regressam à sua terra, porque não têm oportunidades de emprego.

Daquela tribuna, Senhor Presidente do Governo, o senhor não respondeu aos açorianos.

O senhor respondeu, além das questões da fiscalidade, que são importantes, e que nós contribuímos para a redução fiscal nessa região, e que nós exigimos, aliás, que fosse assim que fosse feito nessa Região, até ao limite máximo que permite a lei de financiamento das regiões autónomas. O senhor respondeu, dali, sim, senhor, mas também anunciou uma série de medidas que fazem do seu cartão cor-de-laranja, um cartão bastante cor-de-rosa.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Presidente do Governo, tem a palavra para encerrar esta comunicação. Faça favor.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta intervenção final corresponde a uma interpretação que, sintaticamente, farei das intervenções que as representações e grupos parlamentares fizeram, em reação à comunicação política do Governo.

Agradeço a todas e a cada uma, aquelas que manifestamente compreenderam a densificação da comunicação política, desde logo, quanto ao seu objetivo declarado de que se tratava de apresentação de resultados e não de apresentação de medidas futuras.

E que não esgotava em todas as áreas da governação os resultados que este Governo pode orgulhar-se de apresentar no futuro, até porque assumi o compromisso de, com regularidade, apresentar aqui, no próximo futuro, outras comunicações políticas. E, sim, dirijo a este Parlamento de geometria variável, de pluralidade representativa do nosso povo, que é um compromisso de respeito e respeitabilidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: De respeitabilidade, porque assume compromissos; de respeito, porque considera a legitimidade democrática dos aqui presentes.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Muito bem!

O Orador: Dirijo-me às açorianas e açorianos com a evocação de estímulos pela consistência da estratégia.

Creio que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, com a responsabilidade de antigo Presidente do Governo, confunde o tempo, e procurei aqui até utilizar a expressão de um filósofo, Henri Bergson, acerca do tempo de duração.

O Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista parece que não conhece o tempo, a presença e a continuidade; o presente e a continuidade como, aliás, bem sinalizou o Deputado Paulo Estêvão. As medidas, mas sobretudo os resultados (foi esse o meu objetivo) são de presente e de continuidade. Por isso, alertei para o risco de um regresso ao passado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Porque, saibam as açorianas e os açorianos, que o nosso objetivo e o objetivo deste Governo é fazer mais e melhor, mas apresenta-se dignificado por resultados que já são mais e melhores que os governos do Deputado Vasco Cordeiro fez no passado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Não se trata apenas de uma vontade, mas de uma demonstração.

Sim, é sempre possível em qualquer debate dialético, poder dizer bem do que foi dito, ou então queixar-se do que faltou dizer.

Porque não se pode escutar numa comunicação política do Governo, tudo o que é para dizer...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e, sobretudo, quando tem a ver com a apresentação de resultados.

Fá-lo-ei em outras comunicações, mas antecipo que haverá sempre, não pela vontade de fazer a defesa e observação dos factos, mas a tomar parte apenas para estar contra os objetivos e os resultados que o Governo apresenta com bondade, para as açorianas e os açorianos, na sua componente empreendedora, na economia, na sua componente solidária, na ação social, ou na mudança de paradigma na política democrática e participativa que nos Açores levamos a efeito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é por isso que, sim, eu estou orgulhoso dos resultados que ali apresentei. Confio na sua consistência e na sua continuidade, mas não sou arrogante ao ponto de não considerar que há muito para fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque o legado, efetivamente, foi muito pesado...

Deputado Carlos Silva (PS): Da habitação!

O Orador: ... e as falências foram aquelas que o Senhor Deputado e antigo Presidente do Governo, apresentou, porque se quiser falar de tudo o que são preocupações relativas (e bem), e que agora sinalizaram por último, dos pagamentos, no quadro do Serviço Regional de Saúde, devo dizer-vos que a SAUDAÇOR, dos Governos socialistas, deixou 812 milhões de euros de dívida; que o Serviço Regional de Saúde, à data em que este Governo tomou posse, tinha 150 milhões de euros de dívida; que a SATA são 453 milhões de euros de dívida.

Este legado é o seu, não é o nosso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O seu legado é aumentar mais do que os Governos anteriores aumentaram!

O Orador: E sabe, Senhor Deputado, para sinalizar, o lembrete que o Senhor Deputado Nuno Barata fez, a propósito do início da minha comunicação política, são factos, e, sobretudo, constatações e não desculpas, porque estes resultados, aliás, num reconhecimento tímido, mas inequívoco, que o Deputado António Lima fez, que apesar dos bons resultados económicos há ainda muito para fazer, é verdade, estamos de acordo, mas este Governo fará.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E não fará de acordo com o regime venezuelano. Fará com o nosso regime democrático, de funcionamento da economia de mercado, de respeito pela vontade popular representada no Parlamento, mas sobretudo, com uma estratégia para garantir o sucesso das nossas gerações de futuro e melhorar as condições dos que hoje connosco convivem.

É esta ação deste governo. E por isso, quem fez o que fez, neste tempo, que leva de governação, o que já fez e com os resultados que apresenta, tem confiança – sim, porque se trata de confiança – em continuar a fazer mais e melhor do que o passado do Deputado Vasco Cordeiro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Presidente.

Estão encerrados os nossos trabalhos. Regressamos às 15h00 com a Agenda.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Eram 13 horas e 27 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos com a votação na especialidade.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados, acabámos, ontem, os nossos trabalhos com a votação, na generalidade, da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/ 12, “Estatuto da carreira docente da Região Autónoma dos Açores”**

Vamos iniciar a votação e o debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional: Este momento que estamos a viver, em termos de educação dos Açores, é um momento singular.

Singular, pela aprovação daquele que é o melhor Estatuto da Carreira Docente, de sempre, na nossa Região, inquestionavelmente.

Não somos, aliás, os únicos a reconhecê-lo.

Eu creio que a votação realizada ontem, por unanimidade (ainda que o documento na sua generalidade), aponta exatamente nesse sentido.

Mas há outros factos também que comprovam essa evidência que estou aqui a expressar. E, desde logo, está o diálogo havido com os sindicatos representativos da classe docente.

Nós, ao contrário do resto do país, não temos os professores na rua a protestar. Temos os professores a fazerem aquilo que eles sabem fazer muito bem, que é ensinar os seus alunos e, com isso, contribuir para sucesso educativo que tanta falta faz na nossa Região para alavancarmos todas as nossas ilhas em termos sociais. No fundo, para fazer funcionar de forma ascendente o elevador da mobilidade social.

Deputado Fábio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas há outras evidências aqui que não podem ser esquecidas.

E uma delas é que este documento, sendo inquestionavelmente melhor, muito melhor, do que alguma vez se produziu em termos de normativos para regulação da carreira docente, só não é mais perfeito, pelas circunstâncias financeiras que a Região tem, na decorrência da herança deixada pela governação socialista, e também por uma outra circunstância, que não sendo específica da região, mas também aqui se faz sentir de forma muito particular pela inação da anterior governação socialista, ao não ter feito nada (sublinho, nada) para prevenir a falta de professores que era previsível, sobretudo aquela que decorre da idade dos docentes que estão em funções dos quadros das nossas escolas.

Ainda assim, o documento que o Governo Regional trouxe é um documento excelente, é um documento que ainda vai ser reforçado nos seus propósitos e nas suas melhorias, com as propostas que lhes introduzimos, designadamente, numa matéria que também me parece muito importante, não só pelo que de substancial ela tem, mas também pelo seu ineditismo, em termos nacionais, que é dos professores contratados poderem auferir pelo índice equivalente ao total do seu tempo de serviço prestado, por anos completos e sucessivos.

Deixarão, doravante, os professores contratados, de terem um limite para o valor da sua remuneração, estando indexado efetivamente ao tempo de serviço prestado.

Achamos que esta é uma melhoria significativa que os partidos da coligação, juntamente com o Chega, a Iniciativa Liberal e o Senhor Deputado Independente, subscrevem e creio que, por isso, estão reunidas as condições para ser aprovado.

Mas mais: nós também propomos que seja antecipado, para março, a produção de efeitos relativamente à recuperação do tempo de serviço perdido entre carreiras, pelas manigâncias feitas pelo Partido Socialista nessa altura e pela teimosia do Partido Socialista em nunca querer devolver esse tempo perdido aos docentes da nossa Região.

E, finalmente, também uma alteração que nós submetemos à aprovação do plenário, que é, efetivamente, o tempo recuperado entre 2005 e 2007 para docentes que na altura não estavam na Região, também lhes poder ser adicionado e por uma só vez.

Portanto, estas são melhorias que acrescentamos a um documento muito bom, diria mesmo excelente, sem qualquer comparação com as normas que regularam a atividade docente na Região até hoje.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado, tem a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Pedi a palavra apenas para dizer duas ou três coisas que me parecem de grande importância, considerando a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Machado.

O facto de nós termos em mãos um bom documento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No fundo, vai responder ao Sr. Deputado Joaquim Machado!

O Orador: ... não lhe permite, nem me parece, fazer sentido, se for do ponto de vista sério que quer fazer a sua intervenção (se for do ponto de vista sério!) reescrever a história.

Quero dizer com isto que me parece que o Senhor Deputado Joaquim Machado sabe perfeitamente bem que só podemos ter, hoje, este documento em mãos, aprovado praticamente, por unanimidade, com as propostas de alteração das diversas bancadas num ambiente, não direi de consenso, mas num ambiente de esforço comum, porque é nessa perspetiva, é nessa vontade e é nessa lógica com que nós abordamos o presente trabalho.

Senhor Deputado Joaquim Machado, Senhoras e Senhores Deputados da bancada parlamentar do PS, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia:

Eu quero sublinhar o seguinte:

Parece-me evidente, quem é que e de que bancada é que há vontade de trabalhar na área da educação em conjunto.

Parece-me mais do que evidente, porque no debate do dia de ontem e no início do debate do dia de hoje, o que há desse lado, para o lado de cá, é uma tentativa de provocação e uma tentativa de abrir guerra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Não é uma tentativa de juntos lutarmos por um melhor sistema educativo regional.

É uma tentativa, sim, evidente de tirar partido do documento que temos em mãos em termos eleitorais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Termos eleitoral!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diz isso nas costas do Dr. Vasco Cordeiro?!

O Orador: Não há, acima de tudo, uma vontade de beneficiar o sistema educativo, porque se torna evidente que o objetivo primordial é tirar partido eleitoral da situação.

E se dúvidas tivéssemos no dia de ontem, terão ficado completamente dissipadas no dia de hoje

Voltámos a sentar aqui numa mesma vontade de participar em conjunto nestes trabalhos que nos parecem de tal maneira importantes, e de tal maneira benéficos para os docentes da Região e, por consequência, para o sistema educativo da região.

Lamento as palavras do Senhor Deputado Joaquim Machado, não ter dito, por exemplo, que a recuperação do serviço integral foi feita por este partido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi a primeira coisa que o Sr. Deputado disse!

O Orador: Pois, mas não o disse hoje. Fez questão de desmanchar aquilo que terá dito entre dentes ontem e que se calhar ninguém reparou.

Uma vez mais aqui estamos, uma vez mais damos o nosso contributo, uma vez mais quero sublinhar que estamos aqui a trabalhar neste diploma em prol dos nossos alunos, dos nossos professores, do nosso sistema educativo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): Agora vamos ter que acabar, com muita pena minha, Sr. Presidente!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Eu queria lembrar que estamos no debate da especialidade.

O debate da generalidade acabou, ontem, com a votação na generalidade.

Portanto, os Senhores Deputados que se cinjam ao debate na especialidade.

Deputado Nuno Barata (IL): Agora vamos ter que acabar, Sr. Presidente.

O senhor devia ter avisado o Deputado Joaquim Machado. Tenho muita pena!

Presidente: Senhor Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uso da palavra justamente para intervir sobre o debate, na especialidade. Não farei como o Senhor Deputado Joaquim Machado, que iniciou este novo debate na generalidade.

Faço-o no que diz respeito ao debate da especialidade e porque foi referido, já nestas intervenções, no que diz respeito à alteração ao artigo 77.º, que diz

respeito à remuneração dos docentes contratados e, precisamente, no que diz respeito à proposta que a coligação apresenta.

Eu julgo que a coligação apresenta esta proposta, porque... É a nova coligação ou a coligação recauchutada.

Deputado Nuno Barata (IL): É a coligação a favor dos professores, que é coisa que o senhor não é capaz de fazer!

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: Recauchutada e irregular.

Parece que a minha intervenção está a incomodar a coligação ou seja lá quem for, mas eu gostaria de continuar, se me permitem

A coligação, e os partidos que apresentaram esta proposta, sabem bem que se não apresentassem uma proposta neste sentido, o país, o Estado Membro, poderia ter problemas com o Tribunal de Justiça Europeu sobre esta mesma matéria.

Por isso, estão a antecipar possíveis problemas.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Senhor Presidente, eu peço. em primeiro lugar, que seja descontado pelo menos dois minutos do meu tempo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Vão ser 3 minutos.

O Orador: E, em segundo lugar, que o Senhor Presidente me permita que eu continue, porque se não permite que eu continue, peço um intervalo e vamos todos descansar um bocadinho, que é para ver se é possível.

Presidente: Tem razão, Senhor Deputado. Eu peço à Câmara que reúna as condições para que o Senhor Deputado António Lima possa prosseguir a sua intervenção. Faz favor, Senhor Deputado.

O Orador: A proposta que a coligação apresenta melhora o que existe, mas o problema é que criará uma injustiça.

E nós não queremos ficar com a taça.

Nem sequer apelamos a que aprovem a nossa. Apelamos a que alterem a vossa proposta, porque a vossa proposta introduz uma limitação que para nós não é aceitável, porque diz o seguinte:

“O docente a termo resolutivo passa a ser remunerado pelo índice da escala indiciária correspondente à atualidade do seu tempo de serviço, prestado em horário anual, completo e sucessivo”.

Ora vejamos dois exemplos:

O João tem 10 anos de serviço e todos esses anos são prestados a termo resolutivo, em horário completo, anual e sucessivo.

Será inteiramente beneficiado por esta medida, e bem.

No entanto, a Maria tem os mesmos 10 anos de serviço, mas trabalhou seis meses numa escola, na Graciosa, 11 meses noutra escola, em Santa Maria,

três meses noutra escola no Nordeste. Esse tempo de serviço, de acordo com esta redação, não irá relevar para efeitos da sua remuneração

Ora essa interpretação que eu faço, e corrigem-me se estiver enganado, criará uma enorme injustiça com docentes com o mesmo tempo de serviço e com salários diferentes, apesar de terem a mesma avaliação e apesar de uns terem feito um esforço enorme na sua vida pessoal, aceitando horários incompletos, aceitando deslocações grandes, transtornos na sua vida, para colocar o sistema educativo a funcionar, e isso para nós não é justiça.

Por isso o apelo que faço à coligação e aos partidos que apresentaram essa proposta é que repensem na sua proposta. Estamos disponíveis para ceder ao intervalo para repensarem a sua proposta e poderem melhorá-la.

Eu julgo que isso é justo. Nós não queremos ficar com a taça. Nem sequer apelamos a que aproveem a nossa, mas pelo menos melhorem a vossa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado. Senhor Deputado Joaquim Machado, alerta que estamos no debate na especialidade.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Não esquecerei a observação que o Senhor Presidente faz, mas obviamente que na discussão que estamos a fazer não poderá escapar à minha intervenção, aquilo que diz o Senhor Deputado Rodolfo Franca, porque tem também a ver com aquilo que estamos a discutir na especialidade.

O PS, hoje, diz que tem vontade de estarmos todos juntos a trabalhar a favor dos professores.

Deputado Rodolfo Franca (PS): E ontem não?

O Orador: O problema é que essa vontade é de hoje. Não é dos 24 anos em que foram governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque nessa altura impuseram vários estatutos da carreira, contra a vontade dos docentes,...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... contra o parecer dos sindicatos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E esta proposta que nós temos, hoje, é resultado da concertação social.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós, nas outras vezes em que este Parlamento esteve a discutir o Estatuto da Carreira Docente, víamos as galerias cheias de professores para protestar.

Nós, ontem, estivemos a discutir este Estatuto e os professores tiveram aqui para celebrar.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Senhor Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, eu vou abusar da sua latitude, não porque desrespeite a sua advertência à Câmara, mas porque entendo que a sua advertência à Câmara devia ter sido feita mais cedo, não na intervenção do Senhor Deputado Rodolfo Franca, mas na primeira intervenção do Senhor Deputado Joaquim Machado.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito bem!

O Orador: Mas posso ir até à especialidade, não tem problema nenhum, arranja-se sempre aqui maneira.

Quando o Senhor Deputado Rodolfo Franca começou a falar, eu quase que pensei que o Senhor Deputado Rodolfo Franca ia dizer: os senhores só conseguiram fazer bem feito, porque nós fizemos mal feito. É verdade!... É verdade!...

Porque, só tivemos que consertar aquilo que estava desconcertado. E isto é um facto. E estas propostas de alteração que aqui estão também revelam isto. Estas propostas de alteração que estão subscritas pelo PSD e pelo PPM, pelo CDS, pelo Chega, pela Iniciativa Liberal e pelo Senhor Deputado Independente, também só foram necessárias, porque a coisa estava desconcertada.

A proposta do Governo estava desconcertada. É um facto!

Portanto, essas propostas de alteração, na especialidade, Senhor Presidente da Casa, vieram melhorar aquilo que o Governo trouxe a esta câmara. E é mais uma vez o reflexo daquilo que ainda esta manhã aqui falávamos depois da Declaração Política do Senhor Presidente do Governo.

É um reflexo da tal geometria variável, da tal pluralidade do Parlamento e que os açorianos têm de ser recordados todos os dias.

É esta pluralidade, é esta capacidade de diálogo, é esta capacidade de concertação, a forma como todos ouvimos os sindicatos, todos os partidos ouviram todos os sindicatos (eu não ouvi todos os sindicatos, peço desculpa, houve um que eu não ouvi por razões de agenda), foi esse trabalho que fomos obrigados a fazer, porque se nós tivéssemos uma maioria absoluta, provavelmente os partidos mais pequenos tinham recebido aqui os sindicatos à pressa, porque a coisa já estava consertada, o Governo já tinha a sua

maioria garantida e o diploma que tinha entrado era aquele que ia ser aprovado.

Isto que aqui está demonstra mais uma vez que, em prol do interesse dos açorianos, é de uma maioria relativa que nós precisamos, é de pluralidade neste Parlamento que nós precisamos.

E é a forma que temos também de consertar, não só entre nós, mas com os parceiros sociais.

Os parceiros sociais são fundamentais dando *aportes* às nossas decisões, porque nós não somos todos donos da verdade, nem os membros do Governo, nem os líderes parlamentares, nem os Senhores Deputados. Nós não conhecemos todas as realidades desta Região.

Dizem as vozes do além, como diz o Senhor Deputado José Pacheco, “às vezes parece”.

Pois, às vezes parece, são coisas da idade. A idade também tem essas vantagens. A gente vai adquirindo conhecimento, o que é que se há de fazer.

E vai adquirindo conhecimento em várias áreas. É o facto de já ter trabalhado em muita coisa, de já ter tocado muitos instrumentos. É um facto! O que é que a gente há de fazer?

Outros há que não o fazem.

Mas, para não ir muito além, Senhor Presidente, e abusar da sua paciência, fico-me por aqui.

Na especialidade está debatido o diploma. O diploma é bem melhor do que o diploma que vinha de trás, e é bem melhor do que o diploma que vinha do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apenas para dizer, porque estamos realmente num debate na especialidade (relembro) que há cerca de dois anos e meio que este Governo está em funções, durante este período, os professores, os docentes das nossas escolas, não estiveram nas ruas não terá sido pelo trabalho deste governo. Terá sido pelo Estatuto que até hoje está em vigor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Parece-me evidente que é, uma vez mais, uma demagogia com propósitos eleitoralistas, repito, que continuamos a debater na especialidade o Estatuto do Pessoal Docente. É lamentável, e é lamentável que outras bancadas alimentem esta lógica de trabalhar.

Repetimos: queremos trabalhar o Estatuto da Carreira Docente, como outros diplomas estruturantes, ou não, importantes para o nosso sistema educativo.

Porém, o que Vossas Excelências pretendem não há nada disso.

Temos propostas de alteração em cima da mesa,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quantas? Quantas?

O Orador: ... que também elas procuram acrescentar.

Não temos propostas de alteração que procurem destruir.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Temos propostas de alteração que procuram acrescentar e Vossas Excelências fazem tudo para que a guerra se instale aqui. Uma vez mais estamos dispostos a trabalhar. Não estamos dispostos a guerrear, porque o mais importante é a melhoria do sistema educativo da nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (IL):** Obrigado, Senhor Presidente.

Só para pedir o intervalo regimental de 10 minutos, porque não há condições. Relativamente à especialidade, não é especialidade, e então eu não estou aqui absolutamente a fazer nada. Obrigado.

Presidente: É regimental. Regressamos às cinco para as quatro.

Eram 15 horas e 33 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 50 minutos.

Peço-vos, para além das advertências que já fiz e que este sinal dado pelo Senhor Deputado Pedro Neves, seja acatado por todos, porque nós não vamos continuar a discutir o diploma, na generalidade, quando já estamos na especialidade, sob pena de começar a cortar a palavra às Senhoras e Senhores Deputados.

Estamos na especialidade e quem quiser tem toda a legitimidade de se pronunciar sobre o diploma na especialidade. Não podemos é continuar a discutir o diploma, na generalidade, dizendo aquilo que não quisemos dizer, por algumas razões, ontem.

E está inscrito o Senhor Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Evidentemente concordo com o Senhor Presidente, e mesmo que não concordasse, a deliberação pertence-lhe.

Chamo apenas a atenção para aquela que é a prática e a tradição desta Casa no uso da palavra, no âmbito do debate na especialidade.

Há quem queira fazer uma abordagem sobre o conjunto das propostas apresentadas, numa só intervenção, ou quem queira depois fazer intervenções especificamente naquela alteração que estamos a referenciar.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Mas não foi isso!

O Orador: Portanto, há sempre as duas oportunidades e essa é uma prática que qualquer partido tem utilizado e que é legítimo utilizar.

Seja como for, o que eu quero aqui referenciar é que do ponto de vista do conjunto de alterações que são apresentadas (e se o Senhor Presidente me permitir, eu quero fazer uma análise global sobre o conjunto das alterações que são aqui apresentadas) o que considero é que estas alterações que são apresentadas pelo PSD, o CDS, o PPM, o Chega, a Iniciativa Liberal e o Deputado Independente, melhoram de facto, e criam uma nova ambição ainda maior do que aquela que tinha sido a proposta do Governo nesta matéria.

Considero que isso é bastante relevante.

Há aqui a ideia de aproveitar esta oportunidade. Estamos a falar de um estatuto histórico, que, aliás, recebeu a aprovação unânime deste Parlamento. É um documento crucial para uma nova etapa na área da educação e por isso, é evidente que existe da parte dos partidos a ambição de ir um pouco mais longe ainda. E foi isso que foi feito por parte dos partidos que apresentaram essas alterações.

Quero chamar a atenção especificamente para a alteração ao artigo 3.º, “a bonificação prevista no número anterior (n.º 2), aplica-se integralmente a partir de 1/01/20242.

Se todas as outras alterações são importantes, esta é de enorme relevância.

Portanto, antecipa os efeitos em relação àquela que era a proposta do Governo.

Vamos chamar a isto eleitoralista? Então se fossemos chamar a este tipo de propostas eleitoralista, tudo o que nós apresentámos aqui, ao fim de quatro anos, era com um propósito eleitoralista, de ter cada vez mais votos nas eleições seguintes.

Por isso, evidentemente, que abordar as questões desse ponto de vista, é sempre mais uma cedência ao populismo e à demagogia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi isso! O senhor sabe muito bem que não foi isso!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então iniciar a votação na especialidade colocando à votação o artigo 1.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2.º.

A primeira proposta de alteração é apresentada pelo PAN, à alínea a), do n.º 1, do artigo 2.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam um favor se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação, para a mesma alínea, a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, CDS-PP, PPM, Chega, IL e o Senhor Deputado Independente, para a alínea a), do n.º 1 do artigo 2.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda para a mesma alínea.

Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, à alínea b), do n.º 1 do artigo 2.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP, PPM, Chega, IL e Deputado Independente à alínea a), do n.º 2, do artigo 2.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda para a mesma alínea.

E coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda para a alínea b), do n.º 2, do artigo 2.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 25 a favor do PS, do BE e do PAN.

Presidente: Votamos agora o artigo 2.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3.º.

A primeira proposta de alteração é ao n.º 2 do artigo 3.º, é apresentada pelo PSD, CDS-PP, PPM, Chega, IL e Deputado Independente, para proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 3.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao mesmo número do artigo 3.º.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pela Iniciativa Liberal e pelo Deputado Independente, ao n.º 3 do artigo 3.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 3.º, com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Secretário: Senhoras e Senhores Deputados, o artigo 4.º até ao 15.º, não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunta a Câmara, se posso colocá-los à votação em conjunto? Não posso. Posso colocar o 4.º, o 5.º e o 6.º, em conjunto?

Estão, assim, colocados à votação os artigos 4.º, 5.º e 6.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Entramos então agora assim no Anexo I.

Do artigo 1.º do anexo ao 15.º, não há propostas de alteração. Pergunto se posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão a votação os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 15.º do anexo.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Secretário: Os artigos do anexo colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 16.º coloco a votação, a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pela IL e pelo Deputado Independente à alínea h), do n.º 2 do artigo 16.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 16.º com a proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 16.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Penso que teremos agora um conjunto de artigos que também não foram alvo de propostas de alteração entre o 17.º e o 37.º.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los... Não.

O 36.º em separado.

Estão votamos entre o 17.º e 35.º. Assim é possível.

Estão à votação os artigos, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º e 35.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Os artigos colocados em votação foram aprovados por unanimidade.

Está à votação o artigo 36º do anexo.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 36.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 37.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 38.º.

A proposta de alteração que existe é de apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pelo IL e pelo Senhor Deputado Independente, e é uma proposta de alteração ao n.º 2, do artigo 38.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Votamos agora o artigo 38.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados com que concordam, façam o favor se manter em como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 38.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 2 votos de abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 39.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo coloca à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 40.º, existem duas propostas de alteração do Bloco de Esquerda.

Pergunto, à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

Estão à votação as propostas do Bloco de Esquerda ao n.º 2 e ao n.º 4, do artigo 40.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação foram rejeitadas com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação o artigo 40.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O artigo 40.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os três próximos artigos não têm propostas de alteração, ou seja, 41.º, 42.º e 43.º. Pergunta à Câmara, se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 41.º, 42.º e 43.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 44.º há uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pelo IL e pelo Senhor Deputado Independente ao n.º 2, do artigo 44.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 44.º, com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 44.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Desde o artigo 45.º ao 54.º não há propostas de alteração.

Pergunta à Câmara, se posso colocá-los à votação em conjunto?

Então estão à votação o artigo 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º e 54.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 55.º.

Há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pela Iniciativa Liberal e pelo Senhor Deputado Independente.

É uma proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 55.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos mais uma proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, Chega, IL e Deputado Independente à alínea l), do n.º 3 do artigo 55.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 55.º, com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 55.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 56.º. Há uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pela Iniciativa Liberal e pelo Senhor Deputado Independente. É uma proposta de alteração à alínea b), do n.º 1, do artigo 56.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 56.º, com a proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 56.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os próximos quatro artigos 57.º, 58.º, 59.º e 60.º, não têm propostas de alteração.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Então estão à votação esses quatro artigos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 61.º. Tem uma proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pela Iniciativa Liberal e pelo Senhor Deputado Independente, à alínea c), do artigo 61.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 61.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 61.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 62.º há uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pelo IL e pelo Senhor Deputado Independente, ao n.º 4.º, do artigo 62.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 62.º, com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter em como estão.

Secretário: O artigo 62.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 63.º há uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pelo IL e pelo Senhor Deputado Independente à alínea c), do n.º 2, do artigo 63.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 63.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter em como estão.

Secretário: O artigo 63.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente. Os artigos 64.º e 65.º não foram alvo de proposta de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 64.º e 65.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor, de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 64.º e 65.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 66.º. Há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pelo IL e pelo Senhor Deputado Independente ao n.º 1, do artigo 66.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 66.º, com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 66.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 67.º, 68.º, 69.º e 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º e 76.º, não foram alvo de propostas de alteração.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Então estão à votação estes artigos que enunciei.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Entramos no artigo 77.º, na proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 2, do artigo 77.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Para o mesmo artigo, há uma outra proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pelo IL e pelo Senhor Deputado Independente, ao n.º 4, do artigo 77.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto contra do PAN, 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda ao mesmo número.

Vamos votar agora o artigo 77.º com a proposta de alteração que aprovámos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 77.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 78.º e 79.º do Anexo, não têm proposta de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 78.º e 79.º do anexo.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 80.º, a primeira proposta de alteração a dar entrada foi a proposta do PAN.

Coloco à votação a proposta apresentada pelo PAN, a alínea b), do n.º 1, do artigo 80.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista à mesma linha, alínea b), do n.º 1, do artigo 80.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Secretário: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea b), do n.º 1, do artigo 80.º. As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Está à votação o artigo 80.º do anexo.

As Senhoras e Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 80.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 81.º. Não tem propostas de alteração. Vou colocá-lo à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 81.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 82.º.

Tem duas propostas de alteração, ao n.º 1 e ao n.º 2 apresentadas pelo Partido Socialista.

Pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

Não!

Então vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1, do artigo 82.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 dos Chega, 1 da IL e 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS e 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao n.º 2, do artigo 82.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 25 favor do PS e um do PAN.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento do n.º 2, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 82.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 3, do artigo 82.º do anexo.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de manter em como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, pelo Chega e pela Iniciativa Liberal e pelo Senhor Deputado Independente, à alínea b), do n.º 4, do artigo 82.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O PAN apresenta aqui duas propostas de aditamento, a alínea f) e g).

Pergunta à Câmara se posso colocá-las à votação, em conjunto.

Não havendo oposição, estão à votação as propostas de aditamento da alínea f) e g), apresentada pelo PAN, ao n.º 4, do artigo 82.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação obteve um resultado de empate, com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN;

Contra: 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal;

E 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Estão à votação as propostas de aditamento, apresentadas pelo PAN, da alínea f) e g), ao n.º 4, do artigo 82.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada, obtendo um resultado de empate em segunda votação, com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN;

Contra: 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal;

E 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Temos ainda mais uma proposta de aditamento a este artigo, apresentada pelo Bloco de Esquerda, proposta de aditamento da alínea f), ao n.º 5.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o artigo 82.º do Anexo.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 82.º foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 votos de abstenção do PS, 2 do BE e um do PAN.

Presidente: Artigos 83.º, 84.º, 85.º, 86.º e 87.º não têm propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Sim! Então voltamos os artigos 83.º, 84.º, 85.º, 86.º e 87.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento de um artigo 87.º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS e 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados do artigo 88.º ao 116.º não há propostas de alteração.

Pergunto a Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Então estão à votação os artigos 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º e 105.º e 106.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 107.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 107.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, os artigos 108.º, 109.º e 110.º não têm propostas de alteração. Posso colocá-los os três em conjunto?

Estão à votação esses três artigos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 111.º há uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 2, do artigo 111.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam um favor se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 111.º do anexo.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão?

Secretário: O artigo 111.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 112.º ao 125.º não há propostas de alteração.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Então estão a votação o artigo 112.º, 113.º, 114.º, 115.º, 116.º, 117.º, 118.º, 119.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 124.º e 125.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade,

Presidente: Artigo 126.º.

A primeira proposta de alteração a dar entrada foi a proposta do PAN. Tem uma proposta de alteração ao n.º 1, do artigo 126.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Libera e 1 do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e um do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao mesmo número, ou seja, ao n.º 1, do artigo 126.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, espero não me ter enganado, mas entre o artigo 127.º e o artigo 217.º, não há propostas de alteração.

O 142.º tem? Então eu passei isso rápido de mais.

Senhor Deputado António Lima, quero usar a palavra?

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, para confirmar. O artigo 126.º foi votado? Eu acho que não foi. Foi só votada a alteração acho eu.

Presidente: Então, vamos votar o artigo 126.º, do anexo.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstêm, faça o favor de sentar.

Secretário: O artigo 126.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 CDS, 2 PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos de abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Agora entre o artigo 127.º e o artigo 141.º, não há propostas de alteração.

Pergunta à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Portanto, está à votação os artigos 127.º, 128.º, 129.º, 130.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º, 136.º, 137.º, 138.º, 139.º, 140.º e 141.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados em votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 142.º há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP, PPM, Chega, IL e pelo Senhor Deputado Independente, uma proposta de alteração ao n.º 7 do artigo 142.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão?

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 142.º com a proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão?

Secretário: O artigo 142.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Portanto, entre o 143.º e o 217.º, parece-me que não há propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Então estão à votação os artigos 143.º até aos 217.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 218.º, temos duas propostas de alteração.

A primeira proposta de alteração é apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM, pelo Chega, pela Iniciativa Liberal e pelo Senhor Deputado Independente. É uma proposta de alteração ao n.º 5, do artigo 218.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao mesmo número.

Vamos votar o artigo 218.º com a proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 218.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 219.º até ao 225.º não há propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão a votação os artigos 219.º, 220.º, 221.º, 222.º, 223.º, 224.º e 225.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados em votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Anexo I e o Anexo II.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Anexo I e o Anexo II colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII, foi aprovada por unanimidade, em votação final global.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, BE, PS, IL, CH)

Presidente: Senhor Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Os professores dos Açores, até hoje, tiveram um estatuto da carreira, que os prejudicava menos do que os seus colegas do restante território nacional pela circunstância, tal como ontem tive oportunidade dizer, do anterior Governo Regional ter feito a recuperação de uma parte do tempo de serviço congelado. Isso não significou que tudo estivesse bem e de que todas as injustiças tivessem sido reparadas, muito pelo contrário.

Desde logo, o tempo perdido entre carreiras nunca foi facultado aos docentes da Região por teimosia, também do anterior Governo Regional.

E um outro conjunto de circunstâncias normativas, também faziam com que ambições e direitos que eram devidos aos professores estivessem sido negados.

Com o início de funções do Governo de coligação, naquilo que era possível o Governo, dentro dos seus poderes discricionários fazer, houve um conjunto de medidas que contribuíram, significativamente, para minimizar o quadro de

direitos e deveres dos professores que até aí vigorava, sublinhando-se, desde logo, a redução significativa da precariedade pela criação dos quadros de ilha, mas não só. Também pela criação de 1.020 vagas.

O reconhecimento, por exemplo, do direito ao gozo de férias, a seguir ao período de maternidade, o pagamento da compensação pela caducidade do contrato que os Governos anteriores do Partido Socialista sempre negaram, juntamente com a decisão do anterior Governo Regional de repor tempo de serviço congelado, é que criou as condições para a paz social, que hoje faz com que os nossos professores estejam nas escolas a trabalhar com os seus alunos, em vez de estarem na rua, na luta como estão os do continente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dito isto, também é bom dizer que, não fosse a circunstância de uma herança financeira muito pesada, o Estatuto que acabámos de aprovar, iria, seguramente, ainda mais longe na definição de condições de atratividade para a carreira docente dos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mesmo assim, o documento que acabámos de aprovar é histórico, porque é o melhor Estatuto da Carreira Docente de sempre na nossa Região. E isso, naturalmente, que deve a todos orgulhar, mas deve orgulhar e motivar, sobretudo, os professores e educadores de infância.

Este Estatuto da Carreira corrige injustiças, concretiza ambições e direitos muito antigos, de 15 anos, como é por exemplo, o horário, dos professores do 1.º ciclo e dos educadores de infância.

Era uma ambição que vinha de há 15 anos, que nunca lhes foi facultada pela governação socialista e que ainda hoje só é permitida e só vai vigorar, por enquanto, nos Açores.

Eu creio que também neste domínio não só tomámos a dianteira, como damos o exemplo ao país, e a nossa expectativa é de que no resto do país também esses profissionais de educação possam beneficiar destas condições.

No fundo, temos um Estatuto da Carreira Docente que dignifica os nossos professores e educadores, que os respeita e que certamente também os motiva para o exercício da sua profissão.

Recuperámos, creio, com este diploma, tempo perdido.

Temos melhores condições para trabalhar pelo sucesso educativo, porque, no fundo, é isso que nos move.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor. Para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal, obviamente, votou favoravelmente este diploma e as alterações que introduziu, em conjunto com o PSD, o CDS, o PPM, o Chega e o Senhor Deputado Independente, mas, aqui fica marcado, hoje, para aqueles que eram descrentes da democracia, para aqueles que temem os totalitarismos, a partir desta Assembleia, que, a separação de poderes, este pilar fundamental do Estado de direito democrático e liberal, aqui funcionou e funciona. Não há que ter medo dos totalitarismos quando resolvemos os problemas das pessoas, porque os totalitarismos só vingam se nós não resolvermos os problemas das pessoas.

E, nós, hoje, aqui, nesta Casa, os 57 deputados demos um contributo significativo para resolver o problema dos docentes da Região Autónoma dos Açores, ou pelo menos uma parte significativa dos problemas dos docentes da Região Autónoma dos Açores e, por isso, demos um passo em frente na construção da nossa democracia, que comemorámos 49 anos ainda há dias. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Estêvão... Nem sempre dá certo...

(Risos da Câmara)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Eu não percebo.

Os Senhores Deputados, estão contentes. Ainda bem que estão contentes por terem aprovado esta proposta do Governo.

Eu começo exatamente pelo Governo, pelo programa do Governo.

Ao contrário do que aqui foi dito, esta iniciativa, não é agora aqui apresentada a um ano e meio das eleições. É uma iniciativa que era um compromisso, que estava no programa do Governo.

Eu vou ler o que é que lá estava escrito.

“Rever até ao final da legislatura e em articulação com as associações sindicais, o horário de trabalho dos educadores de infância e dos professores do 1.º ciclo, do ensino básico, harmonizando a sua componente letiva e não letiva, com a dos restantes docentes e adaptando-a nos domínios colegialidade, acompanhamento dos alunos e integração das famílias na situação escolar dos seus educandos”.

Portanto, era um compromisso assumido no âmbito do Programa do Governo e cumprido. E cumprido!

Nada tem de eleitoralismo. É um compromisso!
Mas fez mais do que isso. Não foi só fazer justiça aos educadores de infância e aos professores do 1.º ciclo. Fizemos mais:
Recuperámos o tempo de serviço perdido na transição entre carreiras.
Também é da maior importância;
Trazemos para um diploma que valoriza o trabalho do professor estagiário, remunerando;
Criámos um regime de acompanhamento e de exigência, no primeiro ano em que os docentes exercem tais funções, como a Senhora Secretária teve a oportunidade de dizer;
Valorizámos a formação contínua, alargamos os incentivos à estabilidade aos docentes contratados;
Introduzimos apoio ao alojamento, concedemos uma bonificação aos docentes contratados que se mantenham na mesma escola durante três anos consecutivos;
Clarificámos o conteúdo das componentes letiva e não letiva do trabalho docente;
Introduzimos as reduções na componente não letiva de estabelecimento por idade e tempo de serviço;
Salvaguardámos adequações no caso da doença;
Consagrámos direitos à parentalidade, às férias, ao usufruto do Estatuto de Trabalhador Estudante, vigentes na administração pública;
Aumentámos o número de horas de acumulação permitidas, correspondendo, assim, a uma necessidade das escolas profissionais na Região;
Contemplámos como serviço docente o serviço prestado pelos educadores de infância em creches;
Introduzimos igualdade no horário e nas reduções dos docentes de todos os ciclos e níveis de ensino, repondo a justiça há muito almejada, como eu disse logo, que era um dos nossos compromissos que estava no Programa do Governo.
Portanto, há um conjunto de melhorias muito significativas.
Eu devo-lhe dizer, Senhor Presidente do Governo, que este é um sinal muito poderoso, que vai chegar ao território continental.
É um sinal muito poderoso! É um sinal para todos os professores do país de que é possível, e que há aqui nos Açores um Governo que conseguiu fazer o que os outros dizem que não é possível fazer, o que o Governo da República do Partido Socialista não consegue, não quer fazer.
E o sinal que sai, aqui, dos Açores, da Região Autónoma dos Açores, do Governo liderado por Vossa Excelência, é um sinal muito forte. Eu não tenho nenhuma dúvida que esta é mais uma forma de pressão para o Governo socialista, em Lisboa.
É uma forma de auxiliarmos a luta global dos professores a nível nacional, porque lhe mostramos uma coisa: mostramos que é possível e que há um Governo com a ambição de fazer diferente, que há um Governo que

reconhece que só é possível mudar as coisas do ponto de vista da educação, melhorar os nossos resultados, motivar a nossa classe docente, se existir uma melhoria significativa na carreira docente.

E isso é algo que é fundamental para o conjunto de reformas que nós estamos aqui a fazer e já integrámos centenas de professores também na carreira. É possível 1020.

É possível fazer melhor e é isto que nós estamos a fazer. Esta é uma das bases para a alteração dos resultados do nosso sistema educativo.

Estou convencido também que é o caminho.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: O que é que nós temos agora?

Termino!

O que nós temos nas nossas escolas, na nossa sociedade?

Temos os professores motivados. E a sociedade, através do Parlamento do Açores e do Governo dos Açores, reconhecem o seu mérito, o seu trabalho, em prol dos Açores, dos açorianos, dos nossos alunos, das nossas famílias.

É um passo importantíssimo.

Eu não me canso de dizer que é uma alteração das mais significativas que este Governo já fez, de uma justiça enorme em relação à classe docente, em relação à sociedade açoriana.

Estou convencido também que é um sinal muito forte que chega hoje a Lisboa e a todos os docentes que se mantêm em luta por todo o país.

É possível!... Há um Governo que o conseguiu fazer e este é o Governo dos Açores, liderado pelo Presidente do Governo Regional, que aqui implementou esta medida, evidentemente, cumprindo um compromisso que assumimos no início desta legislatura.

Deputado Rui Martins (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A aprovação deste Estatuto do Pessoal Docente é um momento importante nesta Casa, mas, no meu entender, é um momento ainda pequeno.

É um momento pequeno, porque resolvemos o problema ao pessoal docente.

Gostava eu que todas as profissões existentes na Região tivessem o mesmo poder reivindicativo, o mesmo peso eleitoral que tem o pessoal docente, porque, hoje, resolvemos o problema do pessoal docentes, mas não vamos resolver, hoje, o problema de tantas e tantas profissões que existem na Região.

Essa é a minha mágoa, a mágoa de quem não consegue proporcionar a igualdade de direitos e oportunidades que hoje estamos proporcionando ao pessoal docente, a todas as outras profissões.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Senhor Deputado Rodolfo Franca, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franco (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Através da aprovação do presente conjunto de propostas de alteração ao Estatuto da Carreira Docente estão, os representantes do povo açoriano, na qualidade de deputados desta Assembleia Regional, a apoiar mais um importante passo na melhoria das condições de trabalho dos docentes da nossa Região.

É importante que assim seja.

A já muito valorizada carreira docente, num comparativo com o todo nacional, sofre, assim, mais um avanço no sentido da sua melhoria, incontornável investimento no sentido de mais captação, mais fixação e mais estabilidade dos educadores e professores, em lecionação na Região Autónoma dos Açores.

É, assim, dada continuidade ao grande esforço iniciado há muito, longo caminho percorrido, que até hoje nos trouxe.

E é por isto, e não por acaso, que na nossa Região, os professores não se têm manifestado de forma veemente nas ruas, ou através de outras formas de luta laboral.

A título de exemplo, uma carreira completamente livre de cotas para a subida de escalão;

Uma carreira com um conjunto de incentivos previstos, enquanto instrumento ao dispor no atual Estatuto;

Ou uma carreira em recuperação integral do tempo de serviço congelado, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2017.

São apenas três evidências das enormes vantagens em vigência e que, pela mão do Governo PS, nos trouxeram até hoje a possibilidade de proporcionarmos mais este passo.

Pugnaremos sempre por toda e qualquer valorização, de toda e qualquer componente de sucesso educativo,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga isso ali para cima!

O Orador: Pugnaremos, repito, pugnaremos sempre e por toda e qualquer valorização, de toda e qualquer componente de sucesso educativo, como sendo, o que em cima da mesa se encontra: a melhoria das condições de trabalho e a estabilidade do corpo docente.

Serão ambos um importante veículo de ambição e não de acomodação, como também ambos o resultado possível de esforços grandes e conjuntos.

Não nos esqueçamos nunca e, por isso mesmo, do primordial objetivo que nos norteia: o sucesso educativo dos alunos da Região Autónoma dos Açores. É inequívoca a importância da constante melhoria das condições de trabalho dos nossos docentes, perspetivando do ponto de vista humano, ou do ponto de vista profissional.

Importa, porém, fazer mais, muito mais e melhor, rumo ao sucesso educativo dos nossos alunos, nomeadamente com ações estratégicas muito mais silenciosas e, naturalmente, também com muito menor impacto eleitoral imediato.

Uma vez mais assinalamo-lo:

Os últimos resultados das aprendizagens dos alunos são para nós fortes sinais de alerta e de preocupação.

Assinalamo-lo e assim o faremos constantemente.

Preocupamo-nos, por isso, que o mais rapidamente possível se verifique o retorno à convergência dos resultados dos alunos entre a nossa região e o território continental, caminho que deu imediatamente lugar à divergência, desde o primeiro ano de governação do atual Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso! Completamente falso!

O Orador: Indispensável será o espaço pedagógico para brincar na educação.

Não há, porém, espaço para brincar com absolutamente nada daquilo que a ela diga respeito.

Sejamos focados, sejamos exigentes, sejamos agradecidos, porém, sempre, sempre, inquietos e inconformados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto, o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o novo Estatuto da Carreira Docente, porque temos votado sempre favoravelmente e temos estado sempre ao lado daquelas que são melhorias e avanços, no que respeita às condições de trabalho, à carreira, ao combate à precariedade dos docentes, não só dos docentes, mas, em particular, neste caso dos docentes, que é quem estamos a abordar.

Esta proposta, efetivamente, melhora aspetos importantes da carreira docente, das suas condições de trabalho...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor para dizer isso é porque é muito bom!

O Orador: O Senhor Deputado Joaquim Machado, não resiste. Senhor Deputado Joaquim Machado, se quer que eu diga mal da proposta, eu digo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga lá!

O Orador: Como estava a tentar dizer, embora custe a alguns, estamos sempre ao lado das propostas que melhoram, efetivamente, as condições de trabalho da classe docente.

Lamentamos, todavia, que não se tenha ido, por um lado, mais longe em determinados aspetos, no que diz respeito ao trabalho extraordinário, no que diz respeito ao horário noturno, no que diz respeito aos incentivos à fixação, e, por exemplo, ao transporte.

E essa matéria é, particularmente, importante, porque não diz apenas respeito, e isso já não era pouco, às condições de trabalho, ou às condições de vida dos docentes.

Diz respeito ao próprio funcionamento do sistema educativo regional como um todo.

E é preciso ter muita atenção, muita precaução e antecipação, porque efetivamente os problemas que existem já a esse respeito, devem fazer-nos refletir e preparar o próximo ano letivo com muita atenção, e dirijo-me à Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, porque não basta efetivamente estar escrito na lei, é preciso aplicar.

E esse aspeto é muito relevante.

Mas também é relevante que tentando-se corrigir algumas injustiças, desigualdades e discriminações, se criem outras.

E olhando para aquilo que já foi citado que acontece a nível nacional, é preciso não esquecer, que uma grande causa do descontentamento dos professores é exatamente essas injustiças, discriminações e desigualdades.

E nós lamentamos que, com esta proposta, também, ao corrigir uma injustiça, se criem outras, no que diz respeito à remuneração, ao índice remuneratório dos docentes contratados, que esta proposta altera, porque “semear ventos normalmente significa mais tarde colher tempestades”.

Fica este alerta, porque, efetivamente, poder-se-ia não só ir mais longe, mas também ter-se evitado criar injustiças desnecessárias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra para uma declaração de voto a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Hoje, sem dúvida, é um dia histórico para a nossa Região, para a classe docente e é um momento histórico, porque a verdade é que conseguimos ver concretizado uma reivindicação antiga, uma reivindicação com 15 anos, dos

professores do 1.º ciclo e dos educadores de infância, que até hoje nunca tinha sido concretizada.

É exatamente esse feito que hoje é aqui registado por este Estatuto. É mais um compromisso deste Governo plasmado no Programa do Governo, como já foi dito anteriormente, que é concretizado, e isso é que é importante ressaltar, até porque nesse mesmo Programa do Governo está plasmado aquilo que entende que devem ser as políticas, neste caso, na área de educação.

E quando vamos avaliar, por exemplo, o programa eleitoral do maior partido da oposição, a verdade é que o que estava previsto, e sendo esta uma reivindicação que já existia a essa altura, por exemplo era a avaliação exaustiva da situação, uma reflexão partilhada.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas isso é uma declaração de voto? Pode fazer referências aos outros?

A Oradora: Portanto, a verdade é que hoje é concretizada (também se tem falado aqui do que é eleitoral) uma vontade política deste Governo que é concretizada por via do Programa do Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Para além da questão da recuperação do tempo de serviço, a valorização da formação, da equiparação dos trabalhadores à restante classe da administração pública, existe este aspeto, exatamente, por se tratar de uma reivindicação de há largos anos que todos nós, enquanto deputados desta Casa, muitas vezes ouvimos os sindicatos, ouvimos os professores a reivindicar e, hoje, conseguimos realizar e efetuar esta concretização,...

Deputados Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... o que é, sem dúvida, muito importante.

Com isto, e com a aprovação deste diploma, estamos certos que vamos ter professores motivados, vamos ter professores que veem um Governo que reconhece e valoriza a sua carreira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e que isto leve a que muitos jovens queiram e se sintam motivados a ingressar pela carreira...

Deputados Rui Martins (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Vamos ultrapassando esta questão que não é só regional, é de âmbito também nacional, que é a falta de docentes e esta é mais uma medida que visa exatamente essa concretização e combater essa grande falta de professores que existe em alguns agrupamentos.

Deputados Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Também dizer que acreditamos que, desta forma e do trabalho que resultou das audições aos sindicatos na Comissão, e daquilo que foram as reivindicações que os próprios sindicatos nos transmitiram, os partidos da coligação, e os partidos também que suportam este Governo, reuniram e

criaram esta proposta que foi apresentada, de forma também a, dentro daquilo que entendíamos como possível, ir mais além.

Não é que estejamos contra, ou que não reconheçamos aquilo que foram outras propostas apresentadas também pelos próprios sindicatos, no âmbito dessas reuniões, mas entendemos que realmente neste momento, era o mais além que era possível ir.

É esse sinal que também quisemos, depois de ter tido essa reflexão, aqui apresentar.

Sabemos e reconhecemos que temos um diploma melhor com aquilo que foram as propostas de alteração, por forma também a dar esse sinal e reconhecendo essas reivindicações também dos sindicatos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Também relativamente a algumas reservas, e daquilo que também foi o âmbito do debate da especialidade, a verdade é que também estabelecemos a necessidade, sem dúvida, de as escolas terem tempo para se preparar – e foi isso o compromisso também da própria Senhora Secretária e que entendemos e muito bem – para se organizarem de acordo com os seus recursos humanos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... de acordo com as técnicas pedagógicas que entendem, perante a realidade da comunidade escolar. Conseguirem reorganizar-se dessa forma e com esse trabalho que começa, desde logo, com a aprovação deste diploma nesta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Estamos certos que é isso que irá acontecer por forma a termos um início de ano letivo, sem dúvida, diferente, mas diferente para melhor e hoje, termino como comecei, é, sem dúvida, um dia histórico para a Região.

Temos o melhor Estatuto da Carreira Docente,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... até hoje, na Região Autónoma dos Açores e, acima de tudo, uma reivindicação que não é de há um ano, não é de há dois anos, é uma reivindicação dos professores do 1.º ciclo e dos educadores de infância, com 15 anos, que, hoje, sim, é possível concretizar nesta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 25 minutos.

Eram 17 horas e 07 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos então avançar para o ponto 4 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII – “Organização do trabalho suplementar nos serviços de urgência, unidades básicas de urgência, serviços de atendimento permanente e serviços de atendimento urgente, unidades de cuidados intensivos e unidades de cuidados intermédios e coronários do Serviço Regional de Saúde”.**

Eram 17 horas e 32 minutos.

É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Para a sua apresentação tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional, Senhores Membros do Governo:

Hoje damos mais um passo na melhoria dos cuidados de saúde que são prestados aos açorianos.

Damos mais um passo, porque vamos debater dois diplomas que dizem respeito a duas classes essenciais para o normal e bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Em relação a este primeiro diploma, gostaria de salientar, não sendo um assunto novo nesta Casa, a atitude do Governo Regional.

Salientar, porque, de facto, perante um primeiro diploma que não reunia o consenso da classe médica, o Governo, obteve por opção, ou decidiu encontrar pontos de convergência, convergência essa que permitisse elaborar um diploma que satisfizesse as necessidades e as pretensões da classe médica, ouvindo aqueles que são os parceiros do setor e consensualizando, de facto, aquilo que tem que ser efetivamente um acordo.

Nesta perspetiva é evidente que este diploma que hoje trazemos aqui à votação cumpre estes requisitos.

Dizer também que o processo negocial envolvendo os sindicatos decorreu de forma tranquila.

Foram feitas cinco reuniões, tendo em vista que se alcançasse e que se entendesse aquilo que eram as pretensões da classe e, nessas reuniões, efetivamente com pontos de cedência de ambas as partes, conseguimos chegar a um acordo, acordo esse que produz um diploma diferente daquele que é o diploma que foi aprovado em novembro, na medida que, desde já, vai ao encontro de uma reivindicação que também foi publicamente conhecida, na medida em que majora trabalho médico, em função da categoria de diferenciação de cada médico.

Portanto, temos de tratar diferente aquilo que é diferente.

Nessa perspetiva, o Governo respondeu de forma favorável, concordou com aquilo que foi efetivamente proposto, discordou obviamente em alguns pontos, e, como devem compreender, estamos a falar de uma proposta que envolve um impacto de um esforço financeiro considerável. Portanto, foi possível, não acatando, se calhar os valores que seriam inicialmente propostos, negociar e chegar a um entendimento.

Dizer também que não só do ponto de vista da diferenciação desses mesmos valores, mas também de alguns aspetos mais técnicos, que era reivindicação dos sindicatos, foi possível chegar a um entendimento, por exemplo, ao nível do artigo 3.º do diploma anterior, em que o descanso destes profissionais de saúde tem de estar salvaguardado, independentemente do número de composição das equipas médicas que constituem a equipa do serviço de urgência.

Além disso, a abrangência do diploma também é ligeiramente diferente, contemplando não só serviços de urgência, mas também unidades básicas, serviços de atendimento permanente, unidades de cuidados intensivos e intermédios, que fazem parte do Serviço Regional de Saúde.

Pretende-se, com este diploma, valorizar de forma justa o trabalho extraordinário acima das 150 horas legais previstas e de acordo com aquilo que é o Código do Trabalho.

Portanto, neste sentido, sabendo que não é possível e que na Região precisamos, obviamente, de constituir equipas que assegurem o normal funcionamento, demos um passo no sentido de motivar e de remunerar de forma justa os profissionais de saúde que efetivamente tem que fazer este esforço para que se consigam assegurar as escalas de urgência destes serviços hospitalares, e não só, e para que não haja aqui qualquer interferência a nível do normal funcionamento, não pondo em causa nunca os cuidados de saúde que são prestados aos açorianos.

Para terminar, reconhecer que, independentemente deste diploma, há de facto um caminho ainda a percorrer, caminho esse que também já o iniciámos e já reunimos, posteriormente a este entendimento deste acordo no sentido de fazer ver que há um processo negocial relativamente à carreira médica que também está a decorrer.

Dizer que o Governo está obviamente disponível e já mostrou essa abertura.

Portanto, iniciamos com este trabalho suplementar, mas reconhecemos que há ainda outros aspetos que têm de ser melhorados.

É para isso que aqui estamos.

Necessitamos, obviamente, da colaboração de todos os profissionais de saúde do Serviço Regional de Saúde para tornar ainda mais robusto, mais capaz e, sobretudo, para servir os açorianos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Senhora Secretária Regional.
Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Podemos passar para a votação... Senhor Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este é, efetivamente, um terceiro momento em que nós temos, nesta Assembleia, em discussão, o trabalho suplementar médico; uma terceira proposta, neste caso uma segunda, porque a que intermediou estas duas propostas foi uma proposta da Comissão de Assuntos Sociais, na sequência de um veto de Sua Excelência, o Representante da República, na sequência de um primeiro diploma que foi aprovado nesta Assembleia.

Portanto, neste terceiro momento que nós temos em discussão, o trabalho suplementar médico, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não podemos deixar de evidenciar tal facto, como fizemos na Comissão de Assuntos Sociais. Aquilo que propusemos, enquanto Grupo Parlamentar e enquanto proposta de alteração, na última proposta de Decreto Legislativo Regional que esteve em discussão nesta Casa em outubro de 2022, tinha toda a razão de ser.

Refiro-me, concretamente, àquilo que está, neste momento, ainda em vigor, com o diploma atual, em que se refere apenas e só a carreira especial médica e nós tivemos oportunidade de alertar, precisamente, em outubro de 2022, de que existem dois regimes que regulam a carreira médica na região, a carreira especial médica, conforme está vertido na redação do atual diploma que tem contrato de trabalho em funções públicas, mas coexiste a carreira médica que tem por vínculo o contrato individual de trabalho.

Portanto, neste sentido, a proposta que o Governo Regional nos apresenta agora, neste momento, saudamos o facto de reconhecer a razão, não do Grupo Parlamento do PS, mas daquilo que é a existência destes dois regimes da carreira médica na Região Autónoma dos Açores.

Contudo, se por este lado, ou por este prisma, temos uma situação corrigida, desde novembro, altura em que foi publicado o diploma atual, temos uma outra questão que se prende com o acréscimo remuneratório, que é proposto e que é aplicável ao trabalho suplementar médio.

Eu recordo que em janeiro deste ano, o Governo Regional, através do titular da pasta, e passo a citar, referiu que, “em regra, o que está em vigor nos Açores é mais baixo do que na Madeira e o que se pretende é fazer essa equiparação”.

A nível nacional, há um regime que termina este mês, portanto, em janeiro deste ano. Por isso, confirmando-se o que está a ser trabalhado na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira, os médicos têm uma retribuição superior em trabalho suplementar do que aquilo que vigora a nível nacional, isto em janeiro deste ano.

Em fevereiro deste mesmo ano, o Governo da República, neste caso, na Assembleia da República, foi aprovado e foi publicado o Decreto-Lei n.º 15/2023, que procede a aditamentos e complementa o que vigorava na República, relativamente àquilo que concerne ao trabalho suplementar médio. E uma das questões que tive oportunidade, ou tivemos oportunidade de colocar, na audição que fizemos ao Governo Regional, na Comissão de Assuntos Sociais, relativamente a esta matéria, prendeu-se com isto mesmo. Ou seja, fazendo juízo daquilo que foi também a intervenção do Governo, a intervenção ela pública, ao referir que a Região iria ter um regime equiparado ao da Madeira, e até melhor daquilo que existe a nível nacional, a questão que nós colocámos na Comissão de Assuntos Sociais, foi, atendendo àquilo que vigora neste momento em território continental, o porquê do Governo Regional não ter equiparado a um regime que é mais benéfico, que é aquele que vigora neste momento na República?

A questão foi colocada ao Governo e a resposta do Governo foi (e passo a citar): “não tenho presente quais as diferenças”.

Portanto, neste sentido, aquilo que nós gostaríamos de questionar o Governo, neste momento, e tendo a oportunidade de hoje termos a presença também do Senhor Presidente do Governo Regional, que disse em novembro que iria acompanhar de perto este diploma, é o porquê do Governo Regional, atendendo àquilo que foi publicado em fevereiro deste ano e aprovado na República, não fazer uma equiparação aos valores e àquilo que é praticado neste momento em território continental?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa aguarda mais inscrições.

Senhora Deputada Salomé Matos, faça favor. Tem a palavra.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apreciamos, hoje, aqui, uma proposta de DLR que visa a organização do trabalho médico suplementar, que todos sabemos que é uma realidade inegável no Serviço Regional de Saúde.

Esta proposta é-nos trazida pelo Governo, ciente daquelas que são as carências de profissionais na área da saúde e, em particular, de médicos e também, obviamente, é nesse sentido que o Governo se comprometeu e tem

vinho a desenvolver um conjunto de medidas no sentido de assegurar um nível de cuidados que correspondam àquelas que são a satisfação das necessidades dos cidadãos.

Efetivamente o diploma em vigor, aprovámos em novembro último, previa resolver necessidades que se impunham no momento.

Surgiu em boa hora, uma vez que a legislação em vigor, na época, já tinha uma década.

Portanto, havia a necessidade de adequar à realidade uma realidade que, independentemente do Serviço Regional de Saúde, estar mais capacitado, com maiores recursos, também as necessidades da população foram sendo crescentes e a resposta que nos é exigida pela população ao Serviço Regional de Saúde é a necessidade de uma resolução imediata.

Aquilo que na altura foi aqui aprovado era, efetivamente, uma majoração do trabalho suplementar médico, por forma a recompensar e a incentivar aqueles profissionais que, esgotado o limite anual de horas, se dispunham a colmatar aquelas que eram as necessidades dos serviços que muitas vezes só era possível de o fazer recorrendo a prestadores de serviços.

Efetivamente, esta medida foi na época, e continua a ser, a melhor forma, a forma mais imediata de corresponder à exiguidade de recursos humanos.

Mereceu a nossa atenção.

Efetivamente, apreciamos hoje, aqui, novamente uma proposta e eu também já tive oportunidade de o dizer, e di-lo-ei novamente, pois não fazemos mais que o nosso trabalho, se reapreciarmos, revisitarmos os diplomas, sempre com a perspetiva de ir ao encontro daquelas que são as necessidades e também as reivindicações das classes, num sinal de respeito e de negociação.

Ao longo de 2022 e 2023, as estruturas sindicais representativas da classe médica, tiveram oportunidade de se pronunciar por diversas vezes, e sem sombra de dúvida, sempre assumiram (sindicato e Ordem dos Médicos) que o trabalho suplementar era uma realidade que, a acontecer, era merecedora de uma melhor remuneração e que, assumindo mesmo que se todos os médicos do Serviço Regional de Saúde se recusassem ao trabalho suplementar, que o Serviço Regional de Saúde entraria em colapso.

Esta proposta que, hoje, aqui apreciamos traz claras melhorias do ponto de vista de ir ao encontro das necessidades atuais, porque alarga, e de forma inovadora, contrariamente ao que acontece na Região Autónoma da Madeira, em Portugal Continental, para além dos serviços de urgência, esta majoração, a outros serviços, também eles em virtude de carência de recursos dependentes, muitas vezes de prestadores de serviços.

Dá resposta àquela que foi uma reivindicação conhecida pelas estruturas sindicais de que esta remuneração deveria ser feita num montante fixo, mas que deferisse em função da categoria profissional.

Salvaguarda, literalmente, a voluntariedade que está subjacente à prestação deste trabalho.

Deixa clara o respeito pela necessidade de um descanso obrigatório; é benéfica no sentido de que também é mais abrangente, porque vai para além do limite máximo das horas do trabalho suplementar, portanto, também abrange as horas prestadas em regime de prevenção.

Portanto, merece toda o nosso acompanhamento.

Em resposta à solicitação que foi feita aos sindicatos, efetivamente recebemos pareceres, e o Governo Regional tentou acompanhar dentro daquilo que também é o limite de razoabilidade, da responsabilidade que se pede aos governantes, aquilo que era proposto e que esteve sobre a mesa da negociação.

Esta majoração, em nosso entender, deve ser vista não como uma recompensa, ou não apenas como uma recompensa, mas, de facto, como um incentivo aos profissionais do Serviço Regional de Saúde que sempre se chegaram à frente e até ao momento nunca deixaram falhar o Serviço Regional de Saúde.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta iniciativa que está agora em discussão não poderá deixar de merecer a atenção e a aprovação, seguramente, de todos os Deputados desta Casa.

Os pareceres em Comissão foram, obviamente, favoráveis, por parte das entidades que representam os médicos.

No entanto, cabe-me alertar para uma situação.

Este momento em que chegámos na Região, mas também no país, como é de conhecimento público, da falta de médicos, não é obra do acaso.

A falta de médicos no país, como sabem, tem a ver com os parcos vencimentos que os médicos recebem na função pública, tem a ver com a concorrência da medicina privada, em que paga melhor, e tem a ver, no meu entender, com um procedimento da ordem profissional da Ordem dos Médicos, concretamente, que proteger a classe, protege não protegendo, ou protege a classe, não protegendo os cidadãos.

Quando se procura, por parte da Ordem dos Médicos, condicionar a formação de médicos a nível do país, está-se a condicionar a prestação da qualidade de serviço de saúde aos pacientes; está-se a condicionar as horas de descanso aos médicos existentes e está-se a condicionar, neste caso, um serviço público de saúde, que, pela indisponibilidade de médicos, em condições normais, com

execução de tempo semanal adequado, possam prestar boas qualidades de serviço aos cidadãos.

Portanto este, passe a expressão, peso adicional que representará o acréscimo das horas que se vai pagar do trabalho extraordinário aos médicos tem um responsável.

Tem alguém que vai pagar, que é o Governo dos Açores, que é como quem diz todos os açorianos. Mas tem um responsável que não pode ser esquecido neste momento, que é a Ordem dos Médicos que condiciona a disponibilidade de médicos.

Eu vou votar favoravelmente esta iniciativa, como de resto, não podia deixar de ser.

O anterior Secretário da Saúde e Desporto já tinha dito que para a saúde pública não pode faltar, custe o que custar.

Essa declaração minha, na altura, mantém-se, não obstante ter-se mudado de Secretário da tutela.

No entanto, é com mágoa que o assumo que é retirado pelo Governo, portanto, aos cidadãos, as horas de descanso dos atuais médicos que prestam serviço na Região, um direito que também é deles, de descansarem aquilo que o corpo precisa descansar, porque têm que moralmente que cumprir mais horas de trabalho para satisfação dos princípios básicos e mínimos de prestação do serviço de saúde à Região.

Portanto, eu vou votar favoravelmente a iniciativa, mas não posso deixar de apontar o dedo aos verdadeiros responsáveis por essa situação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma breve resenha histórica deste diploma que surge a partir de outro diploma, com o mesmo objetivo, apresentado pelo Governo Regional, o ano passado, que, recorde, teve da nossa parte as mais veementes críticas pela forma como não limitava o trabalho suplementar para além das 150 horas, para além de o tornar obrigatório e que com esses e outros argumentos foi sujeito a um veto do Senhor Representante da República.

Também não posso deixar de relembrar a ausência de audição, ou pedido de parecer, das estruturas sindicais relativamente a esta matéria.

Ora, esse foi outro dos motivos do veto do Senhor Representante da República, que alertámos em devida hora, mas que a maioria fez ouvidos de mercador.

Perdeu-se muito tempo nesse processo, tempo que era precioso e tempo que devia ter sido utilizado para efetivamente fazer um diploma exequível, que correspondesse às necessidades, mesmo que não fosse o ideal, mas que respondesse transitoriamente, até se resolverem alguns problemas estruturais

de fundo, que dizem respeito naturalmente à escassez de funcionários na região que exercem medicina.

Não obstante isso, a maioria decidiu novamente insistir no erro e aprovar um diploma, que, recordo, a sua vida foi de dois dias. Foi talvez o diploma com a vida mais curta da Região. Foi publicada a 11 de novembro e, dois dias depois, o Senhor Presidente do Governo anunciou que iria revê-lo.

Deputado Carlos Silva (PS): É a consistência!

O Orador: ... perante a absoluta evidência que os médicos não o aceitavam e recusaram-se a fazer trabalho extraordinário para além do limite legal, e bem, porque esse diploma era exatamente um *inconseguinto*.

Não fazia qualquer sentido e prejudicou, e muito, o Serviço Regional de Saúde; prejudicou, em particular, o hospital de Ponta Delgada, onde isso se sentiu muito intensamente.

E tinha esperança, mas se calhar iludo-me muito com essa esperança, com o bom senso das pessoas, porque trata-se já de bom senso.

Tinha esperança de que o Governo tivesse bom senso na revisão do diploma, mas enganei-me. Enganei-me, porque a proposta que o Governo nos traz, enferma de muitos dos mesmos erros que tinha a proposta anterior e, felizmente, que desta vez se solicitou um parecer aos sindicatos.

E o Sindicato Independente dos Médicos é claro, no seu parecer: está contra esta proposta.

Está contra esta proposta, em primeiro lugar, porque ela majora o trabalho suplementar apenas para além do limite legal.

Como é óbvio, ninguém que defenda os trabalhadores pode aceitar que se diga: o limite legal de horas extraordinárias de trabalho suplementares são 150 horas, mas só majoramos para além do limite legal. E as outras 150?

É a partir daí que se valoriza o trabalho?

Podemos aprovar os votos de saudação ao 1.º de Maio que nós quisermos, mas esse tipo de medida não é de modo algum uma medida aceitável, quando se quer defender o trabalho, a dignificação do trabalho, o direito ao descanso e mesmo defender o Serviço Regional de Saúde, porque isto de modo algum defende o Serviço Regional de Saúde.

Para além disso, este diploma cria, em muitos aspetos, uma desigualdade, uma condição e um regime que, em muitos aspetos, é pior, é mais desfavorável aos médicos na Região do que aquele que vigora no território continental sobre o qual o regime nós também temos muitas divergências.

Mas quer dizer, o mínimo que se poderia aceitar, é que não fosse pior. Mas é pior! É pior, porque o regime a nível nacional, majora o trabalho suplementar para além das 50 horas, e em muitos aspetos.

Por exemplo (dou um exemplo muito concreto), um médico, da carreira médica...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Qual delas?

Deputado Pedro Neves (PAN): Assistente graduado!

O Orador: Assistente graduado!

... a nível nacional, a partir das 150 horas, auferem 60 euros.

A nível regional, são 50. Estou aqui a citar, porque perdi aqui alguns papéis, mas posso claramente fazer fé, aqui, no meu documento de Excel.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): O melhor é ler o parecer do Sindicato.

O Orador: Já li.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Exatamente por isso!

O Orador: O médico assistente, a nível nacional, a partir das 151 horas, auferem 70 euros. É isso que está no diploma nacional.

Com este diploma que o Governo propõe, e corrija-me, Senhora Secretária, tenho aqui 50 euros. É uma diferença que me parece substancial.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Não é, não!

O Orador: É uma diferença que me parece substancial, mas já tinham sido colocadas perguntas sobre esta matéria e poderá nos esclarecer. Mas isto não invalida a questão de fundo.

A questão de fundo é querer-se majorar apenas o trabalho suplementar para além do limite legal. E não é essa, de modo algum, a solução. Aliás, solução essa que os médicos, um sindicato dos médicos, aquele que respondeu, não aceita.

O trabalho suplementar é pago, como é óbvio.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): É majorado!

O Orador: Não queria que trabalhassem de graça, ou queria?

Agora o que os senhores estão a fazer é a majorar para além do limite legal.

Como é óbvio, é necessário haver trabalho suplementar, não há dúvidas disso, mas esta solução que o Governo apresenta, mais uma vez, deveria ter usado todo este tempo para negociar um efetivo acordo com os sindicatos e não para trazer uma proposta que os sindicatos nem sequer concordem.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Está a falar de um sindicato!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Quais são os sindicatos?

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Isto aqui não é um saco sem fundo!

Deputado António Lima (*BE*): Esse é que é o problema!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhora Secretária Regional da Saúde, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhoras e Senhores Membros do Governo: De facto, fico um bocado apreensiva, porque na minha intervenção inicial, acho que de forma transparente e simples, fiz um desenho histórico sobre aquilo que foi a negociação deste diploma e disse por várias vezes que o

Governo tinha reunido pelo menos cinco vezes com os sindicatos e que tínhamos chegado a um entendimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): E onde está o acordo?

A Oradora: Aliás, se o Senhor Deputado fizer, ou se for pedir as declarações transcritas em fevereiro e em abril, qualquer um dos dois sindicatos diz claramente que esta proposta é bem melhor que a proposta anterior. Portanto, não são palavras minhas são palavras dos sindicatos.

Deputado António Lima (BE): Sra. Secretária, quer que lhe entregue o parecer?

A Oradora: E, mais uma vez, ambos os sindicatos reconhecem que o Governo vai ao encontro daquilo que era pretensão, no sentido de majorar de forma diferente, consoante a diferenciação da categoria de cada médico. E não vamos confundir carreiras com categorias médicas, que são coisas diferentes, Senhor Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Não estou a confundir!

A Oradora: Também se quiser falar dos pareceres, pois eu nem vou mencionar, mas há um parecer que diz que, de facto, a proposta vai totalmente ao encontro daquilo que era a intenção da classe.

Deputada Andreia Cardoso (PS): De quem é o parecer?

Deputada Vera Pires (BE): A Senhora Secretária falou do acordo dos sindicatos!

A Oradora: E, portanto, Senhor Deputado António Lima, estamos aqui para, de facto, chegarmos a um entendimento, resolver de forma transitória aquilo que é um problema da classe, porque aquilo que está em causa é a constituição de escalas de urgência e não queremos, nem por sombra, ficar com a responsabilidade de não ser possível constituírem-se escalas de urgência nos serviços de urgência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Governo não vai ficar com esse ónus.

Agora, se o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista vão, pois aí já é algo pelo qual não podemos responder.

Deputada Vera Pires (BE): É o Governo que tem essa responsabilidade!

A Oradora: Dizer também que quer o Partido Socialista, quer o Bloco de Esquerda, refugiam-se e escondem-se naquilo que aconteceu a nível nacional, naquilo que foi o entendimento a nível nacional.

Mas também deixe-me esclarecer que a nível nacional a proposta foi lançada à revelia dos sindicatos.

Os sindicatos não foram ouvidos e, inclusive, os sindicatos pretendiam que não fosse mexido no valor hora do trabalho suplementar enquanto não fosse concluído o resto da negociação da carreira médica.

Portanto, Senhor Deputado, o Governo ouviu os parceiros,...

Deputada Vera Pires (BE): Ouvir e não concordar, não é chegar a acordo!

A Oradora: ... respondeu àquilo que eram as pretensões, recuou em pontos que eram possíveis recuar,...

Deputada Vera Pires (BE): Não é verdade!

A Oradora: ... avançou noutros pontos, porque aquilo que estava em causa era chegar-se a um entendimento e convergir de forma a satisfazer as respostas e as necessidades que combatam e que pretendem que o Serviço Regional de Saúde funcione dentro da normalidade.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhor Secretário Regional:

Já o anterior Secretário tentava, sobre esta matéria, falar por quem não pode falar.

O Governo fala pelo Governo, não fala pelos sindicatos, por trabalhadores, por associações empresariais.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Mas o senhor fala!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Quem fala pelos sindicatos é o Bloco de Esquerda!

O Orador: O Bloco de Esquerda não fala pelos sindicatos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): O Bloco de Esquerda fala pelos sindicatos e os sindicatos falam pelo Bloco de Esquerda!

O Orador: O Bloco de Esquerda fala pela posição do Bloco de Esquerda e assume a sua posição, desde o início, sobre esta matéria. Mas nós temos e foi solicitado um parecer, a dois sindicatos:

Um deles respondeu-lhe...

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Não é verdade!

O Orador: Eu vou-lhe ler, porque a senhora finge que não leu.

Vou ler-lhe o que é que disse o Sindicato Independente dos Médicos,...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não é preciso!

O Orador: ... e cito:

“Entende este sindicato, que o regime remuneratório majorado deve ser aplicado a todos os trabalhadores médicos, desde a primeira hora, anual, de prestação de trabalho suplementar, e não apenas após ser atingido o limite anual do trabalho suplementar, limite esse que não devia sequer ser ultrapassado, bem como que o diploma deve produzir efeitos a 1/01/2022”.

Bem, se isto para a senhora é um acordo com os sindicatos.

Deputada Vera Pires (BE): É entendimento!

O Orador: Estamos claramente a falar de coisas diferentes e eu não sei o que é um acordo, para com os sindicatos, para o Governo, que é uma coisa, surreal.

E sobre o regime que vigora a nível nacional, a senhora dá-me um argumento excelente.

Se os sindicatos estão contra o regime que existe a nível nacional e este é pior, então, como é que ficamos?

Como é que aqui os sindicatos podiam estar de acordo com o regime, que é pior do que aquele que vigora a nível nacional?

Como é óbvio, Senhora Secretária, o Governo em vez de se deixar de pretextos, de querer fazer crer que há um acordo dos sindicatos quando não há, deveria, sim, negociar um acordo que garantisse o funcionamento dos serviços de urgência e de todo o Serviço Regional de Saúde, e não este diploma que, espero eu, não vigore mais do que dois dias, porque efetivamente, se o problema que aconteceu em novembro voltar a acontecer, é isso que poderá suceder com este diploma e o Governo deveria efetivamente atalhar caminho, rever essa proposta, negociar essa proposta, porque ela deve ser negociada com os sindicatos médicos e com os médicos, porque de outro modo, aí é que nós temos um problema nos serviços de urgência.

Aí é que nós temos um problema, como se viu em novembro e depois dizem que é o Bloco de Esquerda que coloca em causa o funcionamento dos serviços de urgência.

Quem colocou em causa foi o Governo, com a sua política, com a ausência de acordo com os sindicatos e com as manigâncias que andou a dizer no Parlamento, fingindo que tinha acordo com os sindicatos e com os médicos quando não tinha e deu no que deu: um diploma com dois dias de vida.

Foi esse o seu resultado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Salomé Matos, faz favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Na sequência das dúvidas que nos levanta o Senhor Deputado António Lima, por forma de esclarecimento e também para explicar aquilo que serve de base àquilo que é o nosso entendimento, e independentemente de todos

conhecemos o teor do parecer que o Sindicato Independente dos Médicos fez chegar, a pedido da Comissão de Assuntos Sociais, eu lembraria aquilo que foram as declarações (que eu penso que têm de ser tidas em conta, porque obviamente o sindicato ao prestar declarações aos órgãos de comunicação social, fá-lo de forma séria), por exemplo, de 11 de abril de 2023, onde era dado nota na comunicação social e, antecipando-se a subir a plenário este diploma que hoje aqui apreciamos, o representante do Sindicato Independente dos Médicos, dizia, e cito, referindo-se à tabela que consta deste diploma: “sobretudo é uma tabela que vai ao encontro do que nos parece ser a expectativa de uma parte dos médicos interessados, nomeadamente daqueles que prestam habitualmente mais do que o trabalho suplementar, que, independentemente das questões de limites, são ou têm sido uma necessidade”.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda tem aqui, mais uma vez, uma postura absolutamente destrutiva.

Fala em sindicatos, mas na verdade nós estamos a falar da posição de um sindicato, que é única, que chegou aos órgãos de comunicação social.

Vossa Excelência utilizou plural. Devia utilizar o singular, para ser exato naquelas que são as afirmações.

Deputada Vera Pires (BE): É tão exato como o plural da Sra. Secretária!

O Orador: Vossa Excelência não refere também qual é a posição da Ordem dos Médicos em relação a esta matéria.

A Ordem dos Médicos não interessa?

Agora, a Ordem dos Médicos não interessa, Senhor Deputado?

Deputado António Lima (BE): A Ordem dos Médicos não é um sindicato.

O Orador: Não interessa a Ordem dos Médicos?

A posição da Ordem dos Médicos não interessa, não é relevante.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Opinião podem ter! Intervenção é que não!

O Orador: Há as questões laborais!

A Ordem dos Médicos sobre este conjunto de matérias, não tem opinião? Não deve ter opinião? Não deve poder exprimir-se?

Senhor Deputado, o que eu lhe quero dizer é qual é a sua proposta,...

Deputado António Lima (BE): Já disse!

O Orador: ... para além da postura destrutiva, que caracteriza as intervenções de Vossa Excelência?

Como é que nós fazemos para assegurar que existem cuidados médicos aos açorianos?

O que é que fazemos? Qual é a sua proposta?

Diga-me lá: qual é a sua proposta?

Não tem proposta!

Nós temos esta solução, temos esta proposta.

Vossa Excelência diz-me, “até parece que existe uma enorme quantidade de médicos”, diz Vossa Excelência, “podemos resolver isto sem falar em trabalho suplementar”.

Diga-me como?

Onde é que estão os médicos para fazer o trabalho suplementar, Senhor Deputado? Onde é que eles estão?

Onde é que eles estão?

Deputada Vera Pires (BE): Podemos começar a preparar as 75 horas dos primeiros que lá estão!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em Venezuela!

Deputada Vera Pires (BE): Outra vez, Sr. Deputado Joaquim Machado? Mude o disco!

O Oradora: Oiça! Eu Não lhe vou dizer a localização geográfica para não ofender Vossa Excelência, mas o que lhe quero dizer...

Deputado António Lima (BE): Já disse!

O Orador: Não, não disse. Não disse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em Venezuela!

O Orador: Não foi eu que disse isso. Não foi!

Oiça! Eu não fiz qualquer tipo de referência a nenhum país.

Eu só vos perguntei onde é que se encontram esses médicos?

É que, se não existindo esses médicos, como não existem, o país tem um problema de falta de médicos e também tem um problema de má distribuição dos médicos existentes.

Não existindo, a única forma de resolver é através de uma remuneração de trabalho suplementar. Não há outra solução! E é isso que Vossa Excelência não reconhece com o pragmatismo que temos de ter também nestas questões do Governo e nestas questões de serviço que tem que ser prestado aos açorianos.

Por isso, da parte do PPM, apoiamos esta medida do Governo, que é uma medida que foi amplamente negociada e que, estou certo disso, terá sucesso, irá resolver os problemas que aqui queremos enfrentar, porque há uma questão fundamental: o que Governo tem de garantir é que estes cuidados são prestados e esta proposta garante isso mesmo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para quem não tinha presente, há uns dias, os diplomas que eu referi, neste caso, os Decretos de Lei que deram origem ao regime que vigora neste momento em território continental, o Governo possui, neste momento, um conhecimento, até do processo negocial, que levou à publicação desses diplomas.

Portanto, na resposta do Governo, não ouvi a resposta à questão que eu coloquei: o porquê de então ter conhecimento destes diplomas e não os ter equiparado na proposta que nos traz hoje a esta Assembleia?

E, por outro lado, pelo menos não equiparando ao regime que vigora neste momento em território continental, o porquê, então, de pelo menos não ir ao encontro daquilo que é defendido pelo sindicato e que está plasmado no seu parecer (que deu entrada na Comissão de Assuntos Sociais e que todos os Senhores Deputados também têm acesso), este sim, um parecer?

No caso da Ordem dos Médicos, podemos dizer que é uma posição enviada por e-mail.

Mas este parecer do Sindicato Independente dos Médicos defende que “o regime remuneratório majorado, deve ser aplicado a todos os trabalhadores médicos, desde a primeira hora anual de prestação de trabalho suplementar”.

E, portanto, são duas questões agora, neste momento. A primeira, que eu tinha colocado na minha primeira intervenção, uma vez que o Governo agora tem conhecimento mais aprofundado do regime que vigora em território continental, o porquê de não equiparar, no mínimo, a proposta que nos apresenta relativamente a esse regime?

E, por outro, não equiparando esse regime, o porquê de não ir pelo menos àquilo que é defendido pelo sindicato, ou seja, de que o trabalho suplementar seja remunerado a partir da primeira hora e não a partir da 151.ª hora?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Saúde.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Tiago Lopes, reconheço a sua vontade em criar aqui uma série de confusão onde ela não existe, mas também deixe-me que lhe diga de forma muito sincera.

Aquilo que o Governo Regional fez, e está aqui a fazer, foi aquilo que o Partido Socialista, durante 24 anos, foi incapaz de fazer, de forma a resolver o trabalho suplementar prestado pelos médicos da Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Alguma vez tivemos demissão em bloco num hospital?!

A Oradora: Lamento ter de relembrar que o Senhor Deputado Tiago Lopes, até em certa parte, enquanto Diretor Regional da Saúde, se calhar, também teve essa possibilidade de corrigir esta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, volto a dizer: este diploma que o Governo aqui traz, hoje, vem colmatar um trabalho que ao longo de 24 anos, o Partido Socialista se recusou a fazer.

Em relação às suas perguntas, volto a dizer:

O diploma de 24/02/20 ou de 23/02/2023, os sindicatos não foram envolvidos na negociação.

Este diploma que nós aqui trouxemos mereceu, pelo menos, cinco reuniões, em que foi possível convergir em alguns pontos e não foi possível convergir noutras situações que iam de interesse àquilo que os sindicatos pretendiam.

Este é um documento que serve, como já foi aqui dito e foi transcrito através das declarações a que o delegado sindical, Dr. André Frazão fez, e vai ao encontro daquilo que são as pretensões do sindicato. Tem em conta a necessidade de majorar, de forma diferente, os médicos que têm mais conhecimento e mais diferenciação, comparativamente àqueles que estão no início de carreira.

Era isso uma das grandes premissas que ambos os sindicatos queriam e este Governo respondeu de forma afirmativa a esta pretensão.

Portanto, Senhor Deputado Tiago Lopes, estou aqui a dizer-lhe, evidenciei e bastava de forma mais concreta, mas se for preciso também o farei, ler as atas destas reuniões para perceber efetivamente, no âmbito da negociação, o que é que foi possível ceder de ambas as partes.

Volto a dizer que há todo um processo negocial que ainda tem de decorrer e também para esse processo, o Governo está aqui disponível para mais uma vez chegarmos a consensos e convergir naquilo que vai ser possível convergir e ceder naquilo que teremos que ceder, sendo certo que de forma responsável não vai ser possível dizermos que todos os pontos que serão do entendimento dos sindicatos, o Governo tem que ter a responsabilidade de acautelar o esforço financeiro que está aqui associado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e que pretende, mais uma vez, que se assegure o normal funcionamento do Serviço Regional de Saúde que serve os Açores e os açorianos.

Muito obrigada.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

A Mesa não tem mais inscrições. Senhor Deputado Tiago Lopes tem a palavra.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu penso que não fiz, nas minhas duas intervenções, qualquer referência menos própria ou ofensiva a qualquer Membro do Governo,...

Deputado Flávio Soares (PSD): Agora vai-se armar em *perseguido!*

O Orador: ... no seu desempenho atual, no seu desempenho anterior.

Portanto, não procurei resguardar-me no passado, nem criticar de forma direta e pessoal qualquer um dos membros do Governo.

Coloquei duas questões muito concretas que são, quanto a nós, legítimas, porque estão também plasmadas num parecer escrito que nós recebemos do Sindicato Independente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Coloque mais uma!

O Orador: Senhor Deputado João Bruto da Costa, se não recebeu, eu posso fazer chegar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Recebi, mas também ouvi a Senhora Depurada Salomé Matos dizer o que se passou!

O Orador: Agora ficámos a perceber, com a intervenção da Senhora Secretária, que de certa forma procurou escamotear um pouco a razão pela qual o Governo não equiparou, no mínimo, a proposta que nós temos em mãos relativamente ao regime que vigora a nível nacional, mas fê-lo de uma forma que, quanto a mim, parece de certo modo imprópria.

A Senhora Secretária falou do passado, mas importa recordar aquela que foi a discussão que nós tivemos nesta Assembleia, aquando da primeira discussão do trabalho médico suplementar, na primeira Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo nos trouxe.

Recordar que o regime que vigorava até então era precisamente da autoria do Governo do Partido Socialista. Se não houvesse regime até então, pese embora se possa criticar o tempo que o mesmo já vigorava, mas não havia nada até então.

Portanto, aquilo que existia na altura, e sim senhora, todos nós devemos compreender que face à evolução, tida nos últimos anos que merecia efetivamente uma revisitação como este Governo até costuma apelidar e como o Senhor Presidente do Governo, que ainda não interveio, mas que acompanhou de perto este diploma e, portanto, penso que também poderá esclarecermos o porquê de não ter equiparado este regime àquele que vigora a nível nacional, portanto, aquilo que vigorava até então era precisamente da autoria dos Governos do Partido Socialista.

E não nos podemos esquecer que na altura da Troika...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Está a dizer tudo! Troika!

O Orador: ... que todos nós nos devemos lembrar, o trabalho suplementar médico, a par de outro trabalho suplementar, sofreu profundos cortes, ao contrário daquilo que existiu na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, é preciso ter memória histórica, efetivamente, daquilo que...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A memória histórica de V. Excelência são 145 milhões!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que chamou a troika?

Deputado Francisco Coelho (PS): Às vezes é preciso ter memória pré-histórica!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é preciso ter memória pré-histórica!

O Orador: É preciso ter memória histórica, efetivamente, daquilo que foi praticado neste Região...

Deputado José Contente (PS): Quem é que negociou?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que chamou a troika? Foi o Primeiro-Ministro José troika!

Deputado José Contente (PS): Se calhar foi o Durão!

O Orador: Eu sei que pode incomodar a memória histórica, para algumas pessoas, mas contra factos não há argumentos.

Portanto, o regime que existiu, efetivamente, foi implementado pelo Governo do Partido Socialista e foi a Troika, efetivamente, que procedeu a cortes naquilo que diz respeito ao trabalho suplementar, ao contrário daquilo que vigorou na Região Autónoma dos Açores.

Uma questão que eu tenho adicional para colocar ao Governo, prende-se com aquilo que também está plasmado no parecer do Sindicato Independente dos Médicos e que defende que este diploma deve produzir efeitos reportados a 1/01/2022.

E a questão que eu tenho para colocar é o porquê de o Governo propor a produção de efeitos deste diploma apenas e só a outubro de 2022?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.
Pergunto se há mais inscrições.

Senhora Secretária Regional da Saúde, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*):

Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não vou acrescentar nada mais àquilo que já disse, porque acho que fui bastante clara e bastante discriminativa na apreciação que fiz.

Como é óbvio, aquilo que está atualmente em vigor, ou o facto de o diploma produzir efeitos a partir do dia 1/10/2022, corresponde efetivamente ao compromisso que já na altura o Governo tinha estabelecido.

Portanto, esse compromisso mantém-se.

A nossa intenção é que este diploma produza efeitos retroativos a partir de 2022, compromisso que está estabelecido. Reúne consenso por parte também da classe médica. E, portanto, é esse o esforço que o Governo vai fazer.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Na anterior intervenção, a Senhora Secretária disse-nos uma coisa muito interessante: que a anterior proposta do Governo Regional não teria sido sujeita à negociação.

Isso é um dado extremamente relevante, a negociação com os sindicatos. É um dado extremamente relevante, porque sempre foi dito pelo anterior Secretário, que tinha sido.

Aliás, a lei obriga que seja. Chegados aqui, percebemos agora que, afinal, aquilo que nós dizíamos tínhamos razão.

Não houve negociação, não houve audição pela Assembleia e não houve sequer negociação, através do Governo. Uma dupla ilegalidade naquele diploma.

É um registo excelente que este diploma e que este processo trapalhão tem.

Mas também percebemos que aqui, o problema final, é um, e é tão somente o dinheiro. O problema é o dinheiro, o problema é o que isto custa. A história e o discurso da responsabilidade da Senhora Secretária, o que querem dizer é que o problema é o dinheiro.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, eu digo-lhe as nossas soluções.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Diga que eu vou apontar!

O Orador: Pode começar por apontar uma das propostas do SIM, “majorar a partir da primeira hora”.

Mas temos mais!

A coligação chumbou a nossa proposta de “criação de incentivos para todos os médicos da Região”, na proposta de Plano e Orçamento para 2023. A coligação votou contra.

O Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, já propôs por *n* vezes, uma proposta de “exclusividade para os médicos, integrados nas carreiras médicas, com 40% de majoração para aqueles que estão em regime de exclusividade”.

O Bloco de Esquerda tem propostas, ao contrário do senhor e do PPM,

O Bloco de Esquerda tem, a esse nível, propostas apresentadas aqui e na Assembleia da República.

Não temos qualquer problema, nem complexo, em apresentar as nossas propostas.

Agora o que o Governo não faz e devia fazer, e só o Governo pode fazer, é negociar com os sindicatos e chegar a acordo, porque, e como já se percebeu da delicadeza que ela tem e com as consequências graves que ela tem, esta matéria tem de ter negociação, uma negociação séria, uma negociação profunda, uma negociação que tenha efetivamente o acordo dos sindicatos.

Toda a gente tem de ceder numa negociação, mas é preciso que ela exista.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Qual é a proposta do PPM? – pergunta Vossa Excelência.

É a que o Governo apresenta, um Governo (já agora lembro Vossa Excelência) que o PPM integra.

Um governo que o PPM integra!...

Como se sabe, este pequeno partido, é um dos quatro partidos que já governou os Açores e também é um dos quatro partidos que governou Portugal.

Veja bem!... Para um pequeno partido, não está nada mau estar neste clube tão restrito de partidos que já governaram esta região e este país.

Diz Vossa Excelência: “eu tenho uma proposta”. E qual é a sua proposta?

É a exclusividade dos médicos.

Acha que os médicos, a maioria esmagadora dos médicos, aceitam a sua proposta?

Vá apresentá-las aos sindicatos. Eu quero ver que resposta é que o senhor tem. É corrido imediatamente pela porta dos sindicatos. Eu tenho a certeza, no momento em que chegar lá e disser aos sindicatos, temos uma proposta para resolver este problema, que vai mobilizar os médicos todos, vai ouvir dizer: não, não queremos as propostas do Bloco de Esquerda.

Deputada Vera Pires (BE): Sr. Deputado, decida-se! Então não tínhamos proposta, agora já temos!

O Orador: As suas propostas não são realistas, as suas propostas não são aceites por parte da classe médica, diz Vossa Excelência.
Diz Vossa Excelência: ah, mas o problema, é o dinheiro.
O dinheiro existe.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ou não!

O Orador: Não podemos dizer: dizem, Vossas Excelências, que os Estados Unidos fabricam dólares, que a economia capitalista fabrica dólares.
Pois, nós aqui não o podemos fazer. Aquilo que pagamos tem a ver com a capacidade que a Região tem de pagar e fazer este esforço que está a fazer.
Não somos uma Região rica. Tem de existir responsabilidade social de todos.
E o Governo está a fazer um esforço – veja bem – que nenhum outro Governo Regional fez nesta matéria.
Nunca foi apresentado neste Parlamento uma proposta tão ambiciosa e que custasse tanto como a que o Governo agora apresenta.
Portanto, o esforço que nós estamos a fazer e que nós queremos fazer, é o maior esforço alguma vez feito desta matéria por qualquer Governo Regional ao longo destes quase 50 anos de autonomia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste diploma.

Vamos votar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII, “organização do trabalho suplementar nos serviços de urgência, unidades básicas de urgência, serviços de atendimento permanente e serviços de atendimento urgente, unidades de cuidados intensivos e unidades de cuidados intermédios e coronários do Serviço Regional de Saúde”.

Vamos votá-la na generalidade.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, faça o favor se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 54/12, foi aprovada, na votação na generalidade, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Entramos no debate.

Senhor Deputado Tiago Lopes para?

Deputado Tiago Lopes (PS): Para uma declaração de voto.

Presidente: Falta a especialidade, depois faz a declaração de voto.

Pergunto se há intervenções para a especialidade?

Não há também propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocar os cinco artigos do diploma, em conjunto, à votação.

Estão à votação o 1.º, o 2.º, o 3.º, 4 e 5.º artigos deste diploma. As senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Votação final global.

As senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII foi aprovada, em votação final global, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Muito obrigado.

Senhor Deputado Tiago Lopes para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional porque, como referimos na intervenção, corrige uma situação que, no nosso entendimento, não era correta, no diploma que vigora atualmente e que chamámos à atenção em outubro de 2022, que tem a ver com a inclusão dos dois regimes da carreira médica que vigoram na Região Autónoma dos Açores.

Por um lado, vemos corrigir esta situação; por outro, consideramos que poderia, a proposta que nos foi apresentada, ir mais além, equiparando aquilo que existe a nível continental. Mas como eu referi na Comissão de Assuntos Sociais, onde tivemos oportunidade de tratar esta matéria com maior profundidade, da parte do Governo Regional a resposta que obtivemos foi de que não tinham presente o regime que vigorava em território continental.

Sabemos, agora, efetivamente, que a razão principal pela qual o Governo Regional não foi mais além, na proposta que nos apresentou, tem a ver efetivamente com questões orçamentais, com questões financeiras.

Disso já demos nota, precisamente na altura da discussão do Plano e Orçamento para este ano.

Chamámos a atenção para o corte de 5 milhões de euros que foi implementado e aplicado por este Governo Regional no Orçamento dos três hospitais da Região.

Portanto, esta é uma situação que efetivamente nos preocupa e que iremos acompanhar, e que já tivemos oportunidade de dar nota da degradação

preocupante das finanças públicas, nomeadamente no setor da saúde, com o aumento preocupante dos resultados líquidos negativos dos três hospitais, da dívida a fornecedores, bem como do seu passivo total.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Senhora Deputada Salomé Matos, faça o favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Secretários:

O Grupo Parlamentar do PSD aproveita a oportunidade para congratular a câmara pela aprovação deste diploma que é não mais do que mais uma medida para evitar aquilo que todos pretendemos, desde o início: evitar disrupção no Serviço Regional de Saúde; entender que este é um diploma que tem como objetivo final beneficiar os utentes e não, em particular, um outro conjunto de profissionais.

O Serviço Regional de Saúde é importante.

O contributo que todos temos a dar nesta matéria é fundamental e esta é mais uma medida, a par de outras tantas, com um período até dilatado no tempo, mais alargado do que aquela que é a realidade, por exemplo, em Portugal continental, cujo diploma, sobre esta matéria, apenas vigorava por seis meses, ainda que tenha sofrido uma prorrogação.

Este diploma vai estar em vigor até 31/12/2024, tempo durante o qual se espera que, naturalmente, toda a negociação que o Governo já encetou e que dará continuidade, permita efetivamente fixar e atrair mais profissionais, neste caso em particular, mais médicos.

Portanto, congratulamo-nos pela aprovação que aqui assistimos hoje.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Não pensava realizar esta declaração de voto, até porque a posição do PPM já tinha ficado clara nesta matéria, mas depois de algumas declarações que me

antecederam (da primeira, digamos assim), eu não posso deixar de fazer aqui uma intervenção, porque há aqui uma referência a ir mais além.

Deputado Francisco Coelho (PS): Declaração de voto, Sr. Deputado!

O Orador: Isto é a mesma coisa que os holandeses e os ingleses diziam aos portugueses, no século XV: “é preciso ir mais além”. A nós que já tínhamos ultrapassado o Cabo das Tormentas, a nós que já depois chegámos à Índia e a Macau,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Já vai na Índia!

O Orador: ... a nós que chegámos aonde nunca ninguém antes tinha chegado.

E é o caso!

Alguém, na história dos Açores, foi tão longe como este Governo dos Açores, em relação ao esforço que estamos a fazer para pagar o trabalho suplementar? Não! Ninguém foi tão longe.

Portanto, o esforço que o Governo Regional está a fazer é um esforço imenso. E a crítica é têm de ir mais além; têm de ir onde nós nunca fomos.

Nós superámos todos os apoios anteriormente concedidos.

Eu não gosto também de, de alguma forma, desvalorizar e dizer “era preciso ir mais além”.

Eu acho que tem pouca credibilidade dizer-se isto a quem nunca fez um esforço desta dimensão e, de alguma forma, tentar desvalorizar aquele que é um esforço enorme do Governo dos Açores, do povo dos Açores, para pagar esta prestação de trabalho suplementar.

É um esforço tremendo. Também o será dos médicos que estão a fazer em condições de trabalho, que só os dignificam. Eu reconheço o enorme esforço feito pela classe médica.

Neste momento, o que nós temos aqui é uma classe médica que faz um esforço imenso para garantir o funcionamento das nossas instituições, e há um esforço muito grande, nunca feito, por parte do Governo dos Açores para responder a essas expectativas. Já fomos muito mais longe do que alguma vez algum Governo anterior dos Açores foi.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Senhor Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, porque ela insiste nos mesmos erros que a proposta anterior, proposta que, relembro, pela sua eficácia, vigorou durante dois dias. Dois dias foi o tempo que demorou entre a sua publicação e a sua declaração de óbito proferida pelo Presidente do Governo Regional.

Esta proposta que vigorou dois dias é praticamente replicada neste diploma que hoje é aprovado.

Efetivamente, estes erros colocaram em sério risco o Serviço Regional de Saúde.

Quem não se lembra dos problemas no hospital de Ponta Delgada e do risco que existiu de não se conseguir fazer escalas de urgência no hospital de Ponta Delgada?

Esse risco e esse problema foi criado, única e exclusivamente, pelo Governo Regional e pela sua proposta (única e exclusivamente!) e que agora quer replicar com alguns retoques.

As soluções erradas não podem ter, da nossa parte, apoio. Por isso votamos contra com uma séria de advertências: porque, efetivamente, o parecer que recebemos é um sinal claro do risco que esta proposta representa para o Serviço Regional de Saúde; porque insistir neste erro e é efetivamente uma irresponsabilidade por parte do Governo e da maioria que aprovou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos.

Senhor Deputado João Bruto da Costa...

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, uma interpretação para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19h15.

Eram 18 horas e 44 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, peço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 17 minutos.

Vamos então entrar na **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII – “Define as regras de contagem do tempo de serviço dos trabalhadores das carreiras de enfermagem, para efeitos de progressão**

na respetiva carreira e de transição para a categoria de enfermeiro especialista”.

É uma iniciativa também apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto, para a sua apresentação.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):

Obrigada, Senhor Presidente.

Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Governo Regional assumiu como uma das principais medidas a adotar e, no âmbito da organização do Serviço Regional de Saúde, que era necessário proceder à regularização das carreiras destes mesmos profissionais de saúde.

Este trabalho já foi iniciado em 2021, reuniu consensos, reuniu um grupo de trabalho em que foi, de facto, possível corrigir uma situação que tardava a ser corrigida.

Contudo, e uma vez que não foi concluído, pretendemos com este diploma, efetivamente, a fase final desta primeira conclusão, de forma a que a classe de enfermagem seja, de facto, reposicionada, valorizada, de forma a que tem direito e que bem merece.

Então, com base naquilo que pude acabar de dizer, pretendemos com este diploma, efetivamente: valorizar e reconhecer todo o trabalho que é feito pelos enfermeiros, no serviço integrado do Serviço Regional de Saúde; pretendemos reconhecer a totalidade do exercício de funções dos enfermeiros, a título definitivo, em instituições públicas de saúde, para efeitos da tal alteração remuneratória; pretendemos também assegurar, para os anos que ocorrem entre 2019 e 2023, e até que se realize a implementação do SIADAPRA, mecanismo de avaliação, que até ao momento não foi possível implementar, que haja aqui uma valorização de forma digna daquilo que é o trabalho desta classe.

Mais uma vez, reunimos os parceiros, ouvimos as propostas, acatámos algumas daquelas que eram as intenções e as pretensões da classe. Cedemos em alguns pontos, noutros não foi possível ceder, mas quero sobretudo ressaltar que o diploma que chega aqui é um diploma muito satisfatório e que serve os enfermeiros, serve esta classe e também vai ao encontro daquilo que foi manifestado pelos sindicatos, na reunião que ocorreu a 23 de março, na ilha Terceira.

Portanto, temos aqui mais uma vez o intuito de retificar algo que até ao momento não tinha sido ainda retificado, valorizar o trabalho desta classe, essencial ao normal funcionamento do Serviço Regional de Saúde e corrigir também erros que até ao momento não tinham sido corrigidos. Desde já, pela atribuição do ponto e meio, que tardava em ser dado a esta classe; reconhecer também o grau e a categoria de especialista, a um número muito pequeno de enfermeiros a quem não tinha sido feito este reconhecimento, nomeadamente aqueles que o adquiriram no primeiro semestre de 2019, e também

reconhecer, para tempo de contagem de serviço, aqueles enfermeiros que ao longo da sua jornada de trabalho, integraram não só o Serviço Nacional de Saúde, mas também o Serviço Regional de Saúde da Madeira e, finalmente, o Serviço Regional de Saúde.

Portanto, pretendemos aqui corrigir várias situações que tardavam em ser corrigidas, respondendo de forma muito satisfatória àquilo que são os anseios desta classe.

Mais uma vez, o Governo Regional responde de forma afirmativa. Demonstra aqui abertura para falar com os parceiros, para acatar propostas, para ceder em alguns pontos, mas sobretudo e mais uma vez, com intuito de se convergir e, de facto, dignificar de forma muito satisfatória de toda esta classe, essencial ao normal funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra a Senhora Deputada Vera Pires. Faça favor.

Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nas palavras do Governo Regional há três situações distintas nas carreiras dos enfermeiros que, estando pendentes, desde 2019, ficarão regularizadas com a presente proposta de Decreto Legislativo Regional. São elas: a contabilização dos pontos de avaliação de desempenho entre os anos de 2019 e 2022, o reconhecimento do grau de especialista que faltava a um conjunto destes profissionais e ainda o reconhecimento da contagem integral do tempo de exercício de funções, independentemente do vínculo laboral e/ou da natureza jurídica do estabelecimento, para efeitos de alteração de posição remuneratória.

Contudo, de acordo com os termos em que a proposta original do Governo foi construída, ficaram excluídos deste reconhecimento os trabalhadores com contratos a termo, bem como os abrangidos pelo regime de mobilidade.

Ficou também por juntar a carreira de enfermagem à carreira especial de enfermagem na atribuição dos pontos por cada ano de exercício, o que constitui fator de injustiça e desigualdade na classe.

Para além do referido, e considerando também que o direito à valorização remuneratória por progressão se constitui “no momento do preenchimento do módulo temporal do exercício profissional com os dez pontos da avaliação do desempenho”, a definição pelo Governo da data de 1 de janeiro de 2022, para essa valorização, criará desigualdades, penalizando estes enfermeiros, pois se propõe retirar anos de valorização que lhes são devidos.

A nossa proposta define, por isso, que a atribuição de pontos e a valorização remuneratória resultantes de sucessão na posição jurídica deverão produzir efeitos legais desde o momento em que os enfermeiros totalizem 10 ou mais pontos.

É este o conjunto de alterações que apresentámos como propostas de alteração, no sentido de melhorar o diploma apresentado pelo Governo Regional, e que esperamos ver debatidas e aprovadas.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras...

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Estamos agora a discutir esta iniciativa apresentada pelo Governo Regional, que visa mais uma concretização daquilo que é o compromisso, e que está plasmado no Programa do Governo, da valorização dos profissionais de saúde, neste caso, em particular, dos enfermeiros.

É mais uma medida que visa a valorização e dignificação desta carreira e, como já foi dito até pela própria Senhora Secretária, resolver situações pendentes, neste caso em particular, situações que vinham de 2019 e que, até ao momento, não tinham visto a sua concretização, nomeadamente regularizar a situação que estava pendente desde 2019, quanto aos pontos da avaliação do desempenho.

A proposta pretende resolver esta contabilização dos pontos entre 2019 e 2022, atribuindo um ponto e meio pelo desempenho, reconhecer o grau de especialista a um conjunto de enfermeiros que ainda não viram este grau reconhecido, sobretudo aqueles que eram abrangidos, do período de janeiro de 2019 a maio de 2019, ou ainda o reconhecimento da contagem integral do tempo de serviço em funções aos que trabalharam em carreiras de enfermagem, para efeitos de alteração da posição remuneratória, no caso, os enfermeiros que vinham de unidades de saúde, de hospitais ou aqueles que vieram do Serviço Nacional de Saúde, ou também ainda da Região Autónoma da Madeira.

São estes três aspetos que efetivamente o Governo apresenta neste diploma para os concretizar.

No caso em particular daquilo que também já foi transmitido por outras bancadas quanto à inclusão, nomeadamente no artigo 3.º, do contrato de trabalho a termo, ou em regime de mobilidade, a nossa interpretação, a interpretação que fazemos, é que efetivamente o Código de Trabalho confere uma natureza jurídica diferente a este tipo de contratos a termo, condicionante também àquilo que são os pressupostos que fazem com que se realize um contrato desta natureza, quer seja em termo resolutivo, quer seja a termo certo.

Portanto, o que consideramos é que, efetivamente, o próprio Código de Trabalho confere uma natureza jurídica diferente, ao contrato a termo, face a outro tipo de contrato.

Quanto à questão da contagem de tempo do exercício de funções, entendemos que (e até a nossa proposta de alteração vem nesse sentido, é de forma a clarificar aquilo que deve ser, ou, desde quando, criar uma contagem de tempo e criar aqui uma relação temporal quanto a essa contagem desse tempo) efetivamente é necessário contabilizar o tempo desde 2019 a 2021, e é isso que se pretende, e o próprio Governo é isso que apresenta.

Entendemos que, de forma a clarificar essa questão, surge a nossa proposta de alteração, para não levantar qualquer questão jurídica e limitando assim no tempo aquilo que efetivamente se pretende.

Também ainda, e falando aqui das propostas de alteração, apresentámos uma proposta ao artigo 5.º, na medida em que entendemos que atualmente o enfermeiro que está em regime de mobilidade só é reposicionado na carreira quando volta ao serviço de origem.

Com a proposta que apresentamos passa a haver essa reposição, desde que mantenha o tipo de vínculo, que esteja ao serviço, no Serviço Regional de Saúde, consegue ver esse reposicionamento feito. Por isso também surge esta nossa proposta quanto ao artigo 5.º.

Sintetizando, entendemos que este, sem dúvida, à semelhança até do diploma que também foi votado e aprovado nesta casa, quanto ao estatuto da carreira docente, é mais um sinal deste Governo na concretização daquilo que está plasmado no Programa do Governo, daquilo que entendemos que deve ser feito quando à valorização da carreira de profissionais de saúde e, neste caso, dos enfermeiros, reivindicações que não são de hoje, não são de ontem, são reivindicações que já vêm do passado e que este Governo Regional, e bem, e em boa hora, concretiza de forma a valorizar os profissionais de saúde.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Tiago Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Permitam-me que inicie a minha intervenção contrariando aquilo que foi a intervenção, por parte do Governo, na apresentação desta iniciativa.

O diploma que nos chega não é efetivamente satisfatório.

O diploma não é satisfatório, senão não teria propostas de alteração, do PS, do Bloco de Esquerda, do PSD, do CDS e do PPM.

Eu penso que isto é perfeitamente claro.

Deputado Carlos Freitas (PSD): O dos médicos era ótimo, para não falar dos professores. O dos professores era cinco estrelas!

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, permitam que o Senhor Deputado prossiga a sua intervenção. Faz favor, Senhor Deputado.

O Orador: Ou seja, o diploma que nos chega não é, efetivamente, satisfatório e isso motivou propostas de alteração de vários partidos desta Assembleia e motivou também o parecer do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que foi perfeitamente claro naquilo que o próprio considera como injusto que se perpetuasse com a proposta que o Governo Regional nos apresenta.

Injusto que se perpetuasse e que ficava vertido na proposta que o Governo Regional nos apresenta e que motivou, aliás, duas petições que foram...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): E o outro sindicato o que é disse?

O Orador: Diga, Senhora Secretária?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): O que é que disse o outro sindicato? Para ser justo tem de mencionar todos os sindicatos.

O Orador: A Senhora Secretária, em aparte, pede para referir aquilo que foi a posição do outro sindicato.

O outro sindicato não nos deu um parecer, deu-nos a sua posição, em bom rigor. Em bom rigor não nos deu um parecer, deu-nos a sua posição.

Portanto, nesse sentido é que temos um parecer do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses detalhado, com componente jurídica bastante rica, que nos permitiu, efetivamente, aqui ter um outro tipo de apreciação sobre a proposta que o Governo nos traz e por isso é que eu digo que não era efetivamente satisfatória.

Mas continuando. Como eu estava a dizer, o entendimento do Governo, que fica vertido no diploma que nos apresenta, não é satisfatório, já de há largos meses, neste caso, desde 2021, através do acordo que foi celebrado com as estruturas sindicais.

Como eu estava a referir, isso motivou duas petições que foram analisadas na Comissão de Política Geral, uma da tarde de setembro de 2021, pouco tempo depois de ser celebrado o acordo, por este Governo, e outra em dezembro de 2022.

Portanto, desde setembro de 2021 que um grupo de enfermeiros, da Região Autónoma dos Açores, defende a sua posição e refere que o acordo celebrado consistiu numa injustiça para com este grupo de enfermeiros que até agora não veem reconhecido o seu percurso, a sua progressão no exercício de funções de enfermagem nos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores.

E é curioso verificar que da parte dos partidos da coligação, só uns minutos, há pouco, é que, entretanto, introduzem as propostas de alteração, depois de terem, desde setembro pelo menos de 2021, data da apresentação da primeira petição na Comissão de Política Geral, tempo mais que suficiente para terem um entendimento e irem ao encontro...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pela boca morre o peixe!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E a sua proposta de alteração?

Deputado João Vasco Costa (PS): E, então, a vossa humildade onde é que está?

O Orador: Como eu estava a referir, isto motivou efetivamente essas duas petições que estiveram em análise na Comissão de Política Geral e, pese embora as mesmas, a verdade é que o diploma que nos chega, efetivamente, não vai ao encontro (salvo seja, se entretanto, não sejam votadas e aprovadas as propostas de alteração que deram entrada) dos anseios desse grupo de enfermeiros, o que contrasta até com a intervenção do Senhor Presidente do Governo Regional, na comunicação que o Governo Regional, hoje, nos apresentou esta manhã, em que o Senhor Presidente do Governo Regional, refere, na comunicação, que, e passo a citar, “contratos a termo tão geradores de instabilidade”.

Pois se são tão geradores de instabilidade, o porquê do Governo, na sua proposta, não contemplar os enfermeiros com contrato a termo?

Ou seja, esta situação, na ótica do Governo, não estaria resolvida, se não fosse as propostas de alteração que o Grupo Parlamentar do PS, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e os Grupos Parlamentares do PSD, CDS e PPM, introduziram, neste caso a coligação, há uns minutos antes.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não. Está enganado.

O Orador: Outra situação também que não estava contemplada, efetivamente, e que era requerida, reivindicada pelos enfermeiros, era precisamente a questão da mobilidade.

É precisamente a questão da mobilidade e só agora, com a introdução das propostas de alteração, é que efetivamente também fica resolvida.

E a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, há pouco, referiu que a questão da contagem do tempo de serviço (aquilo que consta no diploma que o Governo nos apresenta) produz efeitos, diz a Senhora Deputada, e vai ao encontro também daquilo que são os anseios dos enfermeiros.

Não é verdade! A proposta do Governo reporta, ou propõe, que este diploma produza efeitos a janeiro de 2022. Por isso é que eu digo que a proposta que o Governo nos apresenta não é de todo, favorável, satisfatória, para este grupo de enfermeiros que motivou duas petições, como eu disse, que estiveram em apreciação na Comissão de Política Geral.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Estavam satisfeitos antes! São situações de 2019, mas antes eles estavam satisfeitos!

O Orador: Para quem quer recordar setembro de 2020, nós temos, aqui precisamente...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Antes só queria dar um ponto!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Não está fácil Senhor Deputado, não sei o que é que se passa com a Câmara.

Faz favor, Senhor Deputado.

O Orador: Continuando. Uma das questões deste grupo de enfermeiros que motivou estas duas petições, que estiveram em apreciação na Comissão Política Geral, recorda precisamente aquilo que tinha sido acordado em 2020, ou seja, a inclusão dos enfermeiros com contrato a termo.

Portanto, recordando a história, efetivamente, não podemos esquecer, e estes enfermeiros não esqueceram, e fizeram questão precisamente de a lembrar.

E, portanto, é neste sentido que volto a dizer, o diploma que nos chega não é satisfatório, não abrange todos os enfermeiros que estavam com a situação neste momento ainda por regularizar, não corrige a injustiça que este grupo de enfermeiros fez questão de frisar, através destas duas petições que foram criadas com o acordo celebrado em 2021, e é nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta as suas propostas de alteração que resolvem definitivamente estas situações pendentes e que urge efetivamente resolver dentro de mais curto espaço de tempo possível.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Carlos Silva (PS): E a Senhora Deputada Ana Quental não vai falar?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Quental.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados (o Senhor Deputado Carlos Silva, deve estar muito satisfeito, porque finalmente vou falar, pelo menos pelos apartes regimentais que acabou de fazer), Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto-lei, como já foi referenciada aqui pela Deputada Catarina, vem, efetivamente, resolver, e vem ao encontro dos compromissos assumidos por este Governo para os profissionais de enfermagem e os seus representantes legais, que, desde o início desta legislatura, comprometeu-se em repor as injustiças da não valorização das carreiras, desde 2018.

Surge da necessidade de dar continuidade ao trabalho já desenvolvido por este Governo, desde o início da legislatura, na continuação de valorizar e atualizar as carreiras de enfermagem.

Foi este Governo que tomou esta decisão política,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e foi este Governo que partiu para a ação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Este Governo já está a fazer, já está a resolver, já está a pagar aos enfermeiros, deste final de 2021.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, sim, em poucos meses de funções, já havia conseguido um acordo histórico, nunca antes conseguido pelo governo anterior,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... com todas as representações profissionais dos enfermeiros açorianos.

Foi este Governo que conseguiu acordar um ponto e meio com todos os enfermeiros, independentemente, de serem contratos individuais de trabalho ou CTFP.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O acordo de 2020 que o Senhor Deputado Tiago Lopes acabou de falar, esqueceu-se de referir que era com um acordo de um ponto para os CIT, e nós conseguimos ponto e meio para todos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Assim, em agosto de 21, este Governo acordou com os sindicatos e com a ordem de representante dos enfermeiros, um plano para reposicionar os pagamentos num investimento de 12 milhões, por uma tranche, num espaço temporal de oito anos.

Inicia-se assim todo um processo de contagem de tempo, e dos pontos, que se veio a revelar complexo, complicado, e com muitas especificidades.

Por parte dos recursos humanos dos serviços havia muitas dívidas que tinham que ser esclarecidas e, inclusive, chegou-se à conclusão de que havia algumas situações que esbarravam em questões jurídicas por falta de legislação de suporte.

Daí a importância deste Decreto-lei, que vem responder aos impedimentos legais que faltavam ultrapassar e que foram surgindo ao longo desse processo de contagem do tempo.

Portanto, a grande importância deste DLR é, essencialmente, o descongelamento da Lei 437/91, que tinha sido revogado pelo Decreto-Lei 71, de 2019, e que vem permitir novamente concretizar as etapas da avaliação de desempenho, a partir do fim de 2019. Aliás, descongelamento a partir de 20 e 21, que é o que está a faltar a uma grande parte dos enfermeiros, criando-se assim um mecanismo de suprimento da avaliação do desempenho dos trabalhadores integrados na carreira especial de enfermagem.

Outro assunto extremamente importante que este DLR vem resolver é a contagem integral do tempo de serviço para efeitos de alteração da posição remuneratória, mesmo no caso da sucessão de posição jurídica dos empregadores públicos.

Deputada Vera Pires (BE): Com efeitos a 1 de janeiro de 2022!

A Oradora: Com a nossa alteração, não. Passa a 2019.

Presidente: Não entrem em diálogo, se faz favor.

A Oradora: Portanto, permite aquilo que não existia, a circularidade entre instituições,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... permitindo a contagem de tempo de todos os enfermeiros, desde que não haja interrupção de funções, independentemente da natureza jurídica do vínculo.

Muito obrigada.

Deputado Francisco Coelho (PS): A Senhora não aprendeu bem!

A Oradora: Senhor Francisco, com a idade que tem, se calhar quando eu chegar lá, vou aprender melhor.

Deputado Flávio Soares (PSD): Com a experiência!

A Oradora: Com a experiência que tem, não é com a idade! Sim, com a experiência, porque acho que nós estamos muito perto, a nível de idade.

A Oradora: O terceiro ponto deste importante DLR, tem a ver com a integração da carreira dos enfermeiros especialistas, que à data de 31 de maio, exerciam funções no Serviço Regional de Saúde como especialistas.

Portanto, são soluções essenciais para que este Governo possa dar resposta de forma legal à valorização da carreira de enfermagem.

Gostaria também de responder ao Senhor Deputado Tiago Lopes, quando nos fala na petição que apareceu em setembro de 2020, o porquê de não termos resolvido na altura.

Sabe, perfeitamente, que a nível de Portugal continental, o decreto-Lei 80-B, de 22/11/22, vem justificar precisamente o que estava a faltar para podermos pagar a estes enfermeiros.

Tenho dito, por agora.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para uma interpelação, tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje regressamos amanhã às 10.

Boa noite a todos, bom descanso.

Eram 19 horas e 46 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco